

Suzanne da Silva Borela

**JORNALISMO, IDENTIDADE E GÊNERO:
DESCONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NA REVISTA *TPM***

Dissertação submetida ao Programa de
Jornalismo da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Jornalismo
Orientador: Profa. Dr^a. Daisi Irmgard
Vogel

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borela, Suzanne

Jornalismo, Identidade e Gênero: : desconstruções
discursivas na revista Tpm / Suzanne Borela ;
orientador, Daisi Irmgard Vogel, 2017.
156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

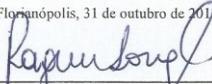
1. Jornalismo. 2. Identidade. 3. Gênero. 4.
Desconstrução. 5. Revista Tpm. I. Irmgard Vogel,
Daisi. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Suzanne da Silva Borela

JORNALISMO, IDENTIDADE E GÊNERO: desconstruções discursivas na revista *Tpm*

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 31 de outubro de 2017

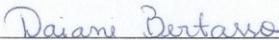


Profª. Dra. Raquel Ritter Jonghi
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Universidade Federal de Santa Catarina

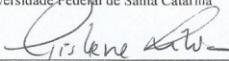
Banca Examinadora:



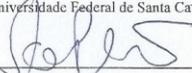
Profª. Dra. Daisi Irmgard Vogel
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Dra. Daiane Bertasso
Examinadora Interna
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Dra. Gislene da Silva
Examinadora Interna
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Dra. Simone Pereira Schmidt
Examinadora Externa
Universidade Federal de Santa Catarina

- *As pessoas veem estrelas de maneiras diferentes. Para aqueles que viajam, as estrelas são guias. Para outros, elas não passam de pequenas luzes. Para os sábios, elas são problemas. Para o empresário, era ouro. Mas todas essas estrelas se calam. Tu, porém, terás estrelas como ninguém nunca as teve...*

- *Que queres dizer?*

- *Quando olhares o céu à noite, eu estarei habitando uma delas, e de lá estarei rindo; então será, para ti, como se todas as estrelas rissem! Dessa forma, tu, e somente tu, terás estrelas que sabem rir.*

(O Pequeno Príncipe, Antoine de Saint-Exupéry).

*A meu irmão Davi, (in memoriam),
meu eterno pequeno príncipe.*

AGRADECIMENTOS

Dois anos podem parecer dois meses ou duas décadas.

Nesses 24 meses vivi dias eternos, marcados na memória, e dias que se esvaíram em segundos, tão rápidos que me levaram até as lembranças. Há dois anos não imaginava que viveria tanta coisa, justamente em um período de tempo tão significativo, como foi a realização do Mestrado em Jornalismo na UFSC. Venci muitos desafios, acadêmicos e pessoais. Vivi, em dois anos, duas décadas e dois meses de intensas emoções, conquistas e muita superação. E tudo isso só foi possível porque os meus pilares são fortes, construídos com muito amor, amizade, respeito e força. A vocês, pilares da minha vida, minha eterna gratidão:

À minha Mãe, por ser meu exemplo e imagem de mulher forte, amorosa, generosa e guerreira, pelo amor incondicional e por desde sempre me ensinar que meu lugar é onde eu quiser.

Ao meu Pai, que me ensinou a nunca desistir, por acreditar em mim e sempre apostar nos meus sonhos, pelo incansável apoio e amor, por ser um porto seguro.

Ao Kinho, meu Pai de coração, pelo amor, carinho, apoio, pela sua infinita bondade e dedicação sem medir esforços, por cuidar da nossa família.

Ao Alessandro, pelo carinho, pela paciência, pelo amor e companheirismo, longe ou perto; pela parceria, pelo imenso apoio, pelos conselhos e puxões de orelha, pelas conversas diárias, por compartilhar comigo a alegria de cada conquista e, especialmente, por sempre achar um novo jeito de me fazer feliz.

À minha família, pela confiança, pelo carinho e apoio.

À minha orientada, Daisi Vogel, pela paciência, pelos ensinamentos, pelas divertidas conversas, pela compreensão, pelo apoio e por me ajudar a vencer a ingenuidade na pesquisa e conseguir ver o jornalismo pela perspectiva dos Estudos de Gênero.

À professora Daiane Bertasso, pelas excelentes aulas ministradas, pelas agradáveis conversas paralelas e pela dedicação e coragem em assumir o compromisso de inserir os estudos de gênero e feministas na grade de disciplinas e eventos do POSJOR.

À professora Simone Schmidt, pelos conhecimentos compartilhados em aulas maravilhosas, por me abrir os olhos para ver as interseccionalidades nas questões de gênero, principalmente no jornalismo, pela confiança no estágio de docência e por acreditar no meu trabalho.

A todos os professores, professoras e integrantes do POSJOR, em especial à nossa querida coordenadora Raquel Longhi.

À minha amiga Débora, colega de graduação, mestrado e apartamento, por dividir comigo conquistas, preocupações, alegrias, tristezas, incertezas e esperanças, por saber ouvir e saber falar com carinho, pelas infinitas conversas e desabafos, pelos mapas e previsões astrais, pela companhia nas refeições *Masterchef* e gororoba, por ser parceira, por ser como uma irmã.

À querida amiga Candida, pela amizade sincera, pela generosidade, alegria contagiante, pelos conselhos, pelas risadas e carinhosas conversas.

Aos queridos e queridas colegas do POSJOR, que tornaram o mestrado mais alegre, Isa, Dairan, William, Luciano e Ana Martha.

Às minhas amigas do coração, Tami, Fati, Ligi, Ju, Thais, Ane, Kátia e Isa, pela força, pelo apoio e conforto nos momentos difíceis, por vibrarem comigo cada nova etapa da vida, por acreditarem em mim e pela amizade verdadeira.

À Capes, pelo apoio financeiro que tornou possível a realização desta pesquisa.

“Saudemos, então, nossas diferenças! Elas podem ser a fonte de nossa contínua renovação”.

Guacira Lopes Louro, 2007.

RESUMO

Este trabalho analisa o discurso jornalístico da revista *Trip para mulher, a Tpm* – no período de abril de 2015 a junho de 2016, mais a edição especial de 15 anos de setembro de 2016 – para compreender de que maneira as identidades e as representações de gênero são abordadas pelo veículo, debatendo a atuação do jornalismo nas discussões contemporâneas sobre gênero e identidade, na perspectiva dos estudos pós-estruturalistas. Para isso, o trabalho faz uso da desconstrução, proposta por Jacques Derrida, para identificar os conceitos, os binarismos opostos, as hierarquias, os padrões textuais e os paradoxos discursivos, fragmentando-os e possibilitando novas interpretações. Desconstrói-se o discurso jornalístico de *Tpm* em seus aspectos culturais, históricos e sociais. A problematização dos principais conceitos é de caráter interdisciplinar. Gênero, Sexo, Corpo, Sexualidade e Identidade são abordados a partir dos estudos de Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Joan Scott, Gayle Rubin, Tadeu Tomaz da Silva, Stuart Hall entre outros. Os estudos *queer*, assim como a discussão sobre a performatividade do gênero (BUTLER, 2015), colaboram para os questionamentos acerca do conteúdo produzido por *Tpm*. Considera-se o papel do campo jornalístico como determinante na formação identitária dos sujeitos, visto que partilha de valores culturais e históricos pré-estabelecidos pela sociedade contemporânea. A desconstrução dos principais paradoxos discursivos encontrados em *Tpm* – os binários homem/mulher, masculino/feminino e corpo/mente –, apresentam uma estratégia de poder da revista, que naturaliza identidades específicas a partir de construções sociais e culturais, as quais atribuem comportamentos e características diferentes para mulheres e homens. Deste modo, a revista cria uma violenta hierarquia entre os gêneros, além de reafirmar uma política de identidade patriarcal, que tem com base a heteronormatividade.

Palavras-chave: 1. Jornalismo 2. Gênero (*Gender*) 3. Identidade 4. Desconstrução 5. *Trip Para Mulher (Tpm)*

ABSTRACT

This paper analyzes the journalistic discourse of Trip magazine for women, Tpm - from April 2015 to June 2016, plus the special edition of 15 years of September 2016 - to understand how gender identities and representations are addressed by the vehicle, debating the work of journalism in the contemporary discussions on gender and identity, from the perspective of post-structuralist studies. For this, the work uses deconstruction, proposed by Jacques Derrida, to identify the concepts, opposing binaries, hierarchies, textual patterns and discursive paradoxes, fragmenting them and making possible new interpretations. The journalistic discourse of Tpm is deconstructed in its cultural, historical and social aspects. The problematization of the main concepts is in an interdisciplinary way. Gender, Sex, Body, Sexuality and Identity are approached from the studies of Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Joan Scott, Gayle Rubin, Tadeu Tomaz da Silva, Stuart Hall among others. Queer studies, as well as the discussion about gender performativity (Butler, 2015), contribute to the questions about the content produced by Tpm. It is considered the role of the journalistic field as determinant in the identity formation of individuals, since it shares the cultural and historical values pre-established by contemporary society. The deconstruction of the main discursive paradoxes found in Tpm - the male / female binaries, masculine / feminine and body / mind - points to a magazine's power strategy, which naturalizes specific identities from social and cultural constructions, which attribute behaviors and different characteristics for women and men. In this way, the magazine creates a violent hierarchy between the genres, in addition to reaffirming a patriarchal identity politics, based on heteronormativity

Keywords: 1. Journalism 2. Gender 3. Identity 4. Deconstruction. 5. Trip For Woman (Tpm)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Capa Tpm edição #161 (E) e #154 (D)</i>	64
Figura 2 - <i>Publicidade Natura</i>	65
Figura 3 - <i>Publicidades Santander (E) e Leão Fuze (D)</i>	66
Figura 4 - <i>Seção "Editorial", Tpm #158 (E) e Tpm #156 (D)</i>	67
Figura 5 - <i>Seção "#NATPM", Tpm #154</i>	68
Figura 6 - <i>Seção "Cartas", Tpm #154</i>	69
Figura 7 - <i>Seção "Páginas Vermelhas", Tpm #157</i>	70
Figura 8 - <i>Seção "Bazar", Tpm #154</i>	71
Figura 9 - <i>Seção "Capa", Tpm #161</i>	72
Figura 10 - <i>Seção "Reportagem", Tpm #156</i>	73
Figura 11 - <i>Seção "Perfil", #155</i>	74
Figura 12 - <i>Seção "Entrevista", Tpm #</i>	74
Figura 13 - <i>Seção "Depoimento", Tpm #159</i>	75
Figura 14 - <i>Seção "Ensaio", Tpm #153</i>	76
Figura 15 - <i>Seção "Moda", Tpm #158</i>	77
Figura 16 - <i>Seção "Semana da Moda", Tpm #153</i>	78
Figura 17 - <i>Seção "Badulaque", Tpm #163</i>	79
Figura 18 - <i>Seção "Cartão-Postal", Tpm #156</i>	80
Figura 19 - <i>Seção "Coluna do Meio", Tpm #166</i>	81
Figura 20 - <i>Seção "Respiro", Tpm #155</i>	82
Figura 21 - <i>Seção "Nécessaire", Tpm #166</i>	83
Figura 22 - <i>Fotos do Manifesto Tpm - Edição #120, maio de 2012</i>	87
Figura 23 - <i>Gráfico do número total de seções do corpus selecionado</i>	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE IDENTIDADE E GÊNERO	27
1.1 Discurso e construção de identidade	27
1.2 Gênero, corpo e sexualidade: não dá para normatizar	36
1.2.1 As contribuições das teorias feministas	37
1.2.2 Reflexões teóricas sobre gênero	41
1.2.3 <i>Queer</i> : pós-identitário e performático	46
1.3 Desconstrução em Jacques Derrida: um modo de interpretação textual	51
2 TPM'S EM DESCONSTRUÇÃO.....	61
2.1 <i>Tpm</i> , a revista que diz que “mexeu com os padrões da mídia feminina brasileira”	61
2.1.1 <i>Trip para mulher</i> 15 anos: histórico e posicionamento.....	84
2.2 Análise <i>Tpm</i> : construção metodológica e <i>corpus</i> de pesquisa	88
3 PLURAL OU NORMATIVO? O JORNALISMO EM TPM.....	93
3.1 Discurso <i>Tpm</i> : interpretando padrões, hierarquias e sentidos	93
3.2 Os paradoxos discursivos da <i>Trip Para Mulher</i>	120
3.2.1 Homem x mulher, Masculino x Feminino: o jogo das identidades em política	121
3.2.2 Corpo X Mente: estereótipos corporais e comportamentais	131
3.3 Jornalismo de revista e imprensa feminina contemporânea no Brasil	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

Temas como gênero, sexo e identidade estão em ascensão na área da pesquisa científica e são investigados de modo interdisciplinar, principalmente pela relevância dessa discussão em diferentes campos, por tratarem de assuntos que fazem parte das relações sociais e de poder na sociedade. Trazer este debate para o jornalismo é reafirmar a importância que o campo precisa dar ao tratamento dessas temáticas, seja qual for o produto jornalístico ou meio de comunicação. O jornalismo se constitui, também, como lugar onde a informação deve ser produzida de forma ética e com foco no interesse público, por isso, ao tratar de questões relacionadas a gênero, sexo e identidade é possível e necessário que o campo reflita sobre as normas sociais que regulam e limitam os sujeitos às representações e estereótipos ligados a esses temas.

A sociedade contemporânea é plural e, diariamente, esforços vêm sendo feitos para respeitar essa diversidade, tendo em vista que o padrão heterossexual é a base ocidental de pensamento e conduta. Pensar uma maneira de fazer jornalismo de modo que problematize, crie espaços de discussão e não sugira padrões e classificações que devem ser adotadas pelos sujeitos é algo que tem me motivado para a pesquisa há alguns anos. Muitos estudos questionam a binariedade homem/mulher, que coloca o primeiro termo como superior e oposto ao segundo, a fim de discutir, principalmente, as representações sobre o papel da mulher na sociedade ao longo dos anos. Assim iniciei minha jornada nos estudos de gênero, com a inquietação de quem não entende e não aceita as desigualdades impostas por aspectos raciais, étnicos, corporais, sexuais e identitários.

Áreas como a antropologia, linguística, literatura e saúde têm assumido o desafio de investigar os fatores sociais que constroem essas diferenças e criam marcas de poder. O jornalismo é objeto de estudo de muitas dessas áreas, porém, dentro do próprio campo, ainda há um espaço a ser preenchido com pesquisas que criem diálogos com os estudos de gênero. É necessário entender como a relação entre esses dois campos de estudo é constituída e, para além desse diálogo, compreender como os discursos jornalísticos constroem identidades e representações de gênero em seus conteúdos. Algumas pesquisas se dedicam a compreender esse movimento, como os estudos de Márcia Veiga sobre os modos de produção da notícia e sobre qual é o gênero do jornalismo

ou, ainda, os estudos sobre a representação da mulher na mídia, de Dulcília Buitoni.

Os estudos de gênero têm contribuído ao longo das décadas para abalar as concepções normativas e classificatórias sobre os sujeitos e suas sexualidades. Da padronização dos corpos aos papéis sociais de gêneros, as pesquisas atuam diretamente no âmbito social com o objetivo de desmistificar o conhecimento produzido sobre sexo e gênero embasado em fatores naturais e biológicos. É por meio da problematização histórica e cultural sobre os sistemas binários classificatórios – homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual – que as concepções hierarquizadas por sistemas de valores e regras sociais vêm sendo abaladas. Os estudos feministas, que ganharam força e voz principalmente após os movimentos sociais dos anos 1960 – na luta por igualdade nos direitos das mulheres e, também, na contestação de valores atribuídos e relações de poder associadas ao papel feminino na sociedade –, contribuem para a perspectiva teórica dos estudos de gênero.

As ideias da filósofa americana Judith Butler tornaram-se fundamentais para embasar as pesquisas sobre sexo, gênero e teoria *queer* a partir dos anos 1980. Butler contesta a norma estabelecida na sociedade que regula os sujeitos e lhes impõe uma forma de exercer a sexualidade e o desejo de acordo com o gênero de caráter biológico, ou seja, a *heteronormatividade* (BUTLER, 2015). Uma das contribuições principais da autora é a concepção de gênero e sexo como sendo construtos sociais e discursivos, deixando assim de serem concebidos pela noção biologizante à qual os termos estavam fixados. Butler faz perguntas (além de conceitos e teorias) inquietantes e perturbadoras sobre a constituição dos sujeitos. Questionando sobre a formação de identidade e subjetividade diretamente ligadas à sexualidade¹. A autora é referência na área dos estudos de gênero, teoria feminista e principalmente da teoria *queer*, tema explorado no próximo tópico deste capítulo.

¹ Entre os trabalhos mais conhecidos de Judith Butler no Brasil está o livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (publicado originalmente em inglês como “*Gender Trouble*”, em 1990). Sara Salih (2015) define-o como um livro que “põe em questão a categoria do sujeito na medida em que Butler se envolve numa crítica genealógica que analisa as condições de emergência do sujeito no discurso” (SALIH, 2015, p. 101). “Problemas de Gênero” propõe também a discussão sobre a construção da homossexualidade e da heterossexualidade, e principalmente das identidades de gênero, com o apoio de teorias foucaultianas, feministas e psicanalistas.

Butler é, sem tentar enquadrá-la ou defini-la, *queer*: “o movimento e a inquietude são suas marcas. Ela não promete sossego, estabilidade, imobilidade. Ela desafia: a si mesma e a nós. Ela duvida, põe-se contra o bom senso, contra-argumento” (LOURO, 2015, contracapa). Das áreas de pensamento de Butler, adoto para esta dissertação as que se direcionam para a linguagem, o sujeito, o sexo e o gênero.

Recorri aos estudos da pesquisadora brasileira Guacira Lopes Louro para compreender o pensamento denso e complexo de Judith Butler. Louro é referência no Brasil quando o assunto é gênero, sexualidade e educação. Seus estudos teóricos avançam, principalmente desde 1990, também pelo campo dos estudos *queer*, sempre buscando o diálogo com o campo da educação. Louro contribui também com importantes traduções de livros e artigos de pesquisadoras estrangeiras. Um deles foi de Joan Scott – outra autora que trago como contribuição para discutir gênero – com o trabalho intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. A historiadora americana trouxe novas concepções para pensar o uso da categoria gênero principalmente em um movimento de análise histórica.

O aspecto principal para a problematização sobre gênero, sexualidade e corpo está, a meu ver, inserido na marcação das identidades. Isso me fez voltar a atenção aos estudos do sociólogo e teórico cultural Stuart Hall, que descrevem fatores pelos quais as identidades – que segundo o autor são sempre transitórias e mutáveis – são estabelecidas na sociedade, como raça e etnia, por exemplo. Mostrando, assim, como a construção da identidade não é, nunca, um processo acabado. Pelo contrário, está em constante mudança e os sujeitos adotam tantas identidades quanto os seus papéis sociais. No entanto, as identidades são marcadas, caracterizadas e estereotipadas por regras, normas e sistemas simbólicos que perpassam culturas e processos históricos.

É a partir da problematização sobre a construção de identidades que se funda a teoria *queer*. Os estudos *queer* são todos aqueles que contestam as normas regulatórias, as noções clássicas de nominar os sujeitos; são, sobretudo, aqueles que representam a diferença. O próprio termo *queer*, que pode ser traduzido como estranho, excêntrico e também era usado como pejorativo para se referir às pessoas homossexuais, é algo que não pode ser definido ou enquadrado. De insulto o termo passou a um signo linguístico de resistência e tem sido usado por diversas pesquisas que buscam problematizar o conhecimento sobre gênero e propor novas formas de pensar a multiplicidade e

ambiguidade das identidades sexuais, quebrando com o determinismo biológico.

Grande parte das pesquisas contemporâneas na área dos estudos de gênero e *queer* seguem a proposta desconstrutivista do filósofo Jacques Derrida, com o intuito de abalar a lógica, as normas regulatórias e os binários hierárquicos estabelecidos sobre gênero. A desconstrução permite uma interpretação textual que busca desmontar certos discursos filosóficos, com o objetivo de mostrar a necessidade de olhar tanto o que está dito quanto o que está implícito em um texto. Para Derrida, os espaços, os brancos, o que está excluído e reprimido em um texto tem tanta relevância quanto aquilo que está expresso. Desta maneira, a desconstrução consiste na inversão das hierarquias tradicionais estabelecidas entre conceitos, para esclarecer o *jogo* de incessantes possibilidades de primazia de um termo sobre o outro.

É neste caminho de problematização, inquietação, crítica e discussão que esta dissertação se insere. Parto, aqui, de uma perspectiva pós-estruturalista que explora conceitos como gênero, sexualidade, corpo, identidade, performatividade e *queer* a partir de autores centrais como Judith Butler, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Stuart Hall, Michel Foucault e Jacques Derrida. Lanço o olhar para a revista *Trip Para Mulheres*, a *Tpm*, por se tratar de um produto que desde o lançamento assume a proposta de se diferenciar da tradicional mídia hegemônica que trata de assuntos relacionados à mulher e às questões de gênero. A *Tpm* tem periodicidade mensal, com distribuição nacional de 35 mil exemplares. As mulheres representam 92% do público consumidor da revista, sendo que 69% dessas leitoras têm de 26 a 45 anos. Conforme informações da Trip Editora, o projeto editorial de *Tpm* “combina qualidade de reportagens, design gráfico inovador, criatividade e um conhecimento profundo do universo das mulheres independentes” (Mídia Kit Editora Trip, 2016, documento eletrônico não paginado).

Há mais de 15 anos no mercado editorial de revistas femininas, *Tpm* apresenta mensalmente uma edição de 98 páginas, divididas entre reportagens, matérias, colunas, ensaio fotográfico, entrevistas e espaços semelhantes às editoriais das demais revistas femininas. Propõe discutir e pensar questões de gênero e sexualidade a partir de um viés diferente. Entretanto, as reportagens situadas nas seções “Páginas Vermelhas” e “Capa”, por exemplo, são sempre construídas a partir de uma personagem – geralmente alguma celebridade ou pessoa de destaque social, semelhante às demais publicações direcionadas às mulheres – e relatam histórias que destacam profissão, relacionamento, viagens, vida

pessoal, maternidade, entre outros temas. Desde seu lançamento, em maio de 2001, *Tpm* se coloca como uma publicação que tem o compromisso de romper com os tradicionais estereótipos e clichês relacionados à figura da mulher, principalmente no que diz respeito ao corpo, comportamento e liberdade sexual.

O jornalismo, considerado aqui como gênero discursivo (BENETTI, 2008) – principalmente no segmento de revistas femininas –, está inclinado a construir a informação carregada de estereótipos e representações, já que está inserido em uma cultura onde esses valores sociais estão pré-estabelecidos historicamente. Parto do pressuposto de que a revista *Tpm* atua diretamente na construção discursiva de identidades e representações de gênero, tendo em vista que é no discurso que as relações se estabelecem. Com isso, o problema de pesquisa se constitui na investigação da *Tpm*, a partir da perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, para compreender de que maneira o discurso jornalístico da revista aborda e/ou tensiona as discussões contemporâneas sobre gênero e identidade. Deste modo, a análise busca alcançar os seguintes objetivos específicos: 1) apontar as operações binárias que estruturam o texto; 2) comentar os valores, os conceitos e as ideias que subjazem a essas operações; 3) subverter as operações binárias existentes no texto; 4) desconstruir as concepções implícitas no texto e 5) avaliar criticamente os paradoxos discursivos de *Tpm*.

Muitos estudos sobre revistas femininas são realizados por pesquisadoras/es que investigam de que maneira a mulher, e assuntos considerados parte do universo feminino, são abordados pelo jornalismo segmentado, além de analisar como essas produções influenciam a construção da nossa realidade social. Entretanto, acredito que questões como as construções discursivas identitárias e de gênero dos sujeitos merecem problematizações mais aprofundadas, isto é, deve-se olhar também para os resultados e impactos sociais. É preciso, neste contexto, compreender a forma como esses materiais jornalísticos são construídos e relacioná-los com aspectos históricos e culturais, como fazem alguns estudos que questionam a produção de significados no mercado de revistas (BENATTI, 2005) e problematizam a maneira como a sexualidade é abordada pelos veículos, levando em consideração as posições dos sujeitos e o tratamento de temáticas (HOLLENBACH, 2003, 2005).

Os estudos investigativos sobre gênero vêm crescendo no âmbito das pesquisas interdisciplinares, promovendo reflexões sociais críticas e abrindo caminho para que outros trabalhos possam explorar a temática. No campo da comunicação as abordagens de gênero transitam

entre diferentes mídias, com análises e discussões voltadas para cinema, telenovelas e publicidade (VEIGA, 2011). Porém, dentro do campo dos estudos em jornalismo esse esforço ainda é tímido e gera uma carência em pesquisas que consigam criar diálogos com os estudos de gênero.

Na pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da plataforma Sucupira, poucos foram os resultados que referenciam trabalhos que dialogam com os dois campos, sobretudo no jornalismo pesquisas com esse foco ainda são poucas. Na primeira busca selecionei o campo “Jornalismo” e utilizei três termos: gênero, identidade e jornalismo, juntos e separados. A pesquisa resultou em 29 trabalhos que tratam de gêneros jornalísticos e identidades profissionais. Em um segundo momento o campo selecionado foi “Comunicação Social”, utilizando os mesmo termos gênero, jornalismo e identidade. Como resultados da busca foram identificados 35 trabalhos, porém, todos são associados a análises de blogs, redes sociais, cinema, literatura e publicidade e nenhum trata da relação do jornalismo com os estudos de gênero (gender).

Com o termo *queer* foram encontrados 266 registros de dissertações e teses em diferentes campos de estudos. As áreas que mais se destacaram foram Educação, Literatura e Estudos Linguísticos. Do resultado geral da pesquisa, 13 trabalhos indicam o campo da comunicação, sendo que apenas um representa o jornalismo, o trabalho da pesquisadora Marcia Veiga que discute a questão de gênero na produção noticiosa. A dissertação de Veiga (2010), transformada no livro “Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias”, é referência nos estudos que buscam refletir o papel do jornalismo nas discussões sobre gênero e identidade.

A pesquisa bibliográfica reafirma a falta de estudos e pesquisas que partam de programas de jornalismo e trabalhem os estudos de gênero (gender), de modo a problematizar os campos de estudo e a relação entre os dois. Assim, trabalhos que abordem temáticas como gênero e identidade se tornam necessários no campo jornalístico, principalmente para analisar os modos de produção e o fazer jornalístico na sociedade contemporânea.

Entretanto, ressalto o grande número de pesquisas no campo dos estudos de gênero, estudos *queer* e estudos feministas que fazem do jornalismo seu objeto de estudo. Trabalhos publicados em meios como a Revista Estudos Feministas, o Cadernos PAGU e no Instituto de Estudos de Gênero, por exemplo, demonstram um grande avanço nas pesquisas científicas, principalmente em teses e dissertações que abordam as

questões de gênero e teorias feministas e analisam desde um determinado momento histórico até ações e movimentos contemporâneos.

A partir das perspectivas expostas até aqui, apresento agora o caminho pelo qual a pesquisa se direciona nesta dissertação. No primeiro capítulo organizo o conjunto de referências teóricas que orientam a leitura da revista *Tpm*, criando um quadro conceitual sobre discurso, identidade, gênero, sexo e teoria *queer*, dentro do qual procuro situar a revista e seus discursos. Como apoio teórico trago obras e estudos de Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Joan Scott, Gayle Rubin e Kathryn Woodward, além de Patrick Charaudeau, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e Jacques Derrida. A base teórica que sustenta todo o desenvolvimento deste trabalho está apoiada, principalmente, em Butler e Derrida.

No segundo capítulo apresento o objeto empírico da pesquisa, a revista *Trip Para Mulher, Tpm*. Aqui aponto as tomadas de posição da revista, sua história, desenvolvimento, caracterização, proposta editorial e delinhe o conteúdo apresentado por *Tpm*, para formular um primeiro elenco de hipóteses de leitura. Também, no segundo capítulo, aponto o processo de construção metodológica para análise da revista, que consiste na interpretação e leitura das reportagens, matérias, entrevistas e colunas que abordam diretamente as questões de gênero e identidade, para identificar as hierarquias, oposições binárias e os padrões textuais que se repetem, ou que se destacam por algum motivo e, a partir deste movimento, exponho seus paradoxos discursivos .

No terceiro capítulo, dou início aos movimentos de análise, onde aponto as características principais de cada seção, os padrões mais significativos e constantes no discurso da revista e seus paradoxos discursivos. Após, três binários opostos e hierárquicos, homem/mulher, masculino/feminino e corpo/mente, que constituem e configuram o discurso *Tpm*, são desconstruídos, problematizados e interpretados a partir das perspectivas teóricas já apresentadas. Aqui realizo a crítica dos discursos da *Tpm*, apresentando suas ambivalências, seus paradoxos e as marcas de sua agência sobre as identidades sociais, que reforçam estereótipos de gênero e reproduzem representações sobre corpo, beleza, maternidade e casamento, principalmente associadas a figura feminina. Finalizo o terceiro capítulo com uma breve discussão sobre jornalismo de revista e imprensa feminina contemporânea no Brasil, em que aponto as características e funções deste segmento.

Nas considerações finais desta dissertação, problematizo as construções identitárias e as questões de gênero nas revistas femininas

brasileiras e discuto o jornalismo sob a ótica dos estudos de gênero, pensando em possíveis alternativas e caminhos para que o campo seja mais plural e menos normativo

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE IDENTIDADE E GÊNERO

1.1 DISCURSO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A linguagem, seja ela falada, escrita ou imagética, é mais que um suporte para a transmissão de informações, pois por meio dela é possível construir e modificar as relações no cotidiano social. Inserido no processo linguístico, o discurso atua como todo modo de ação, ou seja, formas em que as pessoas agem sobre o mundo e especialmente sobre os outros, além de ser um modo de representação. Segundo Fairclough (2001) “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimentos e crenças” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104). Discurso², aqui, é considerado como prática social, interação entre falante e receptor ou escritor e leitor, envolvendo processos de produção e interpretação e sempre considerando o seu contexto situacional. O texto, por exemplo, compreendido como uma parte visível e material de um discurso, se constrói em um “processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário (BENETTI, 2007, p. 111, grifos da autora)”.

O discurso, conforme argumenta Charaudeau (2013), impõe aos sujeitos “uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo” (p. 151). É através da informação e dos acontecimentos relatados que o discurso midiático busca legitimidade, com base em provas de “autenticidade”; “responsabilidade”; “verdade”; “propósitos”; e provas de posicionamento, como “autoridade”; “poder”; e “engajamento” (CHARAUDEAU, 2013). As provas servem para dar credibilidade ao veículo midiático, pois colocam em questão fatores que criam efeitos de verdade em um determinado discurso, como a origem da informação, a nomeação da fonte, o posicionamento e o lugar de fala em que a informação é construída.

² Para trabalhar o conceito de discurso apoio-me em autores de diferentes perspectivas em relação à análise discursiva. Embora Fairclough, Charaudeau, Benetti e Foucault sejam de momentos e pesquisas distintas, ambos contribuem para a discussão que trago sobre a conceitualização e a caracterização do discurso.

Os meios de comunicação determinam o discurso adotado considerando condições diversas, e levando em conta a intencionalidade de cada veículo, como o alcance, os efeitos e o que quer realmente informar. Os modos discursivos, da escolha de palavras às imagens, provocam diferentes sentidos. Um deles é o modo de regulação e normatização da sociedade, provocado “por discursos banais que, ao mesmo tempo, determinam o que são e o que devem ser os comportamentos do corpo social” (CHARAUDEAU, 2013, p. 119).

É importante perceber, no entanto, que a estrutura do discurso varia em diferentes situações e áreas do conhecimento, como os sujeitos sociais são reconhecidos por meio dele e como o fator histórico modifica ou produz novos discursos em determinadas condições sociais.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

As práticas do discurso estabelecem as relações de poder e direcionam saberes agindo de forma pedagógica. Camuflados, ou diretamente expostos, os discursos perpetuam e têm o poder de influenciar diretamente no comportamento social, principalmente nos processos a que os indivíduos são submetidos desde a infância, ditados por instituições como família, igreja e escola. Essa é uma das formas de poder (FOUCAULT, 1996) que são exercidas pelas práticas discursivas institucionalizadas e que operam como indicativo de mudança social. É possível compreender, assim, que todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos (FOUCAULT, 2005).

As relações de poder acontecem na produção e interação entre diferentes discursos, portanto, “aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1995 p. 243). É no exercício do poder que se cria um campo de possibilidades de condutas e formas coercitivas de agir, que ditam um ou mais modos de comportamentos enquadrados naquilo que é considerado aceitável

socialmente. Assim como a igreja, a escola e o Estado, o jornalismo – aqui ponderando o jornalismo especializado de revista – também é uma instituição constituída de relações e efeitos de poder, que são exercidos sobre a liberdade dos sujeitos. Liberdade que, aliás, é a condição para que o poder exista.

Por meio de um conjunto especial de técnicas e recursos que são próprios das sociedades atuais – ou a “ordem do discurso”, como indica Foucault (1996) – os discursos operam estrategicamente para despertar efeitos sobre os indivíduos e, deste modo, são incorporados pela conduta social. Por isso, “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2005, p. 171).

As identidades e representações também são construtos sociais resultantes das práticas discursivas e se constituem nos contextos culturais já estabelecidos na sociedade. É por meio desse processo que os papéis sociais, como masculinos e femininos, são destinados aos sujeitos. Portanto, a identidade social de um indivíduo é resultante daquilo que é definido nos e pelos discursos que o envolvem ou nos quais ele circula. Conceituar identidade, contudo, não é tarefa fácil, talvez nem seja possível, visto que ela é fluida, instável e se desloca conforme as demandas sociais e culturais de determinados contextos. Para manter a ordem entre os indivíduos – e suas identidades – a sociedade cria sistemas classificatórios e de representação – mãe/pai, nós/eles, sagrado/profano – que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2009, p.17).

Ao refletir sobre o que representa debater identidade na chamada “modernidade tardia”, Stuart Hall (2011) problematiza diferentes definições³ de sujeito realizadas ao longo dos séculos.

³ Stuart Hall apresenta três definições de sujeito, o “*sujeito do iluminismo*”, “cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo” (HALL, 2011, p.11), o “*sujeito sociólogo*” cuja identidade é “formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2011, p. 11), e o “*sujeito pós-moderno*” que diz respeito àquele que não apresenta uma identidade essencial ou permanente e

Segundo Hall, as velhas noções de identidade entraram em declínio e os indivíduos contemporâneos estão fragmentados, descentrados e assumem uma pluralidade de identidades ao mesmo tempo em que entram em conflito com elas. A identidade é constituída, então, pelas posições que os sujeitos assumem e com as quais se identificam.

Na construção das identidades estão imbricados processos simbólicos que dão sentido às relações e práticas sociais. Desta forma, os sujeitos são posicionados de diferentes modos, em diferentes lugares e momentos e conforme os diferentes papéis sociais que exercem. A mulher-esposa-mãe-profissional, por exemplo, vai assumir cada uma de suas identidades conforme o contexto em que está inserida, a expectativa que precisa corresponder e as restrições que lhes são impostas. A identidade é, então, relacional, ela é marcada e depende da diferença (WOODWARD, 2009). Diferença é o que separa uma identidade da outra, ou seja, quando uma identidade é afirmada ela aponta para aquilo que é e também para o que não é. Se um sujeito diz-se brasileiro, está também dizendo que não é alemão, nem italiano. A diferença é marcada por sistemas simbólicos que atribuem distintos sentidos e posições às coisas e pessoas e “as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue as diferenças são cruciais para compreender a identidade” (WOODWARD, 2009, p. 41).

Ao compreender a identidade e a diferença como resultados da criação linguística, ou seja, existem por meio do ato da linguagem, Tomaz Tadeu da Silva (2009) afirma que ambas só podem ser compreendidas dentro dos sistemas de significação que adquirem sentidos. Porém, identidade e diferença não têm uma determinação final ou uma definição feita por sistemas discursivos e simbólicos, já que a linguagem, como forma de significação, não apresenta uma estrutura estável.

Essa determinação fatal da linguagem decorre de uma determinação fatal do signo. O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto (o objeto “gato) ou um conceito ligado ao objeto concreto (o conceito de “gato”) ou um conceito abstrato (“amor”). O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Na linguagem filosófica de Derrida, poderíamos dizer que o

“assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2011, p. 12).

signo não é uma presença, ou seja, a coisa ou o conceito não estão presentes no signo. (SILVA, 2009, p. 78).

Essa associação da diferença com a estrutura da linguagem é feita para afirmar que o signo, qualquer que seja ele, não pode ser reduzido somente a ele mesmo, ou seja, à própria identidade, pois toda identidade carrega a diferença e ambas são marcadas pela instabilidade, assim como a linguagem. Toda identidade, argumenta Stuart Hall (2009), necessitada daquilo que lhe falta - da diferença, e por isso pode funcionar como “pontos de identificação e apego apenas *por causa* da sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto” (HALL, 2009, p.110, grifos do autor).

A problematização sobre identidade ganha força nos Estudos Culturais e perpassa também os movimentos sociais que buscam uma nova política de identificação. A forma como é produzida, contestada e significada é questionada por grupos específicos que buscam afirmar suas identidades culturais julgadas pertencentes às formas excluídas e marginalizadas de identificação – como os movimentos feministas, dos gays, lésbicas e transexuais. Nesse contexto, o movimento feminista, por exemplo, pode apelar para aspectos biológicos ou históricos para legitimar o seu lugar, o que pode implicar a exigência de uma cultura exclusivamente de mulheres. Conforme Butler (2015), é preciso compreender que a criação de uma categoria “mulheres”, ou seja, “o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2015, p. 20). Pensar o feminismo a partir de uma base universal com o conceito de “mulher” ou de uma “identidade feminina” tornou-se um risco para os movimentos, pois como sugere Butler

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2015, p. 21).

Não há mais, ainda segundo Butler, como desvincular a noção de gênero dos aspectos culturais e políticos que interseccionam a sua conceitualização. Conforme Woodward (2009), os movimentos sociais e ativistas podem, também, adotar uma posição não-essencialista sobre as questões identitárias, para enfatizar que “as identidades são fluidas, que elas não são essências fixas nem estão presas às diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas” (WOODWARD, 2009, 35). A construção cultural das identidades é compreendida, sobretudo, em função das diferenças que são estabelecidas.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (WOODWARD, 2009, p. 50).

As identidades, então, são contestáveis e podem entrar em colapso, em conflito e os indivíduos acabam passando por uma “crise de identidade” (HALL, 2011). Os sujeitos passam a ter identidades híbridas e se deslocam diariamente entre seus distintos papéis sociais. Os conflitos acontecem quando as funções sociais de cada papel se chocam e é preciso abdicar de um para exercer o outro. Essa crise pode ocorrer em diferentes momentos, mesmo nos mais inesperados. Um exemplo simples e recorrente na sociedade é de uma mãe que precisa atender as necessidades de um filho, ao mesmo tempo em que precisa cumprir o papel profissional em seu emprego. Há expectativas dos dois lados e a difícil conciliação pode leva-la a uma crise identitária, já que ambas as identidades são fixadas em valores simbólicos que precisam ser alcançados – ser uma boa mãe implica passar mais tempo com a filha/o, ser uma boa profissional significa dedicar seu tempo à carreira. Sobre a “crise de identidade”, comenta Hall (2011),

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens de

mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós). Dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2011, p. 75)

O autor coloca em discussão um aspecto importante a ser considerado no processo de identificação pelo qual os indivíduos se reconhecem ou se projetam na construção de suas identidades. As instituições disseminam possibilidades as quais a sociedade pode/deve adotar – uma representação do que é “moral”, normas, leis e regras que permitem e restringem as ações sociais. A mídia, pensada em sua hegemonia, não apresenta diferentes possibilidades de representar as identidades. Entra em questão aqui o papel das revistas femininas como veículo que pauta um universo feminino repleto de “problemas” cotidianos de cada uma das identidades possíveis (e limitadas) de serem adotadas pelas mulheres. O conflito dessas identidades entra em discussão nas matérias e reportagens que abordam temas como maternidade, profissão, casamento e outros, e carregam valores simbólicos impostos a cada papel social direcionado às mulheres. A carga de significados atribuídos às identidades femininas resulta em construções que giram em torno de um único centro, como se elas fossem unificadas e fixas.

Entretanto, deve-se retomar ao pensamento das identidades como não estáveis ou homogêneas, já que elas são fluídas, são construções e resultados de processos de produção de significados, são fragmentadas e inacabadas. Hall (2011) argumenta ainda que a identidade é formada em um processo inconsciente que habita o imaginário dos indivíduos, mesmo que esses vejam a si mesmos como seres unificados e resolvidos em sua identidade.

A representação dos papéis sociais e de outras formas simbólicas e culturais é fundamental para a formação da identidade e da diferença, pois age como meio de sustentação, de suporte para as construções. Na perspectiva pós-estruturalista, adotada nesta pesquisa, a representação é compreendida apenas por sua dimensão de significante, ou seja, atua como um sistema de signos, como marcas materiais visíveis e exteriores. A representação analisada dentro de um sistema

cultural linguístico, que é arbitrário e conectado às relações de poder, é uma maneira de atribuir sentido, tendo em vista que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2009, p. 91).

Além da atribuição de valor e sentido, as representações estabelecem as exclusões dos sujeitos não representados e, deste modo, determinam as fronteiras e os territórios de um espaço social comum, onde o público e o privado invadem um ao outro. Conforme Charaudeau,

As representações têm essencialmente três funções sociais intimamente ligadas umas às outras. A de *organização coletiva* dos sistemas de valores que constituem esquemas de pensamento normatizados próprios a um grupo; a de *exibição*, diante de sua própria coletividade, das características comportamentais do grupo (rituais e lugares-comuns) com fins de visibilidade, pois os membros do grupo têm necessidade de conhecer o que compartilham e o que os diferencia dos outros grupos, para constituir sua identidade; e a de *encarnação* dos valores dominantes do grupo em figuras (indivíduo, instituição, objeto simbólico) que desempenham o papel de representantes da identidade coletiva. (CHARAUDEAU, 2013, p. 116-117).

Uma das consequências dessas funções descritas por Charaudeau é a ação disciplinadora das instituições. É por meio da produção de representações fixadas em identidades específicas, como acontece na grande mídia hegemônica – especialmente no segmento de revistas femininas –, que as instâncias midiáticas dizem “como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular – o adolescente “esperto”, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível.” (WOODWARD, 2009, p. 17-18). O modo como os sujeitos realizam suas escolhas está inconscientemente ligado às representações que são apreendidas sobre determinadas coisas, pessoas e lugares. A sexualidade é um dos pontos mais afetados pelo sistema dominante de representações, pois as vivências pessoais são reguladas por significados culturais produzidos internamente nesse sistema.

A disputa pela construção da identidade, e junto dela a diferença, implica uma disputa entre as relações de poder. As formas

como os indivíduos são incluídos ou excluídos, classificados, normalizados e demarcados em suas fronteiras refletem a presença do poder que marca as relações. A atribuição de valores, ou seja, o classificar e dividir, significa também uma forma de hierarquizar através de um ponto de vista da identidade (SILVA, 2009). A identidade nacional, por exemplo, é uma concepção que apela para fatores históricos e essencialismos culturais com o objetivo de criar laços para conectar, de alguma maneira, os indivíduos de uma determinada nação. Os “mitos fundadores”, como indica Silva (2009), funcionam como narrativas que legitimam uma identidade nacional por meio de histórias heroicas e acontecimentos cruciais do passado. São os mitos, e também símbolos como hinos e bandeiras, que garantem certa estabilidade a uma identidade nacional, possibilitando assim a criação de vínculos sentimentais entre a sociedade.

A caracterização das identidades que tendem a ser fixadas em valores acontece também através de um apelo biológico ou natural. Identidades raciais ou sexuais, por exemplo, são hierarquizadas de acordo com os significados e símbolos dominantes de uma cultura. Deste modo, as separações entre classes sociais, raça, etnia e identidade sexual não são apenas formas de ordenar o social, mas sim um meio em que as instituições podem hierarquizar as relações de poder.

As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro/, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. Fixar uma identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (SILVA, 2009, p. 83).

A reflexão sobre os binarismos que o autor traz para o campo da identidade e diferença parte de uma concepção do filósofo pós-estruturalista Jacques Derrida, que discute a estrutura das oposições

binárias. Conforme Derrida, nessa lógica um dos termos sempre é privilegiado e a ele é atribuído um valor positivo, enquanto ao outro resta a função de ser secundário e negativo. Os estudos de Derrida sobre a desconstrução das oposições binárias, a fim de compreender as relações de poder e as hierarquias que são atribuídas aos termos, são apresentados detalhadamente no próximo capítulo. Por enquanto, basta a consciência de que quando se pensa no processo de construção da identidade não há nada de natural, essencial ou simples, tampouco há uma centralidade em relação aos sujeitos.

1.2 GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE: NÃO DÁ PARA NORMATIZAR

A produção de conhecimento sobre as formas de pensar a sociedade, a cultura e o poder vem permeando os campos teóricos e políticos ao longo das últimas décadas, movidos por transformações que ocorrem principalmente no âmbito social. Os modos de compreender a construção do sujeito e sua sexualidade são explorados de diferentes maneiras entre os campos de estudos, que passam de determinismos biológicos ao construcionismo social. A reflexão sobre gênero está diretamente ligada com as questões identitárias, ambas sendo observadas como processos em construção. Não é mais possível analisar a constituição dos sujeitos com base em fatores naturais, biológicos e fixados em valores centrais, principalmente tendo em vista todas as transformações culturais e sociais ocorridas os séculos XX e XXI.

Não há, contudo, respostas objetivas e absolutas sobre as questões de gênero e identidade, aliás, há mais perguntas do que respostas propriamente ditas. É por esse caminho de constantes questionamentos e reflexão crítica que esta pesquisa adentra. Os conceitos centrais deste trabalho são articulados com perspectivas que permeiam os estudos culturais, estudos feministas, estudos de gênero e principalmente pós-estruturalistas. Nada mais justo para falar e refletir sobre gênero e identidade do que o diálogo entre vertentes e diferentes autoras e autores, já não que não há, nunca, a pretensão de enquadrar esses processos em uma única forma de conhecimento. No fazer científico, acadêmico ou político sobre gênero e identidade não há certezas, tampouco há um saber absoluto, um método analítico considerado *correto*. Refletir sobre a constituição dos sujeitos, sobre as relações de poder e as transformações sociais e culturais, implica estar sempre aberto ao novo, ao mutável, ao incontável. É no

caminho/processo de produção de conhecimento que “buscamos superar o raciocínio do tipo *ou* isso *ou* aquilo e ensaiamos a produtividade de pensar que algo pode ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo. (LOURO, 2007, p. 215)” e, mais que isso:

Não me parece adequado supor, portanto, um único modo de conhecer “científico” que deva ser buscado por todos. O modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas. É, certamente, afetado por nossa história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupamos, pelas oportunidades e encontros que tivemos e temos. O modo como conhecemos é, por tudo isso, incontrolável, volátil. Mas essa constatação não significa que não possamos refletir sobre esse processo. (LOURO, 2007, p. 213).

Ao adotar esse posicionamento, trago para o debate sobre gênero, sexo e sexualidade as escolhas teóricas que me acompanham nesse processo de reflexão e aprendizagem, com que me identifico e cuja inserção julgo extremamente necessária neste trabalho. A seguir, discorro sobre reflexões e perspectivas que embasam o debate sobre gênero, corpo e sexualidade.

1.2.1 As contribuições das teorias feministas

Pensar o feminismo é, antes de tudo, compreender que esse campo apresenta diferentes vertentes e ao mesmo tempo partilha ideias comuns⁴. A reflexão sobre a inferiorização da mulher, principalmente sobre os lugares ocupados na sociedade pelas em relação aos homens, é um importante debate que acompanha o movimento feminista. Embora o pensamento feminista tenha passado por diferentes fases, a discussão sobre a subordinação feminina como algo naturalizado na sociedade esteve presente desde então. Conforme Piscitelli, “essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente” (PISCITELLI, 2001, p. 2).

⁴ Neste item trago uma breve discussão sobre os movimentos e teorias feministas, com o objetivo de situar a chegada do conceito “gênero” nos estudos acadêmicos e nos próprios movimentos feministas.

Deste modo, surge no movimento feminista uma identidade comum, pois “o reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas” (PISCITELLI, 2001, p. 4). Os aspectos biológicos, então, levaram o feminismo para o campo essencialista. Após a fase “humanista”, em que o foco estava direcionado às lutas por igualdade na aquisição de direitos civis, políticos e sociais, uma nova luta marcou o movimento, que passou a ser “diferencialista” a luta pela afirmação das diferenças e das identidades. Ao final dos anos 1970, os movimentos feministas, bem como as teorias deste campo, passaram a abordar o gênero como elemento importante, pois alterou o foco das discussões e reivindicações sociais. A conceitualização acerca da construção das identidades sexuais esteve diretamente relacionada às questões de gênero, fator esse que fez avançar os estudos feministas da época, principalmente por incluir o debate sobre as especificidades do masculino e do feminino em uma perspectiva histórica e social. A teorização sobre o sexo/gênero estava cada vez mais presente nas produções acadêmicas e intelectuais, que tinham como proposta pensar as construções sociais relacionadas à mulher a partir dos sistemas culturais e das relações de poder.

O termo gênero ganhou força no pensamento feminista, principalmente a partir do ensaio “*O Tráfico das Mulheres: Notas Sobre a Economia Política do Sexo*”⁵, escrito por Gayle Rubin e publicado em 1975. Conforme Rubin (1975) é a partir do sistema sexo/gênero que “uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e nas quais essas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (PISCITELLI, 2001, p. 8). Com isso, os estudos feministas passaram a ampliar suas questões, refletindo sobre o modo como gênero opera politicamente nas sociedades, além de complexificar a discussão sobre o poder.

O gênero como novo elemento do feminismo – ou dos feminismos – proporcionou, também, a desconstrução dos papéis feminino e masculino, naturalizados a partir de características biológicas e essencialistas. A crítica feminista passou a pensar o gênero a partir de um caráter interseccional, que abarca diferentes categorias, como classe, raça, etnia e outros aspectos que configuram situações específicas, além de considerar o gênero como um importante elemento que constitui as

⁵ RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*. In: REITER, Rayna. **Toward an Anthropology of Women** Monthly Review Press, New York, 1975.

relações sociais. Conforme afirma Nicholson (1999) “o conceito de ‘gênero’ foi introduzido para suplementar o de ‘sexo’, não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o ‘gênero’ era visto como substituto de ‘sexo’ como também ‘sexo’ parecia essencial à elaboração do próprio conceito de ‘gênero’” (NICHOLSON, 1999, p. 55).

A inserção do debate sobre o gênero implicou na necessidade de o feminismo repensar o sujeito que representa: a categoria “mulheres” e sua identidade definida. Butler (2015) afirma que o fundacionismo biológico, ou seja, o entendimento de sexo a partir de aspectos biológicos que coexistem com aspectos comportamentais, torna a noção de sujeito do feminismo problemática, pois implica uma identidade comum ao termo “mulheres”. Segundo a autora:

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (BUTLER, 2015, p. 21)

A autora afirma, ainda, a importância de repensar as construções identitárias e as políticas representacionais, com a finalidade de renovar o feminismo e libertar a teoria feminista da necessidade de um sujeito construído por uma base conceitual permanente e única, como aconteceu com a categoria “mulheres” (BUTLER, 2015).

As feministas “diferencialistas”, como sugere Joana Maria Pedro, “eram acusadas de ‘essencialistas’, [...] estariam considerando que seria o sexo – no caso do genital – que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação” (PEDRO, 2005, p.81). Nessa perspectiva, o gênero surge como uma substituição da categoria mulheres (SCOTT, 1990). Para Joan Scott (1990), gênero é o que organiza socialmente a diferença sexual, além de estabelecer significados das diferenças que dizem respeito ao corpo.

O uso da palavra gênero pelos movimentos feministas – em substituição a sexo, principalmente a partir dos anos 1980 –, buscou reforçar a noção de que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do

“sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura” (PEDRO, 2005, p. 78).

Outra vertente do pensamento fica clara nos anos 1990. Algumas autoras feministas passaram a problematizar a distinção de sexo/gênero, pois criticam a construção dessa oposição, indicando que implica identidades essenciais, com “mulher” e “homem”. Autoras como a bióloga e historiadora Donna Haraway (1991) e a filósofa Judith Butler (1990) propuseram abordagens desconstrutivistas, que se aproximam da perspectiva pós-estruturalista, para pensar o gênero em relação ao sexo. Conforme Piscitelli (2001):

[...] para além de confusões terminológicas, as autoras engajadas em abordagens desconstrutivistas compartilham certos posicionamentos, particularmente, uma série de questionamentos feitos aos modelos teóricos totalizantes: contestam a validade dos conceitos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições; questionam, também, as abordagens que formulam a compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna; trabalham com uma noção pulverizada de poder; com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente; valorizam a linguagem e o discurso como práticas relacionais que produzem e constituem as instituições e os próprios homens como sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder. (PISCITELLI, 2001, p. 14).

As novas conceitualizações sobre o gênero resultaram em deslocamentos teóricos no campo do pensamento feminista, e proporcionaram formulações mais elaboradas na discussão sobre a subordinação da mulher na sociedade, e em relação ao homem, de modo universal. Com a inserção do debate sobre gênero, as discussões sobre o corpo, a sexualidade e a matriz heterossexual que regula a conduta social passaram a figurar na produção acadêmica e intelectual das teorias e dos movimentos feministas. Na perspectiva feminista,

portanto, o gênero ocupa, também, uma posição de categoria histórica e analítica.

1.2.2 Reflexões teóricas sobre questões de gênero

O corpo tem sido o ponto principal para determinar posições e lugares que os indivíduos ocupam na sociedade. Maneiras de classificar, hierarquizar, padronizar, e atribuir valores têm sido direcionadas aos sujeitos ao longo dos anos, com base na aparência e visibilidade de seus corpos. São os valores e significados dados as características dos corpos, impostos pela cultura, que diferenciam os sujeitos e lhes atribuem poder. Os corpos são marcados, é: “a cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios [...]” (LOURO, 2008, p. 75) que atribuem significados culturais e classificam gênero, raça, classe, etnia etc. Entretanto, as marcas atribuídas aos corpos devem ser pensadas como transitórias, visto que mudam conforme a cultura e o momento histórico. Compartilho com Louro (2008) o entendimento de que as mudanças que acontecem na caracterização dos corpos estão diretamente ligadas às transformações no modo de atribuir significados aos papéis sociais de uma determinada sociedade, principalmente na binariedade masculino/feminino.

É imprescindível, então, compreender que a inscrição de um corpo no mundo é feita discursivamente. É o discurso que habita o corpo e o expressa na sociedade, que o define como sujeito e determina seu gênero e sexualidade. Além disso, é a partir das relações de poder, e através dos discursos que investem na ideia do sexo como natural e biológico – o discurso religioso, por exemplo –, que o corpo ganha significado. A sexualidade passa a ser, então, o resultado de um processo discursivo e de poder que envolve a constituição do sujeito como ser social. Esse processo pode passar despercebido, mas é preciso estar atento para o fato de que a “nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. (LOURO, 2007, p. 209)”.

Problematizar a noção de que a construção social se faz *sobre* um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo *a priori*, quer dizer, um corpo que existiria *antes* ou *fora* da cultura. A identificação ou a nomeação de um

corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que essa cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota. (LOURO, 2007, p. 209).

Os aspectos corporais são determinantes para que o gênero seja nomeado, geralmente fixado em uma visão essencialista que considera o sexo e o desejo como fatores biológicos. Essa visão da constituição dos corpos como um processo natural é contraditória e está sendo repensada no âmbito dos estudos de gênero, pois a identificação sexual está enraizada em um processo histórico e cultural. Tanto sexo quanto gênero são construções sociais, culturais e principalmente discursivas e, mais que isso, enfatiza Butler (2015), “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2015, p. 27). No entanto, as normas culturais regulam e limitam o sexo às suas raízes “biológicas” e com isso estabelecem manifestações permissíveis de sexualidade. A manutenção das normas é feita diariamente pelas instituições sociais em que os sujeitos estão inseridos.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. (LOURO, 2008, p. 82).

Neste contexto, o sexo exige um gênero e um desejo, mas para isso é necessário que esse gênero seja constituído em oposição ao que deseja. “Essa concepção de gênero não só pressupõe uma relação casual entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete e exprime o desejo” (BUTLER, 2015, p. 52). Para Foucault (1993) o sexo é uma categoria construída através de um modo de sexualidade que é historicamente específico e constituído nas relações de poder, as quais delimitam as possibilidades de *ser* dos sujeitos. As identidades sexuais são

demarcadas antes mesmo do nascimento, na “simples” decisão de denominar como feminino ou masculino – categorização marcada, é claro, pelas genitálias – o ser que vem ao mundo. O poder de transformar um indivíduo neutro em menino ou menina é uma característica da linguagem que deriva da concepção do que se entende biologicamente por gênero. A nomeação é “o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (BUTLER, 1993, p. 8).

Para entender o gênero, no entanto, é preciso ir além das marcações sexuais e demonstrar que “é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (LOURO, 1997, p. 21). O debate sobre gênero é especialmente situado no campo social a fim de questionar, acima de tudo, as relações desiguais existentes entre os sujeitos. A concepção de gênero tem sido construída sob uma lógica dicotômica de polos opostos – masculino/feminino, homem/mulher –, enraizada no caráter heterossexual das relações. No entanto, essa é uma compreensão que começa a ser abalada, desconstruída, visto que os sujeitos não se enquadram sempre em uma mesma identidade, como discutido anteriormente. Há mulheres que não se reconhecem no feminino, da mesma forma que há homens que não identificam o masculino em si. Não é possível indicar que haja apenas uma feminilidade ou uma masculinidade. A dicotomia hegemônica produzida sobre a concepção de gênero acaba por excluir os sujeitos que não são representados por essa forma centralizada e fixa de sexualidade: a heterossexualidade.

É a partir do gênero, usado como mecanismo de naturalização, que as noções de masculino e feminino são produzidas. Mas, a própria conceitualização de gênero pode ser usada como dispositivo para subverter a lógica binária, levando em conta que é um processo, uma construção, como descreve Louro (1997):

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também

transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe... (LOURO, 1997, p. 28).

É necessário, então, analisar o gênero considerando-o como um fenômeno *histórico* que vem sendo produzido e reproduzido, que é transformado pelo tempo e pelas diferentes situações. Conforme problematiza Scott (1995), “a história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos” (SCOTT, 1995, p. 82). O gênero é, sobretudo, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

O poder derivado das relações e das instituições atua por meio de técnicas e práticas cotidianas como disciplinador dos sujeitos e seus papéis sociais. De modo coletivo ou individual, esse conjunto de práticas e ações coercitivas opera historicamente na regulação dos corpos, controlando homens e mulheres e indicando modos de ser e de agir através de um poder disciplinador (FOUCAULT, 1993). São essas determinações e estratégias “que de modo muito direto, instituíram lugares socialmente diferentes para os gêneros” (LOURO, 1997, p.41).

O modo como o sujeito é colocado em relações de poder complexas faz com que seja necessário repensar o exercício do próprio poder inserido nas instituições modernas que interferem diretamente nas ações dos indivíduos. As escolhas dos sujeitos em sua vida social passam a ser pré-determinadas por situações, conflitos e relações de poder, através de saberes e ordens que afetam a liberdade de cada um. Foucault (1995) argumenta que para entender as relações de poder talvez seja preciso fazer o caminho contrário e investigar as formas de resistência e as “*tentativas de dissociar estas relações*”. Investigar de onde vem o poder, ou qual seu destino, não é tão importante quanto questionar “por onde ele passa e como isso se passa, quais são todas as relações de poder, de que modo se podem descrever algumas das principais relações de poder exercidas em nossa sociedade?” (FOUCAULT, 2005, p. 73).

As relações de poder são exercidas por meio da produção e troca de signos, portanto, “aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1995 p. 243). É

no exercício do poder que se cria um campo coercitivo de condutas e formas de agir, os quais ditam um ou mais modos de comportamentos enquadrados naquilo que é considerado aceitável socialmente.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma sujeito (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Gayle Rubin (2006) considera que o sistema criado entre sexo e gênero se constitui como um conjunto de arranjos por meio do qual a sociedade consegue transformar a sexualidade, considerada biológica, em um “produto da atividade humana” (RUBIN, 2006). Desconstruir certezas biológicas sobre sexo e gênero contribui para a discussão e problematização da construção cultural, histórica e discursiva desses termos e desnaturaliza a norma heterossexual fixa na sociedade moderna. Um debate mais consciente implica pensar, conforme Rubin (2006), que:

A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível. Uma pessoa pode então pensar as políticas sexuais nos termos de fenômenos como populações, vizinhanças, padrões de ajustamento, migração, conflito urbano, epidemiologia, e tecnologia política. Estas são categorias de pensamento mais frutíferas do que aquelas mais tradicionais como pecado, doença, neurose, patologia, decadência, poluição, ou a ascensão e queda de impérios. (RUBIN, 2006, p. 13).

As instâncias de saber sobre gênero, sexo e sexualidade estão, também, fixadas em noções e classificações obtidas através do corpo, que geram relações de poder e legitimam os papéis sociais dos sujeitos. Refletir sobre essas construções sociais é olhar também para o papel do jornalismo – aqui pensado pelo segmento revista feminina a partir da revista *Tpm* –, como mídia que produz e reproduz representações, na produção de conhecimento e informação sobre essas temáticas.

Não se deve, porém, considerar sexo como uma verdade essencialista vinda do interior de uma identidade, pois ele é *performativo* e pode subverter os significados impostos à noção de gênero (BUTLER, 2015). Assim como a sexualidade – e o gênero – que também são construtos históricos produzidos culturalmente e carregados de possibilidades múltiplas, instáveis e provisórias (LOURO, 2007). Afinal, Simone de Beauvoir não nos deixa esquecer, com sua célebre afirmação, que “não se nasce mulher, torna-se”.

1.2.3 *Queer*: pós-identitário e performático

Contestar as normas regulatórias, apontar para o estranho, para o que está fora do centro, questionar as construções identitárias, desconstruir os binarismos conceituais tradicionais: isso é pensar *queer*. As teorias *queer* surgiram ao longo do século XX com a problematização de noções clássicas associadas aos sujeitos, principalmente em questões de identidade. O termo *queer*, apresenta Louro (2008), “pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais.” (LOURO, 2008, p. 38).

O *queer* ganhou força principalmente a partir dos anos 1990 com movimentos e estudos que representam a diferença, que não querem ser assimilados e normatizados. Os estudos *queer* buscavam a destabilização das identidades fixas e principalmente do binarismo heterossexual/homossexual e todas as distinções que ele implica. O *queer* não tem essência e é uma identidade disponível para qualquer pessoa que seja marginalizada por suas escolhas e práticas sexuais. Uma perspectiva *queer* implica deixar de lado as classificações, as imposições e as hierarquias. O *queer* assume um lugar transitório, móvel que rompe com tudo aquilo que é seguro e cômodo. O termo é assumido principalmente por movimentos homossexuais como forma de contestar e se opor à norma heterossexual, mas “não escaparia de sua crítica à

normalização do movimento homossexual dominante” (LOURO, 2008, p. 38).

O movimento *queer* está também ligado às vertentes do pensamento pós-estruturalista que problematiza as noções clássicas atribuídas à identidade e ao sujeito (LOURO, 2008). O processo de desestabilização acionado pelas teorias e pesquisas *queer* tem acontecido por meio da desconstrução e da contestação como crítica sociocultural, em que as relações de poder são deslocadas e fragmentadas junto com os binários opostos da linguagem.

Alguns pontos foram fundamentais para o desenvolvimento da teoria *queer*, como o estudo sobre sexualidade de Michel Foucault (1993). O autor problematiza os discursos e seus efeitos que produzem e controlam as classificações de sexo, principalmente os que são pronunciados por instituições como a igreja e áreas como sexologia e psiquiatria.

Para além de indicar o caráter discursivo da sexualidade, Butler (2015) oferece novas concepções sobre sexo e gênero, ao sugerir que a sociedade constrói normas que regulam o sexo dos sujeitos. Entretanto, os corpos não agem sempre em conformidade com as normas que lhes impõem determinadas materializações. Com isso, é possível afirmar que tais normas tem caráter “performativo”, isto é, “têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual” (LOURO, 2008, p.44).

O conceito de performatividade foi incorporado por Butler para afirmar que a linguagem que trata do sexo e dos corpos não se limita a descrevê-los, mas no momento em que os nomeia produz e constrói os sujeitos e seus corpos. Esse conceito, no entanto, faz parte da filosofia da linguagem de John Austin, que o apresentou em seu livro “*How to do things with words*” em 1962. Incluída na virada linguística, a Teoria dos Atos de Fala de Austin contribuiu para a filosofia analítica da linguagem. Neste contexto, o autor apresenta a noção de que nem todas as declarações são descritivas, sejam elas verdadeiras ou falsas. Proferir uma sentença, então, é mais do que declarar ou explicar algo: é, sobretudo, fazer algo. Como exemplo, indica Austin (1990), quando alguém diz “sim” diante do altar em seu casamento, não está apenas concordando com a situação, está se casando. Sentenças como essas são, assim, performativas.

O termo performativo é “derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo ‘ação’, e indica que ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo,

conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (AUSTIN, 1990, p. 25, grifos do autor). Quando incorporado ao debate sobre gênero, o performativo indica a construção discursiva dos corpos diretamente vinculada aos atos de fala que os nomeiam. Butler (1993), ao declarar a performatividade do sexo, está declarando também que os corpos são sempre constituídos pela descrição. O exemplo mais esclarecedor para entender esse processo acontece no nascimento, em que ao declarar “É menina” ou “É menino”, não se está apenas revelando um fato, mas atribuindo um gênero e um sexo em um corpo que deixa de ser “neutro” e passa a existir dentro do discurso. O dizer “‘é menina!’ não é ‘um enunciado de um fato’, mas uma interpelação que inicia o processo de ‘tornar-se menina’, um processo baseado em diferenças percebidas e *impostas* entre homens e mulheres, diferenças que estão longe de ser naturais” (SALIH, 2015, p. 125).

O conceito de *interpelação* é também importante para compreender o processo das operações performativas. Butler (1993) se vale desse conceito para falar sobre os atos de “sexuação”, ou seja, às atribuições dirigidas ao sexo desde o nascimento dos sujeitos. A interpelação é usada pela autora para descrever a forma como “as posições do sujeito são conferidas e assumidas através do ato pelo qual a pessoa é chamada (no sentido de ‘atrair a atenção’)” (SALIH, 2015, p.109). O termo, no entanto, é emprestado do filósofo Louis Althusser (1980), que o conceitua como um ato pelo qual um sujeito é “chamado” por uma determinada autoridade e, com isso, assume sua posição ideológica, ou “se torna sujeito” (SALIH, 2015). Contudo, para que a interpelação seja efetiva – quando pensada por Butler (1993) – não pode acontecer apenas por uma via, ou seja, ser unilateral. É preciso que o sujeito que é interpelado se reconheça no ato da interpelação. A interpelação torna-se performativa no momento em que percebe e descreve um corpo, fazendo com que, desse modo, o corpo seja constituído pela linguagem.

O termo *queer* passou de um performativo interpelativo que remetia a insulto para um signo linguístico de resistência e afirmação. *Queer* passou por um processo de *citacionalidade*, ou seja, um termo linguístico que foi extraído de seu contexto e usado de outra forma, que não a pretendida originalmente, produzindo significado. Essa concepção de citacionalidade é apresentada por Jacques Derrida (1991) como uma propriedade do signo, assim com a *iterabilidade*, ou seja, uma característica do signo de estar sujeito a apropriação, reiteração e re-citação. Derrida (1991) afirma ainda que isso acontece porque o signo não pode ser encerrado ou concluído em único contexto. Os dois termos

tornam-se essenciais na discussão de Butler, que os vê como uma estratégia *queer* para subversão e para “converter a abjeção a exclusão das identidades sexuadas e ‘generificadas’ não sancionadas em agência política” (SALIH, 2015, p. 129).

Os sujeitos, portanto, não escolhem o sexo que querem assumir, mas se apropriam, materializam e assumem as possibilidades que lhes são oferecidas pela linguagem – e pelas normas regulatórias da sociedade. As normas, afirma Butler, reiteram de forma compulsória a heteronormatividade⁶, e os sujeitos que a elas não se ajustam, que delas escapam, são sujeitos “*abjetos*”, que não interessam. Ao mesmo tempo, esses são sujeitos indispensáveis para o social, pois são eles que mostram o limite e a fronteira para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que “efetivamente importam”. (BUTLER, 1993). O gênero, portanto, acaba se tornando performativo, ou seja, é construído e alterado em diferentes culturas e linguagens, já que a performatividade trata tanto dos atos de fala quanto dos atos corporais (BUTLER, 2000).

O ato performativo do gênero contribui para a descentralização do sujeito, em que as *performances* confirmam as fronteiras entre as identidades e possibilitam um modo de subversão de uma norma estabelecida.

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultura, são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de

⁶ Butler (2015) apresenta a exigência da sociedade por sujeitos coerentes em relação a sexo-gênero-desejo e prática sexual. Dessa forma, há uma imposição e uma coerção sobre os corpos para que seja adotada a heterossexualidade, que acaba sendo considerada como forma correta (e aceitável) de viver a sexualidade. Discute-se ainda, nos estudos de gênero e feministas, que a “heteronorma” acontece mesmo dentro das relações homossexuais, as quais buscam cumprir funções sociais como o matrimônio e se enquadrar no conceito de “família tradicional” (Pai>Mãe>Filho), assim como idealiza a heteronormatividade.

masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais ou aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente *incríveis*. (BUTLER, 2015, p. 244, grifos da autora).

Pensar *queer*, então, é levar sempre em conta a instabilidade das identidades e das diferenças, é pensar além daquilo que nos é permitido pensar e acima de tudo problematizar e contestar a produção de conhecimento e o pensamento clássico, essencialista e normativo sobre identidade e gênero. A teoria *queer* “permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2008, p. 47). É o *queer* que permite quebrar com “a onda do determinismo biológico” que, como explica Sousa Filho,

[...] tem permitido retornar, com muita aceitação e difusão pelas mídias, explicações biologizantes de realidades sociais e fenômenos culturais. Temos sido bombardeados pela descrição de fenômenos tomados como desencadeados por “ações do cérebro”, à simples vista fenômenos que são reflexos ou reações fisiológicas provocadas por situações emocionais, subjetivas, sociais. (SOUSA FILHO, 2009, p. 62).

A subjetividade dos sujeitos tem sido determinada socialmente por fatores biológicos, assim como sua identidade, sexualidade e seu gênero. A justificativa biologizante serve como “alívio” para “conservadores e preconceituosos que não admitem que cada um possa decidir o que fazer com seu próprio corpo e prazeres, por seu desejo e escolha” (SOUSA FILHO, 2009, p. 63).

Abalar a lógica ocidental que opera com binarismos e justificativas biológicas e “naturais” é, então, a tarefa principal do

processo desconstrutivo adotado por muitos estudos *queer* que buscam perturbar e subverter os termos fundados no discurso. Desconstruir, no entanto, não significa destruir, mas questionar e possibilitar múltiplas interpretações a conceitos tradicionais, além de fragmentar e dar interdependência aos polos apresentados como opostos. Ao incorporar esse procedimento de análise, as/os teóricas/os *queer* puderam abalar binarismos presentes na cultura ocidental, como heterossexualidade/homossexualidade e masculino/feminino.

A proposta desconstrutivista de Jacques Derrida é também adotada nesta pesquisa, na busca por fragmentar o discurso da revista *Trip Para Mulher*, a *Tpm*. No próximo tópico discorro sobre esse modelo de interpretação textual e sua aplicação no *corpus* analisado nesta dissertação.

1.3 DESCONSTRUÇÃO EM JACQUES DERRIDA: UM MODO DE INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Com a finalidade de possibilitar a descentralização das hierarquias, das oposições binárias dos discursos e com isso realizar a fragmentação e interdependência dos polos – de conceitos apresentados como absolutos pela metafísica ocidental – surge a *desconstrução* proposta pelo filósofo franco-argelino e pós-estruturalista Jacques Derrida.

A filosofia desconstrutivista de Jacques Derrida aparece, também, junto ao movimento dos autores “excêntricos” (CULLER, 1997), que investigavam o modo como as operações dos textos subvertiam as obras literárias e a própria linguística, ou seja, o pós-estruturalismo. Conforme sugere Culler, “os estruturalistas estão convencidos de que o conhecimento sistemático é possível; os pós-estruturalistas afirmam saber apenas das impossibilidades desse conhecimento” (CULLER, 1997, p. 27).

O pós-estruturalismo, no entanto, não é posterior ao estruturalismo, mas aconteceram ao mesmo tempo. O pós-estruturalismo surgiu como um movimento crítico de autores que buscavam apontar lacunas, desestabilizar e questionar algumas noções estruturalistas. Sobretudo, visava a descentralização das estruturas, da sistematicidade e do pensamento metafísico do estruturalismo. Conforme Culler (1999):

O pós-estruturalismo demonstra menos as inadequações ou erros do estruturalismo do que se desvia do projeto de resolver o que torna os

fenômenos culturais inteligíveis e enfatiza, em lugar disso, uma crítica do conhecimento, da totalidade e do sujeito. Trata cada um deles como um efeito problemático. As estruturas dos sistemas de significação não existem independentemente do sujeito, como objetos do conhecimento, mas são estruturas para os sujeitos, que estão emaranhados nas forças que os produzem. (CULLER, 1999, p.123).

Para além das questões centrais deste movimento, afirma Culler (1999), o pós-estruturalismo “também designa, sobretudo, desconstrução e o trabalho de Jacques Derrida” (CULLER, 1999, p. 124). Contrário ao que afirma Culler, sobre o pós-estruturalismo e o trabalho da desconstrução realizado por Jacques Derrida, Nascimento (2008) afirma que:

Não há nem nunca houve um movimento, nem mesmo uma corrente de pensamento chamada pós-estruturalismo. Malgrado alguma convergência, os autores inscritos nessa rubrica guardam grandes diferenças entre si, de modo que mesmo a denominação que cheguei a utilizar de forma pontual, a de “pensamento da diferença”, se mostrou inadequada, sobretudo porque o termo diferença se tornou uma palavra tão genericamente utilizada (comparável à estrutura dos anos 1960/70), que nenhum grupo de pensadores poderia reivindicar a primazia, sobretudo autores tão “diferentes” uns em relação aos outros. (NASCIMENTO, 2008, p. 8).

Para o autor a noção de pós-estruturalismo é inadequada, mas acabou se tornando rotineira no Brasil, principalmente a partir dos anos 1980 e para falar sobre a desconstrução⁷.

⁷ As conceptualizações de estruturalismo e pós-estruturalismo têm sido discutidas e repensadas por diversos pesquisadores que se debruçam sobre autores classificados como pertencentes a essas duas correntes. Nesta dissertação, no entanto, apresento-as como forma de situar as obras e o trabalho sobre a desconstrução de Jacques. Deste modo, assumo o risco de localiza-las dentro do que foi apresentado como pós-estruturalismo.

Ao final dos anos 1960, Derrida apresentava esta nova prática narrativa, ou modo de leitura denominado desconstrução, que sugeria uma decomposição da estrutura da linguagem em busca das significações ocultas. A reflexão de Jacques Derrida sobre as operações da linguagem tem como ponto de partida a problematização do autor sobre o conceito de “signo” elaborado por Saussure. Para Saussure, a totalidade do conceito estaria na união do significante com o significado⁸. Derrida discorda desta posição, desconstrói e problematiza o conceito por sua centralidade metafísica, ou seja, a de que cada signo é o que o outro não pode ser. Para o autor, há uma rede de significantes que faz com que o significado mude, seja instável e torne-se outro a cada nova escritura.

Outra desconstrução realizada por Derrida é a da oposição fala/escrita, em que à escrita era relegado o papel de secundária, de representação, enquanto a fala era associada como antecessora da escrita. O autor questiona essa hierarquia e a desconstrói, assinalando que não é possível falar da língua estando fora dela. Não há, conforme Derrida, verdade absoluta que comprove as hierarquias binárias opositivas, tais como Homem (papel primário)/ Mulher (papel secundário). A palavra “*différance*”⁹, por exemplo, contribui com a reflexão proposta por Derrida sobre a hierarquia do binário fala/escrita. O neografismo é uma palavra inventada por Derrida possível de ser escrita, mas não ouvida.

A desconstrução busca fragmentar discursos filosóficos com a finalidade de revelar lacunas e espaços, em que outros discursos se escondem por detrás da unidade textual. No ato de desconstruir uma oposição, mostra-se que ela não é inevitável, nem natural, “mas uma construção, produzida por discursos que se apoiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca dismantela-la e reinscrevê-la— isto é, não destruí-la, mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes” (CULLER, 1997, p.122).

⁸ Para Saussure, o signo é uma entidade linguística composta por dois lados, um fonológico e outro conceitual, ou seja, o significante e o significado. Conforme o autor, as duas faces do signo são inseparáveis e o significante é arbitrário em relação ao significado. Porém, não está ao alcance do indivíduo mudar o conceito, o significado de um signo, pois ele está centrado em uma verdade absoluta, posição que Derrida discorda de Saussure e desconstrói.

⁹ A explicação sobre o significado da palavra *différance* é apresentada nas páginas que seguem.

No entanto, a desconstrução não é método nem teoria, e sim uma forma de interpretação textual. O termo *desconstrução*

[...] em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (‘isso se desconstrói’), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 9).

A preocupação de Derrida com a escritura, as questões da estrutura e as formas como a linguagem opera estão presentes em toda a sua obra. Em *Gramatologia* (1967), *Margens da Filosofia* (1972) e *A Escritura e a Diferença* (1979), por exemplo, o autor apresenta marcas do pensamento desconstrutivista, principalmente ao questionar a noção de centro no conceito de estrutura. Derrida acredita que a ideia de um centro, ou seja, de uma verdade absoluta, é proveniente do pensamento essencialista ocidental, ao qual vai denominar “logocentrismo”. Em *Glossário de Derrida* (1978), Silviano Santiago define o logocentrismo – a partir da perspectiva derridiana – como:

Centramento da metafísica ocidental no significado, que tem o privilégio da proximidade com o *logos*, com a determinação metafísica da verdade — *eidos* —, com o ente como presença* — *ousia*. [...] A metafísica logocêntrica, que é também a metafísica da escritura fonética, se estabelece a partir de um sistema de oposições comandado por uma escala de valores que promove o rebaixamento da escritura, por considerá-la mera técnica a serviço da *phoné*, na dependência da qual se encontra o *logos*. Uma boa escritura — interior, natural, viva, inteligível, que guarda proximidade com a essência do ser — se opõe a uma má escritura — externa, artificial, morta, sensível, distanciada da verdade e da essência do ser. (SANTIAGO, 1978, p. 56).

Derrida introduzia o pensamento da desconstrução como movimento crítico já em 1966, com o texto “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, que derivou de uma conferência feita pelo autor na Johns Hopkins University. Ao questionar a centralidade da estrutura, Derrida dava espaço às margens, ao que não tem vez nos conceitos da metafísica ocidental. Problematizar o centro de uma estrutura é compreender que ele

[...] não era um lugar fixo mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidamente substituições de signos. Foi então o momento em que a linguagem invadiu o campo problemático universal; foi então o momento em que, na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso - com a condição de nos entendermos sobre essa palavra - isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. (DERRIDA, 1995, p. 232).

A leitura desconstrutivista busca o deslocamento dos saberes consolidados pela verdade absoluta dos centros e o incessante jogo de ambivalência dos conceitos. Deste modo, as hierarquias e as oposições binárias – alma/corpo, natureza/cultura, positivo/negativo entre outras – são apontadas e desconstruídas, mas não destruídas, de maneira que os conceitos são problematizados ao expor que estão inseridos em uma rede de significantes. No ato de desconstruir as oposições binárias opera-se deslocando os conceitos para depois reinscrevê-los, em um processo em que primário e secundário se fundem e coexistem nas diferenças.

Portanto, “desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia” (DERRIDA, 2001, p. 48). É a partir da reinterpretação da diferença que os sentidos, os vazios e as ausências das palavras são analisados pela desconstrução. Derrida propõe então o termo “*différance*”, que representa a junção da palavra “*différence*” e do modo verbal “*différant*”, para sinalizar o caráter ativo da diferença na estrutura textual. O acréscimo da vogal “a” na palavra

“différance” transfere a ela um novo significado. Sobre a “*différance*¹⁰”, esclarece Derrida:

[...] essa discreta intervenção gráfica, que não é feita em primeiro lugar e simplesmente para escândalo do gramático ou do leitor, foi calculada no processo escrito de uma questão sobre a escrita. Ora sucede, diria pelo fato, que essa diferença gráfica (o *a* no lugar do *e*), esta diferença marcada entre duas notações aparentemente vocais, entre duas vogais, permanece puramente gráfica: escreve-se ou lê-se, mas não se ouve, não se entende.
[...]. (DERRIDA, 1991, p. 34, grifos do autor).

Ora, a palavra diferença (com um *e*) não pôde nunca remeter, nem para o diferir, como temporização, nem para o diferendo, como *polemos*. É essa perda de sentido que a palavra *diferança* (com um *a*) deveria - economicamente - compensar. Ela pode remeter simultaneamente para toda a configuração das suas significações, é imediatamente e irredutivelmente polissêmica. [...] Numa conceitualidade clássica e respondendo a exigências clássicas, diríamos que ‘diferança’ designa a causalidade constituinte, produtora e originária, o processo de cisão e de divisão do qual os diferentes ou as diferenças seriam os produtos ou os efeitos constituídos. (Derrida, 1991, p. 39, grifos do autor).

A partir da desconstrução estrutural da linguagem os diferentes sentidos são desvendados. Derrida compara o texto desconstruído com a “arquitetura de uma cidade desabitada ou destruída, reduzida ao esqueleto por uma catástrofe da natureza ou da arte: cidade não mais habitada mas também não simplesmente abandonada; antes assombrada pelo sentido e pela cultura.” (DERRIDA, 1995, p. 15).

Os estudos sobre a hierarquia dos conceitos binários e sobre a centralidade da estrutura inspiraram novas pesquisas e reflexões, como da socióloga Judith Butler que problematiza a binariedade sexo/gênero

¹⁰ Alguns autores optam por usar a tradução em português “*diferança*”, que remete à palavra francesa criada por Derrida “*différance*”.

em seu livro “*Gender Trouble: Feminism And the Subversion of Identity*”¹¹ (1990). Butler reflete sobre os conceitos serem construtos sociais e, portanto, diz que não há sentido em apontar uma hierarquia entre eles. No Brasil, os estudos sobre a desconstrução de Jacques Derrida surgiram a partir dos anos 1970, principalmente no campo da crítica literária.

A adesão ao ato desconstrutivista ocorreu em diversas áreas no meio acadêmico, por atender, também, a estudos culturais e políticos, que se desenvolvem ainda na atualidade e servem como vertente crítica para tratar de temas como o feminismo, a dependência cultural, a nacionalidade e outros. A leitura desconstrutivista atua deslocando saberes consolidados e joga com a ambivalência de conceitos. Os estudos desconstrutivistas foram adotados, também, por diversas pesquisas para tratar das relações de gênero e, principalmente, de questões feministas e *queer*.

Os estudos sobre a escritura, a ambivalência da linguagem, a estrutura, a rede de significantes possíveis de cada signo entre outros temas, perpassam todas as pesquisas de Jacques Derrida. Também importantes nas obras do autor, os estudos sobre duas propriedades do signo, nomeadas como iterabilidade e a citacionalidade, contribuem para pensar a fluidez da estrutura textual. No discurso *Assinatura, Acontecimento e Contexto*, proferido ao “*Congrès International des Sociétés de philosophie de langue française*” (Montreal, Agosto de 1971), também presente como artigo no livro *Margens da Filosofia* (1972), Derrida discorre sobre os recursos da linguagem, principalmente no que diz respeito à escrita, e introduz os conceitos de iterabilidade e citacionalidade.

Uma das condições do signo, a de estar sujeito a apropriação, reiteração e re-citação, é o que Derrida denomina como iterabilidade. Conforme o autor, o caráter aberto da estrutura do signo é o motivo pelo qual a repetição torna-se uma possibilidade de alteração dos termos. A iterabilidade é, então, a característica repetível da escrita. É o caráter iterável que garante o funcionamento de uma sequência de signos, tornando-a igualmente reconhecível em diferentes circunstâncias. Portanto, é necessário que se possa repetir “a uma terceira pessoa o que alguém disse. Uma sequência de fala não é uma sequência de signos, a não ser que possa ser citada e posta em circulação entre aqueles que não

¹¹ Traduzido para o português “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”.

têm conhecimento algum do falante ‘original’ e suas intenções” (CULLER, 1997, p.118).

A citacionalidade é outro aspecto constitutivo do signo, em que é possível retirar, enxertar uma sequência do seu contexto original, alterando seu funcionamento e, ainda assim, fazê-la gerar sentido e ser legível. O que determina o sentido é o contexto, “e por isso mesmo é aberto a alterações quando possibilidades maiores são mobilizadas” (CULLER, 1997, p. 143). Conforme descreve Derrida (1979), o contexto limita o sentido, mas ele próprio (o contexto) é ilimitado, pois é aberto a outras descrições e produz sempre ele mesmo um novo contexto. Nenhum sentido, portanto, “podê ser determinado fora do contexto, mas nenhum contexto permite a saturação” (DERRIDA, 1979, p. 81).

Os conceitos de iterabilidade e citacionalidade, explorados por Derrida, permitem uma melhor compreensão sobre a proposta desconstrutivista, visto que proporcionam um jogo de sentidos na estrutura da escrita, possibilitam novas conexões, relações e novos contextos em um único texto.

Tendo, então, como aporte teórico os estudos sobre a desconstrução proposta por Jacques Derrida, a análise da revista *Tpm* tem como passo inicial a leitura das reportagens, matérias, entrevistas e colunas que abordam diretamente as questões de gênero e identidade, para identificar as hierarquias, as oposições binárias e os paradoxos discursivos. A partir da amostra de dados retirados de *Tpm*, inicia-se o processo de desconstrução, em que é feita a inversão das oposições e a discussão sobre as hierarquias, sempre tendo em vista o contexto histórico e social e a essência em que essas oposições foram construídas e firmadas.

Nos estudos da crítica literária, Charles E. Bressler e Jonathan Culler (1997) propõe alguns passos, com base na obra de Jacques Derrida, que permitem a abordagem do texto literário sob a perspectiva desconstrutivista. Nesta pesquisa, esse caminho servirá como apoio para a desconstrução do discurso jornalístico de *Tpm*. Desse modo, a análise se constituirá em 1) descobrir as operações binárias que estruturam o texto; 2) comentar os valores, os conceitos e as ideias que subjazem a essas operações; 3) subverter as operações binárias existentes no texto; 4) desconstruir as concepções implícitas no texto; 5) a partir das novas relações binárias admitir a hipótese de uma terceira saída e de outros níveis de significação; 6) deixar em aberto a interpretação do texto, supondo-se o princípio de que o significado é sempre móvel, múltiplo e ilimitado.

A escolha pela desconstrução de Jacques Derrida consolidou-se no momento em que percebi que essa forma de interpretação textual seria a mais adequada para compreender de que maneira as identidades e as representações de gênero são apresentadas discursivamente em *Tpm*. Deste modo, a proposta é adotada nesta pesquisa com o objetivo de fragmentar e interpretar o discurso da revista, revelando o que está de fora, às margens, dialogando diretamente com a perspectiva *queer*.

2 TPM'S EM DESCONSTRUÇÃO

2.1 TPM, A REVISTA QUE DIZ QUE “MEXEU COM OS PADRÕES DA MÍDIA FEMININA BRASILEIRA”

Em maio de 2001, a Trip Editora lançou no mercado brasileiro de revistas o que chamou de uma proposta inovadora e diferenciada de jornalismo feminino: a *Trip Para Mulher, Tpm*. Com 35 mil exemplares de tiragem mensal e distribuição nacional, a revista surgiu com o posicionamento de assumir o compromisso de trabalhar na contramão das tradicionais publicações para mulheres existentes no país. Além da pretensão de tornar-se singular, *Tpm* afirma que as discussões propostas abordam temas considerados tabus, e que os conteúdos buscam romper com os tradicionais estereótipos e clichês femininos. A fala de si, o seu lugar de fala¹², reafirmam mensalmente a proposta da revista *Tpm* como inovadora e diferenciada, em relação com as demais publicações direcionadas para mulheres.

A Trip Editora, responsável pela publicação de *Tpm*, fundada em julho de 1986, atua nas áreas de comunicação, construção de marcas e comunidades, conteúdos customizados, estratégias de relacionamento e presta serviços para empresas nacionais e internacionais, como *Natura, Banco Itaú e Gol linhas aéreas*, entre outras. A editora atua a partir de um conceito multiplataformas – conteúdos produzidos em rádio, televisão, online e eventos próprios – e tem como objetivo atingir um público formador de opinião, atento à evolução dos acontecimentos sociais, do pensamento e da cultura brasileira. Para a Trip Editora o público de *Tpm* “tem cabeça aberta para o novo, é jovem e apaixonado pela vida” (Trip Editora, documento virtual não paginado).

Conforme descreve Benatti (2005), a *Tpm* “surge como uma contrapartida feminina deste universo. A TPM é criada como um espelho da revista TRIP, mudando-se o sinal de gênero” (BENATTI, 2005, p. 36). O autor sugere ainda que a formatação das duas revistas se aproxima em diversos pontos, com seções fixas equivalentes, como, por exemplo, Páginas Negras, em *Trip*¹³, e Páginas Vermelhas, em *Tpm*.

¹² Uso o conceito de “lugar de fala” para indicar os sentidos que *TPM* constrói ao se situar como revista, ao usar um discurso próprio para tratar de si, pois como aponta Amaral (2015, p. 105), “as estratégias discursivas de um Lugar de Fala obedecem a determinadas regras para serem autorizadas e legitimadas”.

¹³ A *Trip* surgiu em 1986 com a proposta de abordar o universo do surf a partir de um ponto de vista diferente das demais publicações da época. Segundo Paulo

Em setembro de 2017, a edição impressa da revista *Tpm* apresenta 98 páginas que, conforme indica a editora, são construídas como um conjunto que “combina qualidade de reportagens, design gráfico inovador, criatividade e um conhecimento profundo do universo das mulheres independentes” (Trip Editora, Mídia Kit, 2016)¹⁴. A *Tpm* é vendida pelo preço de R\$10,90 e pode ser encontrada em bancas de revistas, livrarias ou adquirida por assinatura mensal, semestral ou anual, além do formato digital para *tablets*.¹⁵

Com relação ao perfil dos leitores, a revista apresenta os seguintes números atualmente: 16 mil assinantes na revista impressa e mais de 23 mil downloads na banca digital. As mulheres representam 92% do público consumidor da revista, sendo que 69% delas têm de 26 a 45 anos, 36% são comprometidas, 35% casadas e 29% são solteiras. Ainda, conforme informações da Trip Editora, 88% do total de leitores possui ensino superior completo. Entretanto, o público vem se modificando ao longo dos anos. Em 2011, as informações apresentadas no Mídia Kit de *Tpm* indicavam diferentes porcentagens em relação às faixas etárias, em que 27% das leitoras possuíam de 15 a 20 anos, 36% entre 21 e 25 anos, e 22% estavam na faixa dos 26 aos 30 anos. Além disso, 82% das mulheres consumidoras eram de classes A e B.

A revista é produzida na cidade de São Paulo, mas busca o compartilhamento de informação com o público brasileiro de maneira geral, por isso, algumas reportagens abordam temáticas e acontecimentos de outras cidades e estados, não restringindo os assuntos apenas aos moradores da capital paulista. Nas redes, a *Tpm* está presente

Lima, um dos criadores da revista, o objetivo era apresentar um “estilo de vida” a partir da *Trip*. Os temas mais presentes na revista são relacionados a comportamento, esportes, produtos, música, opinião, alteridade e sensualidade (BENATTI, 2005). A *Trip* é considerada um produto destinado a um público jovem e masculino.

¹⁴ Anualmente a editora Trip publica em seu site o Mídia Kit com dados atualizados sobre as revistas *Trip* e *Tpm*. O Mídia Kit é um documento produzido com o objetivo de apresentar os veículos e expor seu histórico, posicionamento, estatísticas – número de leitores, assinantes, visitantes do site etc. – formas de anunciar, prêmios recebidos, contatos e outros dados considerados necessários pela editora. O Mídia Kit da *Trip* é disponibilizado em formato PDF e não contém páginas identificadas numericamente.

¹⁵ Para assinantes os valores variam de R\$98,18 para contrato anual com 11 revistas, ou R\$ 170,17 para ter a publicação por dois anos, com um total de 22 revistas.

no Twitter, Facebook, Youtube, Pinterest e Instagram. As mídias sociais são usadas para compartilhar informações veiculadas no site e na revista impressa, além de mostrar a rotina produtiva da redação. Dentre as plataformas, a página no Facebook se destaca por contabilizar mais de 190 mil seguidores.

A partir de uma breve avaliação sobre o desenvolvimento dos temas da revista ao longo dos últimos 15 anos, é possível visualizar que a *Tpm* se propõe a criar espaços para debater questões relacionadas a corpo, sexualidade, gênero e principalmente ao papel social da mulher. Esse é um fenômeno que marca as publicações femininas no século XXI: a necessidade de falar sobre o que antes era excluído, renegado, fora do moralmente aceitável, ou seja, questões sobre o empoderamento feminino, sobre homossexualidade e a liberdade dos corpos. Contudo, apesar de estar no foco das discussões, a tentativa de inovação temática costuma falhar no momento em que as revistas continuam com suas posturas disciplinadoras em relação à chamada “liberdade feminina” e condicionam os papéis sociais a uma superioridade masculina.

Não basta que tais temas estampem as capas e reportagens, é preciso refletir, problematizar, jogar com as regras sociais estabelecidas. A revista *Tpm* descreve que esse é o movimento de ruptura que busca e, ainda, assinala-o como diferencial. Por acreditar que realiza este trabalho, a Trip Editora defende a *Tpm* como uma revista que “mexeu com os padrões da mídia feminina no Brasil”. Esta característica foi afirmada na apresentação da marca como:

“Não é exagero dizer que a **Tpm** mexeu com os padrões da mídia feminina no Brasil. Lançada em 2001 a revista segue na contramão do que prega a maioria das publicações femininas no país, que a cada mês repete receitas e promessas sobre temas como beleza, sexo, relacionamentos e carreira. Com conteúdo inovador, a **Tpm** não acredita em fórmulas prontas e mostra mulheres contemporâneas vivendo em um mundo real sem perder o bom humor e o jogo de cintura. Desde a criação do *Manifesto Tpm*, em 2012, algumas matérias questionam os padrões impostos pela sociedade às mulheres, como a busca pelo corpo perfeito ou uma família “margarina”, além de tabus como a descriminalização do aborto. Não é à toa que é a revista feminina com mais indicações ao Prêmio Esso de Jornalismo, o mais respeitado

do país.” (*Trip Editora*, Mídia Kit, 2016, documento não paginado).

A presença feminina é visível nas páginas de *Tpm*, aspecto que pode ser percebido principalmente em relação aos conteúdos, assinados em grande maioria por mulheres. A revista é estruturada a partir das seguintes questões: “Páginas Vermelhas”, “Perfil”, “Capa”; “Moda”, “Semana da Moda”, “Bazar”; “Reportagem”; “Badulaque”, “Cartão-Postal”, “Coluna do Meio”, “*Necessaire*”, “Respiro” e “Ensaio”. Embora seja elaborada em sua maioria por mulheres, e para mulheres, o editorial é escrito por Fernando Luna, diretor editorial de *Tpm*, e a autoridade dominante é masculina. A revista *Tpm* é comandada por Paulo Lima (Editor), Carlos Sarli (Diretor Superintendente), e Fernando Luna (Diretor Editorial). Ao pensar que para além do significado do título *Tpm* ser *Trip Para Mulher* ele também faz alusão a um período feminino específico, a *Tensão Pré-Menstrual* – daí a ideia da abordagem ser provocativa, já que este é um momento em que a mulher é vista como “fora do normal” ou ainda “fora do padrão” – torna-se paradoxal ter à frente da revista, falando por ela, um diretor homem, que não “sofre” com os “sintomas de uma *Tpm*”. A seguir, descrevo as seções da revista e suas principais características.



Figura 1: Capa *Tpm* edição #161 (E) e #154 (D)

A capa da revista *Tpm* apresenta sempre um personagem principal, que se destaca na foto de tamanho grande. O conteúdo da chamada principal de capa (sobre a pessoa em destaque) é móvel, ou seja, as vezes é apresentado na seção “Capa”, as vezes em “Páginas Vermelhas”, as vezes em “Ensaio” ou em “Entrevista”.

As chamadas para matérias, reportagens e conteúdos são dispostas nas laterais da fotografia e as letras carregam a cor da edição. Esta mesma cor está presente no título, que fica localizado na parte superior, e na lateral da revista que indica o número da edição, além de trazer uma frase referente a um dos assuntos da publicação. Cada edição da *Tpm* é construída em cima de uma temática principal, como, por exemplo, na revista de número #154 (imagem à direita da figura 1), em que todo material produzido seguiu o tema “vergonha”.

Nas primeiras páginas encontram-se os anúncios publicitários mais frequentes na revista, como os de Natura e Santander¹⁶. Os anúncios aparecem em páginas inteiras, casadas ou individuais. É possível dizer que das 98 páginas de *Tpm*, aproximadamente 15 são de anúncios publicitários. A maioria dos anunciantes estão presentes mensalmente em *Tpm*, entre eles estão O Boticário, Natura, Gol Linhas Aéreas, Santander, Leão Fuze e Hickmann Eyewear, além dos anúncios de eventos da Trip Editora.

¹⁶ No período analisado (Abril de 2015 à Abril de 2016 + edição especial 15 anos), a propaganda dos produtos *Leão Fuze* é encontrada na maioria das revistas, ocupando a contra capa.

O espaço #NATPM traz os conteúdos publicados nas mídias sociais da revista, além das novidades e assuntos mais comentados pelos usuários. A partir de 2016, o título #NATPM não aparece mais na revista, mas o espaço continua com o mesmo objetivo. Para sinalizar do que trata o conteúdo, os ícones das redes sociais foram fixados na parte superior da página e, na parte inferior, encontra-se o endereço do site da revista.

#NATPM

As Minas da Marcha

A Marcha da Maconha de São Paulo aconteceu no último dia 23 de maio e teve várias alas diferentes. Conversamos com o Bloco Feminista. "As mulheres são extremamente afetadas com a proibição das drogas. Muitas vezes somos as mulas do tráfico, encarceradas em nome dessa guerra", diz o grupo.

Veja a lista: bit.ly/minas-marcha-tpm



Ação do grupo na Praça do Patriarca no dia da marcha

Em boa companhia



Nossa leitora Alana Fontenelle mostra a receita pra enfrentar um fim de semana daqueles. Tagueie suas fotos com #natpm nas redes sociais. Estamos de olho!

Foto: [instagram.com/p/2y2v_vMwIZM/](https://www.instagram.com/p/2y2v_vMwIZM/)

Naqueles dias

Nossa playlist colaborativa continua, agora com músicas que dão cor aos dias mais nebulosos. Tem Raul Seixas, Alceu Valença, Ney Matogrosso (foto) e outros artistas que alegrem nossa vida.

Veja a lista: bit.ly/naqueles-dias-tpm

QUEIMANDO O FILME

Pedimos pra turma da redação indicar os *guilty pleasures* do cinema: verdadeiros clássicos que curtimos, mas vamos negar até a morte (rs).

Veja a lista: bit.ly/filmes-vergonha-tpm



Brittany Murphy e Dakota Fanning em cena de *Grande menina, pequena mulher*



BAIXA LÁ!
As edições de *Trip* e *Tpm* também estão disponíveis na versão digital (para iOS e Android). Baixe os aplicativos das revistas no seu tablet e divirta-se com o conteúdo audiovisual.



[facebook.com/revistatpm](https://www.facebook.com/revistatpm)
 twitter.com/revista_tpm
 [@revistatpm](https://www.instagram.com/revistatpm)
 [pinterest.com/revistatpm](https://www.pinterest.com/revistatpm)
 plus.google.com/+Revistatpm
 bit.ly/arquivostpm

12 | WWW.REVISTATPM.COM.BR

Figura 5: Seção “#NATPM”, *Tpm* #154

A seção “Cartas” também desaparece em algumas edições do período analisado, de abril de 2015 a junho de 2016, mais a edição especial de 15 anos. Localizada depois de “#NATPM”, o espaço mostra a opinião das leitoras e leitores, sempre referente à edição passada, divulgada nas redes sociais e enviadas diretamente para a revista.

CARTAS

O QUE ACHOU DA **TPM**? MANDE SEUS PITACOS, BRONCAS E CHAMEGOS
PARA CARTAS@REVISTATPM.COM.BR OU CAIXA POSTAL 11485-5. SE PREFERIR,
LIGUE PARA A GENTE: (11) 2244-8747



Patricia Abravanel
Bacana a entrevistada! Realmente, no dia em que o SBT não tiver mais o Silvio Santos vai ser o fim de uma era =/
Guilherme De Santis O, no site

Adoro a @patriciaabravanel. É filha do rei da TV e é super-humilde :3
@daniella_pina, no Instagram

Eu não consigo entender a fixação pelas ricas que esta revista tem manifestado ultimamente. Tanta mulher interessante pra entrevistar, e a revista sempre parece escolher as que têm a conta bancária mais polpuda.
Caroline Godol, no Facebook

Tpm caiu um pouco no meu conceito com essa moça na capa. E amo vocês, juro.
Ana Sasso, no Facebook

Adoro essa moça. O dinheiro é dela, ela faz o que quiser com ele.
Gilmara Wenderson, no Facebook

Bacaníssima a Patrícia!
Helio Monteiro, no Facebook

Amoi A @patriciaabravanel e a **Tpm**
@mssmarbs, no Instagram

Ilana Szabé
Remédios controlados dão mais dinheiro pra indústria farmacêutica do que deixar plantar maconha no quintal.
Marcio Oliveira, no Facebook

Eita que aprendi muito e gosto disso!! Conceitos cristalizados demoram a mudar e eu sigo ficando rouca (rs). Mas eu não desisto!
Elen Moraes, no Facebook

Waoooo!!! Ótimo texto!
Let's Bonocchi, no Facebook

Coluna Milly Lacombe
Coisa mais linda da vida o texto da @millylacombe na @revista_tpm de maio.
Elen Guerra, no Twitter

Edição #153
Quando reclamei que as revistas brasileiras estão em crise, me aparece a @revista_tpm com uma "luz no fim do túnel".
Mayara Bastos, no Twitter

Eu amo esta revista. Fico feliz que exista algo que me entenda.
@lucysmarchi, no Instagram

A revista vale cada centavo.
@juafonsoal, no Instagram

Ensaio Fernando Pacheco
Estou apaixonada pelo sorriso desse homem :3
Tamires Rabello, no Facebook

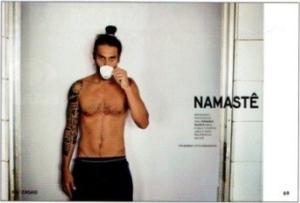
E ainda é modesto :3
Naiara Sanches, no Facebook

Ioga, um coque, uma bela barba... quantos atrativos!
Camilla Andrade, no Facebook

Sempre quis fazer ioga!
Renata Bars, no Facebook

Minha nossa senhora, me segure. Onde é essa aulinha?
Thais Nascimento, no Facebook

Vamos fazer ioga, faz bem para a alma e para a pele.
Carol Ferreira, no Facebook



14 | CARTAS@REVISTATPM.COM.BR

Figura 6: Seção “Cartas”, *Tpm* #154

A seção “Páginas Vermelhas” dá início à produção de conteúdo jornalístico da revista. Nela, é possível encontrar um misto de reportagem e entrevista. Com aproximadamente 11 páginas, a seção traz a história de vida de uma/um personagem principal, com foco em apresentar assuntos relacionados à carreira, família, política, beleza, machismo e questões sociais abordadas sob a perspectiva da (o) entrevistada (o). O conteúdo inicia com uma ou duas páginas de texto corrido e segue para a entrevista no estilo pingue-pongue (pergunta-resposta). A cor vermelha é característica da seção, assim como o grande número de imagens dispostas ao lado dos textos ou em páginas inteiras.



Figura 7: Seção “Páginas Vermelhas”, Tpm #157

Localizada após “Páginas Vermelhas”, a seção “BAZAR” apresenta os principais assuntos sobre Cultura, Arte, Gastronomia, Tecnologia, Cinema, Internet, Beleza, Sexo, Saúde e Ações Sociais. São entrevistas, matérias, colunas e listas produzidas pela redação da Tpm e também por colaboradores. Cada edição contém de 10 a 12 páginas, separadas por assuntos que são indicados no cabeçalho de cada matéria, e também apresenta uma cor específica que estampa o fundo das imagens, as colunas de texto e as ilustrações.

A seção “Capa” é uma das que são móveis nas edições mensais. O espaço é reservado para a reportagem principal, aquela que aparece em maior destaque na capa da publicação. No entanto, só é presente na revista quando o conteúdo não é direcionado para outra seção, como “Páginas Vermelhas”. “Capa” explora imagens grandes e apresenta blocos com um texto corrido e *design* simples. A fala das(os) entrevistadas(os) não ganha grande destaque, nem a entrevista em formato pingue-pongue, como em outras seções. O espaço apresenta a discussão de questões sociais e tabus referentes a gênero, corpo, profissão entre outras, sob o olhar de quem está sendo entrevistado.

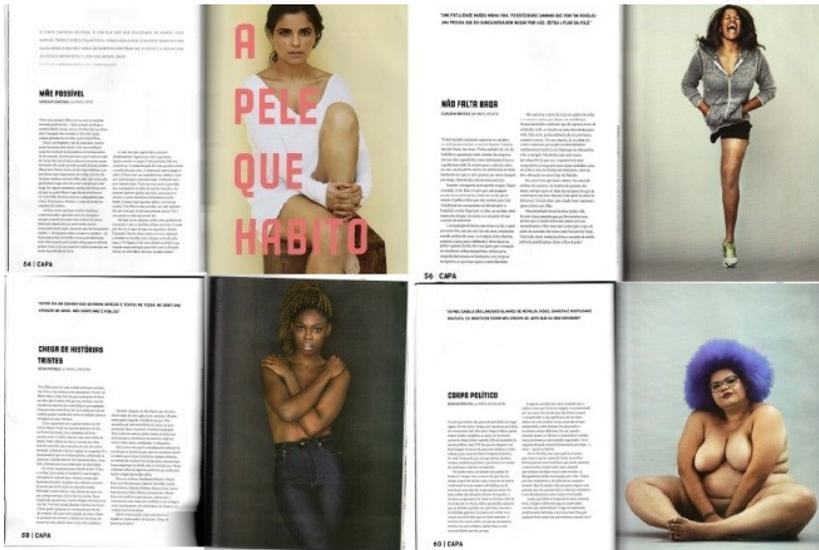


Figura 9: Seção "Capa", Tpm #161

Em "Reportagem", seção que aparece duas vezes em todas as edições analisadas, são apresentados conteúdos que dão continuidade ao tema do mês. O número de páginas varia de quatro a oito. O texto acompanha diversas fotos e/ou ilustrações e o design da seção muda conforme a temática abordada.

PRESA FÁCIL

A POPULAÇÃO CARCINOMÁ FEMININA CRESCIDA DE FORMA ALARMANTE NO BRASIL. EM 11 ANOS, HOJE UM AÇÚCAR DE 57% - NOMEADO MUITO MAIOR DO QUE OS HOMENS, CONDENADAS EM SUA MAIORIA POR CRIMES NÃO VIOLENTOS, ESSAS MULHERES SÃO SUBMETIDAS E VIDA BASTANTE, COMO MILHÕES DE MÃES CINGIDAS ABORTIVAMENTE, CÃO ÀS LAS ALGEMADAS E ACARAS ENFERRUJADAS PELAS FAMILIAS

PO REPORTAGEM
FOTOGRAFIA: ANDRÉ LUIS DE SOUZA LIMA

N a primeira sala de visitas da Superintendência de Atendimento à População Carcinomata do Estado de São Paulo, o médico especialista em ginecologia e oncologia, Dr. Roberto de Almeida, explica que a incidência de câncer de colo do útero aumentou 57% em 11 anos. O crescimento foi observado em todas as regiões do Estado, com destaque para a região de São Paulo, onde a incidência chegou a 10,5 por mil mulheres por ano. O aumento da incidência de câncer de colo do útero é preocupante porque, segundo o médico, a maioria das mulheres diagnosticadas com esse tipo de câncer não consegue pagar o tratamento adequado. Isso ocorre porque o Brasil não possui um sistema de saúde universal, como o SUS, e a maioria das mulheres não consegue pagar o tratamento adequado. Isso ocorre porque o Brasil não possui um sistema de saúde universal, como o SUS, e a maioria das mulheres não consegue pagar o tratamento adequado.

IN QUAL REPORTAGEM 53

52 | REPORTAGEM

MULHERES ENQUADRADAS NO CRIME DE TRAFICO DE DROGAS REPRESENTAM 63% DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO PAÍS

MULHERES ENQUADRADAS NO CRIME DE TRAFICO DE DROGAS REPRESENTAM 63% DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO PAÍS

Atividade de trabalho em uma prisão feminina. As mulheres são submetidas a condições de trabalho precárias e são frequentemente usadas para atividades domésticas e de limpeza. Muitas delas são mães solteiras e têm filhos em casa. O trabalho em uma prisão é muito duro e as mulheres são submetidas a condições de trabalho precárias. Muitas delas são mães solteiras e têm filhos em casa. O trabalho em uma prisão é muito duro e as mulheres são submetidas a condições de trabalho precárias.

Foto: J. L. de Souza Lima

Quem não é visto não é lembrado

Quem não é visto não é lembrado

Quem não é visto não é lembrado

QUEM NÃO É VISTO NÃO É LEMBRADO

54 | REPORTAGEM

55

Figura 10: Seção "Reportagem", Tpm #156

Em “Ensaio”, *Tpm* apresenta as páginas com maior destaque para a fotografia, com imagens que mostram um corpo nu ou semi-nu. A seção apresenta um personagem homem, ou, como em algumas edições do período analisado, um casal heterossexual, escolha que indica uma estratégia discursiva de heteronormatividade, pois a revista supõe que todas as mulheres gostam de homens, ou se reconhecem em uma relação heterossexual. O texto que acompanha o ensaio fotográfico serve como guia e vai narrando a sequência de imagens, como forma de contar à (ao) leitora(o) o que estava acontecendo no exato momento do click de cada imagem. A seção “Ensaio” varia de seis a oito páginas.



Figura 14: Seção "Ensaio", *Tpm* #153

“Moda” é uma seção destinada à montagem e apresentação de looks que variam conforme o momento. Algumas vezes (como no exemplo da figura 15) o espaço acompanha a temática da edição e apresenta o conteúdo com uma sequência de fotos e legendas que descrevem peça por peça. Outras, a seção apresenta as peças do roupeiro de alguém, com indicações de marcas, preços e locais para encontra-las. Os blocos de textos são pequenos e as imagens aparecem em páginas inteiras, meia página e montagens.



Figura 15: Seção "Moda", Tpm #158

Em “Badulaque” percebe-se um espaço diferenciado do conteúdo e estilo gráfico visto ao longo da revista *Tpm*. Na seção, que tem como editora Nina Lemos, repórter especial, o contraste começa pelo *design* das páginas que lembra uma fanzine, com textos e imagens dispostos como se fossem colagens. Em “Badulaque”, Nina Lemos escreve sobre discussões contemporâneas de temáticas diversas, e seu texto tem por objetivo ironizar e problematizar as demais publicações brasileiras que tratam de assuntos próximos aos que *Tpm* aborda.



Figura 17: Seção "Badulaque", *Tpm* #163

A seção “Cartão-Postal”, assinada pela fotógrafa, escritora e integrante da equipe *Tpm*, Autumn Sonnichsen é uma seção fixa que se encontra ao fim de cada edição, seguida por mais duas colunas, ambas com autoras fixas. Neste espaço, Autumn traz histórias de sua rotina e principalmente de seus trabalhos fotográficos. O conteúdo acompanha a temática proposta para a edição, mas o texto ganha o caráter de relato pessoal, característico de uma coluna.



Figura 18: Seção "Cartão-Postal", *Tpm* #156

Em “Coluna do Meio”, seção fixa da revista, Milly Lacombe – que já foi chamada de “nossa colunista lésbica” pela *Tpm* – relata sua vida pessoal como mulher e, principalmente, como mulher homossexual. A jornalista e escritora fala de suas viagens, de seus relacionamentos, de questões familiares e rotineiras que enfrenta na vida social.



Figura 19: Seção "Coluna do Meio", Tpm #166

“Respiro” e “Necessaire”, escritas, respectivamente, pela atriz e diretora Maria Ribeiro e pela escritora e roteirista Antônia Pellegrino, são seções móveis que nunca aparecem juntas na mesma edição, mas não tem uma ordem de substituição mensal uma pela outra. As colunistas trazem as suas opiniões em textos que abordam temas que estão em discussão na sociedade e principalmente nas mídias sociais, como o exemplo de “Necessaire”, que trata do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2016. As seções “Cartão-Postal”, “Coluna do Meio”, “Respiro” e “Necessaire” encerram o conteúdo jornalístico da revista *Tpm*.

A VIDA É

SEMPRE TIVE MEDO DE TUDO, E CRESCI ALTERNANDO NO PEITO A HISTÓRIA DE COMO MEUS PAIS SE CONHECERAM (A VIDA É BOA), E A DE QUE MEU PRIMO TINHA SE SUICIDADO COM 18 (A VIDA É MÁ)

POR MARIA RIBEIRO | ILUSTRAÇÃO SANZI VILA

Eu acordo às 9 da manhã. Quer dizer, primeiro eu acordo às 6, aí eu tomo um Frontal ou um Naldecon Noite e durmo de novo. Às vezes eu demoro a achar a caixinha dos comprimidos e quando isso acontece tudo atrasa porque eu acabo indo fazer xixi, e me angustio com a pilha de cadernos de cultura que eu separei pra ler no banheiro quando tivesse tempo. Então eu fico na dúvida se 6 da manhã é tempo ou insônia, e penso que dúvida é uma coisa que eu tenho mais do que camiseta da Zara. Decido voltar pra cama e penso em cancelar a assinatura dos jornais e em parar de comprar na Zara.

Eu não me cubro, e quase sempre acordo meio gripada. Meio gripada de vez em quando é bom porque dá pra ler sem parar numa terça e não sentir culpa. Eu queria ler sem culpa, mas ler com culpa já é alguma coisa, como ter abolido a manteiga, mas manter a Coca normal. Agora eu como tapioca com queijo sem lactose e fica um branco bonito na louça de borboleta que era da minha avó. Faço meu expresso em silêncio, olho os jornais que ainda não cancelo e abro o Instagram. Vejo que a Amora tá ouvindo Karina Buhr, que a Rita tá em Punta e que o Freixo tá convocando pra alguma coisa. Faço parte. Posto a foto da Matilde Campilho, tô apaixonada por essa garota.

Tomo banho pra sair. Preciso depilar e fazer a unha. Decido que vou sempre estar depilada e de unha feita, mas hoje não vai dar tempo. Coloco uma camisa Lacoste pra copiar a Carol, e respondo e-mail. Já me avisa que a geladeira quebrou. Mas tá na garantia, ela diz. Olho o Instagram pra ver se a Matilde teve muitos likes.

Saio de casa à 1 hora e não gosto de conversar muito antes disso. Normalmente, saio de jeans, se bem que agora tô numa fase alfaiataria e sapato Oxford, e isso quer dizer que eu fui pro nível dois. Ainda não sei quem eu quero ser, mas, com certeza, é alguém que não usa cetim, que tem coragem pra bancar um chapéu e tá sempre com lingerie boa para uma eventual pegação (ou em caso de atropelamento, como diz a Astrid).

Entro no carro que nunca tem gasolina, ligo o Metronomy e viro minha bolsa no banco do carona. Lavanda Johnson's pra dar restart no meio do dia, carregador do iPhone, meia térmica pro cinema, óculos, rímel, base com protetor solar e remédios antiangústia, antienjoo (que às vezes é angústia disfarçada), e antidor de cabeça, que quase sempre é dor de cabeça mesmo. Jurei que trocaria por bananinha, mas o que vejo são dois Toblerones inteiros e cheios de lactose. Mas daqueles pequenos, sabe?

Já durmo sozinha

Passo o dia todo tendo ideias de filmes, e também penso muito em sorvete. Marco dentista. Parei de ferir meu couro cabeludo, mas a pele ainda tá ruim. Passo rímel nos cílios de baixo. Eu chego sempre até o erro do Toblerone, mas vou baixar pro bê. E depois bananinha. Aos poucos. Já não como a casca da pizza. E também já durmo sozinha.

Sempre tive medo de tudo, e cresci alternando no peito a história de como meus pais se conheceram (a vida é boa), e a de que meu primo tinha se suicidado com 18 (a vida é má). Não tem garantia, mas o shuffle mandou uma Madonna que eu sei cantar.

Lembro de quando as aulas de inglês terminavam com letra de música, e decido que vou brincar disso com os meninos. Penso que tudo vai fazer sentido: a geladeira, a Zara, o dentista, o Frontal, o medo, o sapato Oxford e o queijoão.

Tudo vai fazer sentido porque um dia a gente vai pra Ubatuba ler no iPad os cadernos de cultura atrasados, vou estar depilada e de unhas feitas e dividiremos o Toblerone com nossos filhos.

A vida é boa. **1**

María Ribeiro: 39 anos, é atriz e diretora do documentário Domingos, 1968. Também é autora do livro "A Vida é Boa e a Vida é Má" (Tudo de Leite e Foz de Leite 2 e é uma das apresentadoras do Sala Josta no canal GNT. Seu e-mail: riberom@iglo.com)



98 | RESPIRO

Figura 20: Seção "Respiro", *Tpm* #155



Figura 21: Seção "Nécessaire", Tpm #166

2.1.1 Trip para mulher 15 anos: histórico e posicionamento

Embora *Tpm* tenha a pretensão de se tornar uma revista singular, antítese das outras publicações nacionais direcionadas à mulher – que muitas vezes subestimam a inteligência feminina com pautas clichês –, a ruptura é tímida, percebida em alguns momentos, na abordagem e no

tratamento das temáticas. Uma vez que, ainda à frente da revista, ocupando uma posição de autoridade que diz o que pode ou não ser veiculado, produzido e o que deve estar ou não em *Tpm*, está, curiosamente, um homem. O paradoxo recai em questões simbólicas e valores discutidos frequentemente no campo dos estudos de gênero e feminista, em que o homem ocupa um lugar primário, superior e fala em nome da mulher, mesmo nos momentos em que o foco é direcionado às mulheres, como acontece em *Tpm*. A diferença ao falar de homem e mulher, marcada com nitidez no discurso dos meios de comunicação, ainda na contemporaneidade, é uma dicotomia naturalizada pela sociedade, criada, reforçada e alimentada por relações de poder e aparatos ideológicos que criam desigualdades nas relações de gênero, como as próprias revistas femininas brasileiras.

Ao avaliar o discurso da mídia, Susana Funck (2009) indica que a representação dos corpos considerados “naturais” é o que justifica as relações sociais em que os sujeitos estão inseridos. Segundo a autora, ainda há “o fato de que toda dicotomia envolve necessariamente uma hierarquia, com um dos polos identificado como padrão e outro como marcado, ou diferente. Não é necessária uma análise aprofundada para saber-se qual o padrão entre homens e mulheres” (FUNCK, 2009, p. 115).

Percebo que além das questões de igualdade relacionadas a quem está à frente da publicação, existe um limite traçado por uma lógica comercial e administrativa da editora: além do “DNA”, *Tpm* também herdou o expediente da revista *Trip* que, afinal, é feita para homens.

O lema “provocar para inspirar reflexão” é reafirmado por *Tpm* desde seu lançamento. A revista tem como proposta lançar a reflexão sobre o papel social da mulher a partir de abordagens temáticas que se dispõem a serem aprofundadas, dentro de suas limitações, e embasadas em acontecimentos e histórias de vida. Conforme a *Trip Editora*, as leitoras de *Tpm* “querem ir além dos manuais, desafiando os padrões”. Dulcília Buitoni¹⁷, uma das principais pesquisadora em imprensa feminina no Brasil, apresenta outras características que compõem a

¹⁷ Dulcília Schroeder Buitoni é referência brasileira quando o assunto é pesquisa em imprensa feminina. Entre suas principais obras encontram-se “Imprensa feminina” (São Paulo: Ática, 1986), “Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira” (São Paulo: Summus, 2009) e “Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem” (São Paulo: Saraiva, 2011).

identidade de *Tpm*. Segundo Buitoni, além dos conteúdos inteligentes a revista apresenta “seções de roteiro cultural e comentários humorísticos – coisa rara em imprensa feminina – e propõe outras visões de consumo, embora dentro de uma economia capitalista. Muitos padrões femininos de beleza são quebrados” (BUITONI, 2009, p. 207). Embora, como indica a autora, haja uma certa quebra de padrões nos conteúdos, a revista segue a lógica das demais publicações femininas que enquadram e caracterizam *uma* mulher. Percebe-se, já no título da revista – *Trip para mulher* – sentidos que provocam uma uniformização da mulher, no singular, deixando de lado a discussão sobre mulheres, no plural e todo contexto social que isso implica.

No editorial de lançamento, publicado em maio de 2001, o editor Paulo Lima questiona a abordagem e a produção de conteúdo das revistas femininas brasileiras, num esforço de esclarecimento sobre o lugar de fala e a identidade de *Tpm*, que se coloca como um veículo que atua na contramão de tudo aquilo que repugna.

[...] as revistas femininas nem mesmo se dignam a velar aquilo que pensam da mulher brasileira: uma pessoa simplória, de horizontes estreitos, com pouquíssimo potencial, de espiritualidade rasa, cultura próxima do zero, tipo físico medíocre, que se agarra a regimes, *peelings*, drenagens linfáticas, plásticas e ginásticas, para – com a ajuda de um fragilíssimo Cascolac cultural que consegue absorver de suas páginas – lutar com todas as forças a fim de laçar um pobre diabo que a carregue (LIMA, Editorial *Tpm*, maio -2001).

É possível compreender que esse *físico medíocre*, ao que se refere Paulo Lima na citação acima, com base na opinião exposta pelo diretor e na proposta da revista *Tpm*, se refere a um perfil definido de mulher: aquela que busca e valoriza estar dentro de um padrão de corpo, com pernas e abdômen definidos, seios siliconados, que segue dietas loucas e modas momentâneas, com um objetivo final de conquistar o homem dos sonhos, sem se importar com o seu nível de cultura ou de intelecto, sem “amor próprio”. No entanto, a crítica às revistas que enxergam a mulher brasileira de uma determina forma torna-se curiosa ao perceber que nas capas da *Tpm* estão mulheres dentro dos padrões sociais de beleza, e até mesmo com o “físico medíocre” que o diretor da publicação rejeita.

Criada para ser uma versão feminina da *Trip* – revista que está há 30 anos no mercado –, a *Tpm* foi lançada para suprir a demanda por conteúdo direcionado ao público feminino, já que um número representativo do público leitor geral da *Trip* era constituído por mulheres. Conforme apresenta a editora, *Tpm* herdou as marcas identitárias e o “DNA” da *Trip* – “reflexão, inovação e diversidade” –, que apresenta produções de temas variados, “da política ao sexo, da cultura de praia às novas relações com o trabalho, da alimentação às drogas, da segurança pública ao novo ativismo” (*Trip Editora*, documento virtual não paginado).

Formas de afirmar a identidade da *Tpm* acontecem por meio de ações internas e externas às páginas da revista. Uma delas ocorreu em 2012 com o lançamento da campanha *Manifesto Tpm*, em que a revista reforçou novamente seu discurso e opinião sobre o lugar da mulher na sociedade, suas escolhas e formas de viver sua sexualidade. Desde então, vem defendendo o que chama de “liberdade da mulher” por meio de eventos, ações, reportagens e matérias. O *Manifesto Tpm*¹⁸ começou assim:

Se você está aqui (ótimo, teria sido estranho falar sozinho até agora), é porque quer ficar longe dessa conversa de comadres. Prefere ser tratada como mulher, não como mulherzinha. [...] Uma turma que se espanta quando lê “operação biquíni” na caixa de cereais (você só queria tomar seu café da manhã sossegada). Que quer autonomia para decidir o que fazer com o próprio corpo. Não se conforma em ganhar menos que o cara na mesma função. E ainda estranha tanta mulher meio pelada fazendo o papel de cenário em programas de televisão (*Tpm*, maio de 2012, documento virtual não paginado).

O *Manifesto* acompanha a produção de informação e conteúdo de *Tpm* desde 2012, e surgiu com o objetivo de refletir criticamente sobre tudo que tenta enquadrar e disciplinar a mulher, seu corpo, seu comportamento e sua existência no âmbito social. A partir da campanha, diferentes tentativas de pensar a sexualidade e as questões de gênero têm sido exploradas pela revista. Temas como aborto, maternidade e desejo,

¹⁸ A publicação oficial do *Manifesto Tpm* pode ser encontrada em: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/voce-e-livre>.

por exemplo, passaram a figurar nas páginas e redes sociais da revista. Abaixo, o conjunto de imagens criadas pela revista para marcar, divulgar e estampar o *Manifesto Tpm*:



Figura 22: Fotos do Manifesto Tpm - Edição #120, maio de 2012

As ações do Manifesto Tpm puderam ser percebidas em diferentes mídias, como na novela “Cheias de Charme”, exibida em 2012 pela emissora Rede Globo, em que a cantora Gabi Amarantos leva uma das mensagens da campanha: “Eu não visto 38. E daí?”. Conteúdos multimídias ainda são produzidos para o site da revista com o propósito de trazer novos olhares sobre os temas abordados e maior interação com o público leitor.

Da proposta de um movimento de reflexão crítica, o Manifesto, surgiu o evento Casa Tpm¹⁹, um projeto multiplataformas criado para debater temas do “universo feminino”. Em 2016, a quinta edição do evento, sediado durante dois dias na cidade de São Paulo, contou com um público de mais de três mil pessoas e teve participações de profissionais de áreas diversas, como Cinema, Literatura, Filosofia, Política, Jornalismo e Música, para discutir e problematizar gênero, sexualidade e a condição feminina contemporânea no Brasil. Observo que, a partir das produções e eventos, a revista apresentou um grande esforço em seus primeiros dez anos para reforçar o seu lugar de fala, a sua identidade Tpm e a ruptura que pretende manter dentro do segmento jornalismo de revista feminina.

¹⁹ Informações oficiais do evento, reportagens e produções audiovisuais podem ser encontradas no site <http://revistatrip.uol.com.br/tags/casa-tpm>.

2.2 ANÁLISE TPM: CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA E CORPUS DE PESQUISA

Com o objetivo central de compreender como são abordadas as identidades e as representações de gênero na *Tpm*, a análise parte do recorte inicial de 13 edições da revista, que diz respeito ao período de abril de 2015 à abril de 2016, mais uma edição, a *Tpm* especial 15 anos, que corresponde a setembro de 2016. Considero que o período de um ano, principalmente se tratando de publicações recentes, é suficiente e significativo para a análise proposta, levando em consideração que se trata de um recorte temporal, que prevê a problematização e discussão do discurso da *Tpm* referente apenas ao período analisado. Contudo, a investigação sobre identidades e representações de gênero na revista serve como base, também, para a discussão que proponho no último capítulo, sobre a imprensa feminina brasileira contemporânea.

A escolha do *corpus* passou, ainda, por mais um recorte. A revista apresenta 98 páginas, composta pelas seguintes seções: Editorial, #NATPM, Cartas Páginas Vermelhas, Bazar²⁰, Ensaio, Capa, Reportagem, Moda, Semana da Moda, Entrevista, Perfil, Depoimento, Badulaque, Coluna do Meio, Cartão-postal e Nécessaire. Em um total de 1274 páginas, 321 textos foram contabilizados, que correspondem ao seguinte número de seções:

²⁰ Ressalto, aqui, que esta é a seção que apresenta o maior número de textos, com uma média de 11 textos a cada edição. A seção é elaborada em 12 páginas.

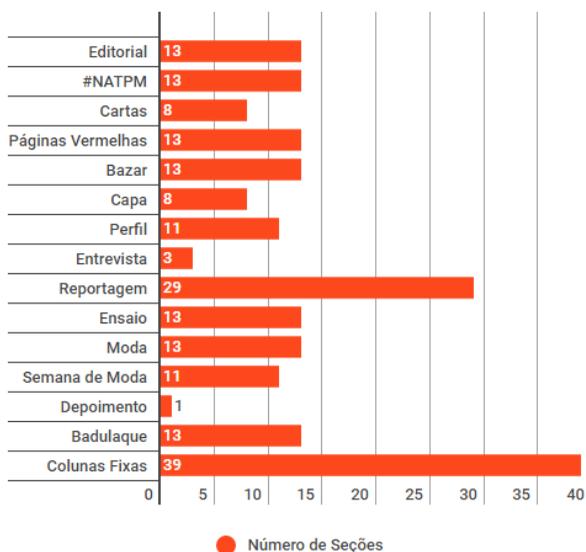


Figura 23: Gráfico do número total de seções do *corpus* selecionado

Reforço, aqui, a constituição do problema de pesquisa, que busca compreender o discurso jornalístico da revista *Tpm*, com foco nas representações de identidade e gênero. Portanto, o recorte é feito em relação aos 321 textos correspondentes às edições selecionadas para análise. Levando em consideração que as seções #NATPM, Cartas, Bazar, Moda e Semana de Moda apresentam conteúdos produzidos, também, por convidados, parceiros e colaboradores da revista, optei por fazer um novo recorte. Com isso, deixo essas seções de fora da interpretação textual que prevê a desconstrução. A escolha justifica-se, principalmente, pelo tipo de conteúdo apresentado nas seções citadas, que se referem a dicas e sugestões sobre Cinema, Artes, Moda, Beleza, Decoração, Arquitetura, Gastronomia etc., divididos em colunas e pequenos textos ao longo das páginas. Além disso, em #NATPM encontram-se indicações de conteúdos que foram produzidos pela revista e divulgados nas redes sociais; e a seção Cartas, que trazia comentários de leitores, geralmente publicados por meio das redes sociais, deixou de integrar a *Tpm* a partir de 2016.

Contudo, continuo a considerar esse material, principalmente ao analisar o discurso da revista *Tpm* como um todo. Observo que nestas seções indicadas é possível perceber, ou ainda, refletir sobre quem é a

“mulher” a que a revista se refere em seu título. A seção Bazar conversa com uma leitora jovem, de classe social média alta, viajada, com boas noções sobre artes, moda e decoração. Em textos sobre beleza, as dicas de produtos importados, marcas famosas ou pequenas grifes nacionais predominam na coluna “Tapa no Visu”, sempre indicados por uma personagem de fama artística ou destaque social. Sugestões de livros, cinema e música são direcionadas para um público restrito, portanto não recorrem a estilos considerados “populares” entre a sociedade. Os destaques são voltados para profissionais como os cineastas Miguel Gonçalves Mendes e Lírio Ferreira, a artista plástica Cynthia Gyuru, as cantoras Alice Caymmi, Amanda Palmer e o grupo Los Hermanos. As discussões sobre gênero, raça ou classe social quase não aparecem em Bazar, salvo alguns pequenos textos que falam sobre beleza negra, ou na coluna “ADA.VC”, escrita por Diana Assennato e Natascha Madov, colaboradas externas da revista e criadoras do blog ADA.vc, que esporadicamente falam em defesa dos direitos mulheres na sociedade, sempre direcionando à discussão ao tema da edição.

Se textualmente tais temas são deixados de lado, “visualmente” não é diferente. Na seção moda um pequeno texto introduz o tema do editorial da vez e, página a página, os *looks* são construídos por roupas que chegam a aproximadamente R\$4000. Grifes como Calvin Klein, Lança Perfume, Diesel, Alexandre Herchcovitch entre outras, vestem modelos que se encaixam, em grande maioria, no padrão estético de beleza ocidental: magras, brancas e heterossexuais. Das 13 edições analisadas, apenas três apresentam modelos negras como protagonistas, e apenas uma tem a aparição de uma modelo considerada “fora do padrão”, que leva o título de “Manequim 50, e daí?”. No período analisado, nenhuma capa foi protagonizada por uma mulher negra. Conforme apresenta Bittelbrun, ao analisar as capas de algumas publicações femininas brasileiras, as temáticas raciais abordadas “tendem a ser superficiais, ao mesmo tempo em que há a reiteração do privilégio das brancas, repetidamente colocadas como modelo na extensa maioria de capas e matérias jornalísticas” (BITTELBRUN, 2014, p. 161). Ao observar a revista *Cláudia*, por exemplo, Bittelbrun (2014) sugere que ao apresentar apenas Camila Pitanga e Taís Araújo como protagonistas, a dimensão da discriminação é reduzida e a revista reitera a imagem da mulher negra como algo atípico na publicação, “enquanto as brancas seriam o “normal”, padrão a ser seguido. É como se as negras aparecessem somente sob o título da discriminação que sofrem ou na forma de conta -gotas, em breves apresentações na revista” (BITTELBRUN, 2014, p. 163).

É indiscutível, portanto, que tais conteúdos colaboram com a discussão acerca do objetivo principal desta dissertação, de compreender como são abordadas as questões de identidade e gênero em *Tpm*, e por isso serão retomados na discussão de resultados. Refletir e analisar gênero é compreender que há diversas categorias que interseccionam essa questão, como raça, classe, etnia, idade etc.

As seções serão dispensadas da interpretação textual, mas todo conteúdo será considerado na análise. O *corpus* será composto, então, por 130 textos, das seguintes seções: Editorial, Páginas Vermelhas, Reportagem, Perfil, Ensaio, Entrevista, Depoimento, Colunas e Especial 15 anos. Posterior à seleção do *corpus*, a segunda etapa refere-se à interpretação textual, com base na perspectiva teórica da *desconstrução*, proposta por Jacques Derrida. A desconstrução, porém, não apresenta um método ou passos a ser seguido, mas constitui-se a partir de aportes teóricos e da subjetividade do desconstrutor.

Nesta dissertação, recorro seguidamente ao quadro teórico construído no capítulo um, que adoto como perspectiva durante o processo analítico ao qual incorporo, também, os estudos de Jacques Derrida sobre a prática da desconstrução. Este é um modo de leitura que busca fragmentar os discursos à procura de padrões textuais, hierarquias, binários e os diferentes sentidos que a estrutura de uma linguagem pode oferecer. Para Derrida, na leitura o sentido “é algo sempre por ser elaborado, remanejado, deslocado etc., em função dos sujeitos relacionados aos atos de fala e/ou de escrita” (NASCIMENTO, 2004, p. 14). Deste modo, a estrutura de um discurso textual não apresenta um sentido único e acabado, mas é organizada a partir de pares opositivos, como verdadeiro/falso, presente/ausente, bom/mau, interior/exterior etc., e de hierarquias que definem a diferença e o lugar de cada elemento, em que um vale mais que o outro. Segundo Derrida, é preciso reconhecer que “em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um *face a face*, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto”. (DERRIDA, 2001, p.48, grifos do autor)

Nesse incessante jogo de sentidos que ocorre no processo desconstrutivista, deve-se estar atento aos caminhos que o discurso leva, pois como afirma Charaudeau (2013), tudo é escolha no ato de comunicar ou informar, não apenas em relação a transmissão de conteúdos, “não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeito de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARAUDEAU, 2013, p. 167). A noção de

discurso, já introduzida no primeiro capítulo, é essencial para o processo de desconstrução. O discurso, como prática, opera muito além do texto, principalmente na constituição das dimensões da estrutura social, que restringem e moldam as relações, as identidades, as normas, instituições e convenções (FAIRCLOUGH, 2001).

“O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições do sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crenças”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Derrida afirma ainda que “o conjunto dos mitos de uma população pertence à ordem do discurso. A menos que a população se extinga – física ou moralmente, esse conjunto jamais é fechado” (DERRIDA, 1995, p. 243). A interpretação textual é o passo inicial da desconstrução e, a partir dela, é possível compreender um determinado discurso, levando em consideração fatores externos, ou seja, históricos, sociais e culturais.

Após o primeiro passo da análise, será possível apresentar os padrões textuais, as hierarquias e os sentidos que constituem as representações de identidade e gênero presentes no conteúdo da revista *Tpm*. Os resultados encontrados serão comentados e exemplificados com partes de textos retirados da própria revista. No entanto, a desconstrução será realizada nos principais paradoxos discursivos, ou seja, os que mais aparecerem e caracterizam o discurso da revista em relação às questões de gênero e identidade. Eles serão separados por tópicos e discutidos individualmente, de modo que ao final da exposição dos resultados seja possível visualizar com maior clareza a desconstrução discursiva da revista *Trip para mulher*.

3 PLURAL OU NORMATIVO? O JORNALISMO EM *TPM*

3.1 DISCURSO *TPM*: INTERPRETANDO PADRÕES, HIERARQUIAS E SENTIDOS

Uma das funções do jornalismo de revista, com destaque para as publicações femininas brasileiras, é criar “um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir uma identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo” (SCALZO, 2004, p. 12). O discurso que percorre as páginas de *Tpm* se organiza a partir do que julga como necessidades, desejos e anseios de suas leitoras, transformado em reportagens, entrevistas, ensaios, colunas e espaços que negociam sentidos a cada folhar de páginas. Em revista, “tanto na composição do texto, quanto na edição [...] há um constante movimento político de forças que negociam espaços: subjetividade, objetividade; real, imaginário; estética, ética; material, espiritual; ciência, filosofia [...]” (AZUBEL, 2013, p. 270).

A revista *Tpm* apresenta diferentes paradoxos discursivos em relação às questões de identidade e gênero, principalmente por se tratar de uma revista feminina que tem como promessa quebrar estereótipos e clichês ligados ao papel social da mulher. Ao analisar as abordagens discursivas sobre identidades em *Tpm*, percebo diferentes mecanismos de invisibilização social dos sujeitos, por meio de processos de exclusão e desigualdades – que dizem respeito principalmente a falta de representatividade e pluralidade na apresentação dos sujeitos –, que não atendem às interseções a qual estão atreladas as questões de gênero, ou seja, questões étnicas, sexuais, raciais, classistas. Conforme indica Butler (2015), além dessas, modalidades regionais de identidade também intimamente ligadas às construções de gênero não devem ser esquecidas na constituição dos discursos. Em *Tpm*, porém, essas modalidades são deixadas de lado e cria-se um núcleo desigual de atribuições ligadas aos papéis femininos e masculinos, às mulheres e aos homens. Conforme indica Funck (2004) “embora não se tratem de hierarquias naturais, as dissimetrias de gênero, assim como as de raça e classe social, entre outras, continuam a operar em nossas relações sociais e a ser disseminadas através de práticas discursivas” (FUNCK, 2004, p. 157). Para compreender de que modo essa disseminação de rótulos e padrões, de identidades fixadas e da concepção de gênero com base em fatores biológicos, e considerados naturais, são abordados em *Tpm*, discorro a seguir sobre a interpretação das seguintes seções:

a) Editorial

O espaço editorial cumpre sua função básica, que é a de introduzir as abordagens temáticas e apresentar a edição da vez, sem grandes surpresas. Exceto, é claro, o fato de quem estar escrevendo e assinando a opinião de uma revista feita para mulheres e, feita em maior parte por mulheres, seja um homem, o diretor editorial Fernando Luna. Das treze edições analisadas nesta dissertação, apenas uma não foi escrita por ele, a *Tpm* #152, que aborda temáticas relacionadas a dietas, bullying e a obsessão pelo peso, traz a voz de Micheline Alvez, diretora de núcleo *Trip* e *Tpm*, para falar sobre a busca pelo corpo ideal. O editorial “Gravidade”, diz:

Seres humanos do sexo feminino vivem em guerra contra o próprio peso e isso não é novidade. Desde que foi criada, esta revista – e lá se vão 14 anos – fala desse assunto e defende precisamente que cada um tem o corpo que quiser e puder ter. “Não visto 38, e daí?”, já disse Gaby Amarantos, em uma época em que mulheres de seu tamanho não costumavam estampar capas de periódicos (não que hoje isso seja muito diferente)[...]. (TPM #152, 2015, p. 10).

Observo que a campanha “Não visto 38, e daí?” é sempre citada por *Tpm* quando o assunto é a quebra de padrões de beleza. Contudo, a publicação circulou em 2012 e foi atípica, visto que a revista continua trazendo capas com mulheres que não condizem com o padrão que tanto critica. Em um breve levantamento pude constatar que o padrão vai além dos estereótipos de beleza, pois desde 2012 apenas três mulheres negras apareceram como protagonistas da publicação. Em setembro de 2013, Preta Gil aparece na capa da edição #135, porém, esta foi uma edição dupla (alguns meses *Tpm* lança a publicação com duas opções de capa), em que dividia o mês com Tatá Werneck, na temática sobre comida e culpa. Em abril de 2014, foi a vez da atriz Juliana Alves aparecer na capa da edição #141, com destaque para o tema “Ser negra do Brasil é (muito) f*da”. Com intervalo de mais de dois anos, Thais Araújo aparece na capa da edição #167, de agosto de 2016, para “abrir o jogo”, como diz a chamada principal, sobre insegurança, preconceito e realizações. As edições citadas acima não fazem parte do *corpus* desta

pesquisa, e no período analisado nenhuma mulher negra ou “fora do padrão de beleza” foi capa de *Tpm*.

Outro fator que chama a atenção é a construção de uma noção de brasilidade, principalmente no que diz respeito às mulheres. No editorial “Love me tinder”, o diretor editorial, Fernando Luna, escreve sobre a revolução sexual que a tecnologia proporcionou. Luna diz:

E as mulheres frequentam cada vez mais essas URLs calientes. Em especial, as brasileiras. O Pornhub e o RedTube, duas referências de XXX na www, revelaram que as brasileiras lideram o ranking feminino do consumo de safadezas on-line: 35% dos acessos aos sites no Brasil são delas, contra 65% masculino. Só para comparar, no Japão são apenas 17% de mulheres clicando. Foi o mundo digital que escancarou o sexo às mulheres. [...] (TPM #158, 2015, p. 8)

Para *Tpm*, liberdade sexual é sinônimo de safadeza. Mas, não qualquer tipo. É aquela safadeza que antes era privilégio masculino e agora está ao alcance das mulheres. Os sites de pornografia e a internet “escancararam”, nas palavras de Luna, o sexo às mulheres, os *clicks* nas páginas viraram sinônimos de liberdade, e o sexo, de sexualidade. Além disso, o editorial reforça o estereótipo das brasileiras como mulheres que são ultrassexualizadas e com mais liberdade sexual (no sentido do ato sexual, não da sexualidade), em comparação a outras nacionalidades. Nas palavras (implícitas) do editor, mulheres mais “safadas”. A frase que fecha o texto editorial é outra prova de que não é a sexualidade que está sendo abordada. Ao dizer: “*Responda rápido: você passa a mão com mais frequência no seu celular ou no seu namorado?*”, Luna deixa claro que o texto trata de uma relação heterossexual, já que a revista é feita para mulher e o uso do artigo “o” dá fim à discussão.

Em outro momento, essa noção de brasilidade também entra em questão carregada de estereótipos. No editorial “Sejamos felizes, tudo vai mal”, da edição que contempla os meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, a *Tpm* #160, Luna usa da ironia como estratégia, ao mesmo tempo em que anuncia uma reportagem sobre festas no país, no melhor estilo do ditado popular: “no Brasil, termina tudo em pizza”. Segue

Alegria à beira do abismo é coisa nossa, muito nossa – assim como o samba, a prontidão e outras

bossas. A rotina é devastadora? Vamos festejar. Não é qualquer país que tem sua identidade colada a uma festa: meu Carnaval, Brasil. No nosso Enem sociológico diário, a alegria é prova dos nove. [...] Pode ser aparelhagem, baile, balada, farra, fluxo, fuzarca, night, reunião, sarau ou qualquer festa – na página 62 tem um roteiro lírico e sentimental dos embalos que fazem o Brasil remexer. [...] (TPM, 2015/2016, p. 10).

É possível desconstruir, ainda, outro discurso de *Tpm* a partir de seu espaço Editorial. Em “Wi-fi no lago Walden”, edição #159 que corresponde a novembro de 2015, Luna fala sobre consumo consciente e sobre os sintomas do hiperconsumo que afetam a população contemporânea. Também destaca que a reportagem da edição, “De quanto você precisa”, indica “*caminhos para escapar desse ciclo autodestrutivo*”. Além das dicas, Luna fala também dos “delírios fetichistas” sobre alimentação e vestuário que reduzem cidadãos a consumidores. Entretanto, no desenrolar de páginas, encontramos sugestões contraditórias nas seções Bazar e Moda, que exibem peças de grife com valores que chegam à R\$7.000, como no exemplo de um vestido feito por uma designer que não utiliza matéria-prima animal, em uma marca de roupas veganas. Curiosamente, nesta edição as peças de roupas indicadas na seção Moda não aparecem com preço, apenas com o nome da marca, diferente dos outros meses em que são exibidos acessórios, como, por exemplo, pulseiras e anéis de mais de R\$6.000, vestidos acima de R\$500 e casacos com valor superior a R\$1.800.

Os demais editoriais trazem pouca opinião de Luna, apenas servem de introdução ao material que a revista apresentará. Por vezes, se expressa por meio de referências musicais, dados de pesquisas ou frases de renomados escritores, que mais enfeitam o texto do que dizem algo sobre o pensamento de *Tpm* como revista.

b) Páginas Vermelhas

O discurso da seção Páginas Vermelhas reitera o estereótipo da “mulher *Tpm*” ao criar um padrão de perfil feminino, representado pela personagem em destaque. Mulheres brancas, casadas ou integrantes de uma “família tradicional”, magras (ou que perderam muitos quilos ao longo da vida), famosas ou de destaque social integram o time das identidades femininas expostas. As histórias giram sempre em torno de

um centro: a mulher que teve certa “ascensão” social e financeira mesmo tendo que superar algum tipo de abuso, violência ou trauma, ou que perpetuou em seu sucesso a estabilidade herdada de família. Uma imagem que vai sendo construída com base em histórias e relatos de vida, marcados principalmente por fatores como casamento e maternidade.

As identidades vão surgindo conforme as personagens vão sendo expostas. Embora uma única pessoa apresente diferentes identidades, como discutido no capítulo um deste trabalho, em *Tpm* elas recaem em essências e características consideradas “femininas”, que vão formando a imagem da *mulher* como esposa, mãe, filha, adolescente, menina, magra, sempre fixadas em padrões pré-estabelecidos socialmente. Construção visível, também, nas perguntas mais frequentes que compõem a entrevista de Páginas Vermelhas em diversas edições. A seguir, exemplos das perguntas e de algumas introduções sobre as mulheres que protagonizam a seção:

“Sua mãe tem um salão de beleza. Na adolescência você não vivia lá se emperquitando?”, “Vocês moram juntos?”, “Vocês pensam em ter filhos?”, “Sem falar de cifras, já vai dar pra comprar um apartamento?” (TPM #163, 2016, pp. 19-24).

“Você voltou a trabalhar há pouco tempo. Tem conseguido conciliar a cozinha do Maní com a maternidade?”, “Você sempre quis ter filhos?”, “Você conseguiu ficar rica com o Maní?”, “Você acha que a beleza te ajudou na carreira de chef?”, “Quem cozinha em casa: você ou o Bruno?”, “Pretende ter mais filhos?” (TPM #162, 2016, pp. 17-25).

“Filha de um paraense que fez fortuna no Rio. Menina afastada da mãe dependente química. Adolescente que largou a escola para se focar no emagrecimento e única herdeira de uma das marcas de moda praia mais importantes do país. **Perguntas:** “Pretende ter filhos?”, “A ideia é cria-los como seu pai criou você?”, “E sobre seu emagrecimento?”, “Você se sentiu mais aceita depois de emagrecer?”, “E como é a relação com

seu corpo hoje?” (TPM #152, 2015, pp. 19-26, grifo meu).

“Petra Costa é uma mineira de 32 anos que já tem no currículo uma obra cinematográfica de respeito. O primeiro filme nasceu da necessidade de falar para mulheres sobre uma condição que ela começou a achar que era feminina e universal, uma certa propensão de se ‘afogar nas próprias emoções, um sofrimento silencioso, invisível e incompreensível pra quem não passou por isso’”. (TPM #161, 2016, pp. 14-21).

Gostos refinados para música, culinária e viagens integram as características principais das entrevistadas que, em sua grande maioria, pertencem à classe média/alta brasileira. Quando esse ciclo é rompido, seja por uma infância pobre ou por uma escolha pessoal, a história é justificada por experiências e vivências que fazem parte de uma cultura erudita, que se distancia da popular, para então retomar esses aspectos classistas.

A edição *TPM* #157 apresenta a única mulher negra que protagoniza a seção durante o período analisado, e serve para exemplificar a desigualdade presente nas identidades apresentadas. Em “A mina do mano?”, a identidade de Eliane Dias é apresentada à sombra do marido, o rapper Mano Brown, integrante do grupo Racionais Mc’s. Durante a entrevista, muitas perguntas reforçam o papel de esposa e mãe. Além disso, a composição das perguntas difere das demais edições, pois apresentam uma realidade desconhecida nas páginas de *Tpm* : a de uma mulher negra, com infância pobre e criada na periferia. Enquanto em outras edições surgem perguntas em relação à condição financeira, ao desejo de ter filhos ou sobre alguma posição política, para Eliane são direcionados questionamentos sobre sua vida como esposa de Mano Brown, a maneira como educa os filhos e sobre seu comportamento em relação a situações de violência.

As questões raciais e classistas que perpassam a construção identitária não são abordadas nem geram grandes discussões na revista. Entretanto, os estereótipos que compõe a imagem de uma mulher negra e de classe baixa (muito presentes na mídia, principalmente nas novelas brasileiras que mostram as favelas e as periferias com personagens caricatos) são reforçados. A seguir, alguns trechos da edição citada de Páginas Vermelhas:

A mina do mano?

A advogada Eliane Dias é muito mais que isso: *musa, companheira e mãe dos dois filhos do rapper Mano Brown*, ela comanda a Boogie Naípe, produtora responsável pela carreira do Racionais Mc's, é ativista do movimento negro e desarma, a cada dia, o machismo que dá o tom na cena rap (grifos meus). [...] Eliane impressiona pela beleza, pelo discurso articulado e pelo jeito forte e determinado que a levou longe na vida.

Perguntas:

“Você nunca fumou um baseado?”, “O Brown é mais liberal em relação a isso né?”, “Vocês brigam por causa disso?”, “Ele tem o canto dele, que é a Casa Azul, lá ele manda?”, “Como você educa os seus filhos? É liberal?”, “Como é a personalidade deles? Parecem mais com você ou com o Brown?”, “Como é a vida em família de vocês?”, “Como foi sua infância? Você sempre morou no Capão Redondo?”, “Como foi a época em que você trabalhou como empregada da namorada do Toquinho?”, “*Qual é o peso de ser a mulher do Mano Brown?*”, “Como você lida com o assédio das mulheres em cima do seu marido?”, “*Você já saiu no tapa com alguma mulher?*”, “Você já matou alguém?”. (TPM #155, 2015, pp. 18-28, grifos meus).

A revista apresenta uma Eliane musa, esposa e mãe e que, apesar da infância pobre e de ter que trabalhar muito, agora vive na zona sul de São Paulo, é advogada, gosta de ler livros, escutar Caetano Veloso e Chico Buarque (influência de uma patroa que teve na época em que trabalhava como empregada doméstica para a namorada de Toquinho na época), tudo isso “apesar” de ser negra e mulher de um dos “pretos mais perigosos do Brasil”. A subalternidade das questões raciais, destacando aqui a das mulheres negras, é refletida e reiterada nos meios de comunicação, como afirma Bittelbrun (2016), conforme sua voz é silenciada, “assim as desigualdades raciais da sociedade são amplificadas e estendidas mesmo para essas plataformas que apresentam toda uma aura de euforia e modernidade, complementada pelos recursos gráficos” (BITTELBRUN, 2016, p. 183), ou ainda, por revistas que prometem agir na contramão das publicações femininas que exibem clichês e estereótipos, como a *Tpm*.

c) Entrevista e Depoimento

As seções que menos aparecem nas revistas publicadas entre o ano de 2015 e 2016, período analisado, correspondem à Entrevista, com três aparições, e Depoimento, apenas uma vez. Com o mesmo estilo narrativo e de estrutura que Páginas Vermelhas, a seção Entrevista inicia com um pequeno texto introdutório sobre o/a protagonista da edição, seguido por uma série de perguntas em formato pingue-pongue (pergunta-resposta). Na *Tpm* edição #163, por exemplo, o espaço apresenta a artista performática Marina Abramovic, em “Mistério sempre há de pintar”. A construção textual tem como foco a carreira da artista, com relatos sobre seus filmes, suas escolhas religiosas e espirituais, sua percepção sobre a arte em diferentes lugares e sobre seus projetos futuros. Muito embora, em meio à grade de perguntas, a vida pessoal acabe virando outro questionamento direcionado à Abramovic:

No início das filmagens, você enfrentava problemas pessoais, incluindo o fim de seu casamento. Encontrou um novo amor?

Tomo cuidado para não me apaixonar perdidamente porque não sobreviveria a mais um coração partido. Essas viagens significaram um longo processo de cicatrização. Depois disso, fiquei em paz. Amo, mas não com tanta intensidade. Ou talvez porque simplesmente não tenha encontrado a pessoa certa. Tenho o projeto de um novo filme, *Seven Deaths*, que aborda essa questão: como é possível que mulheres, como a cantora lírica Maria Callas [1923-1977], morram por causa de amor? Como é possível nos apaixonarmos a ponto de nos perder de nós mesmas? É um belo tema que surgiu a partir da minha própria experiência. (TPM #159, 2015, p. 65).

Parece impossível para a revista *Tpm* que questionamentos sobre casamento ou maternidade fiquem fora do quadro possível de assuntos a serem abordados. Mesmo quando a entrevista parece direcionar o interesse na carreira, nas experiências profissionais e nos reconhecimentos da artista performática, *Tpm* insere uma de suas clássicas perguntas direcionadas às mulheres.

Já a seção Depoimento, publicada apenas uma vez no período analisado, é apresentada como um espaço cedido à jornalista Kika Salvi, responsável por assinar o texto e as ilustrações de “Chega de silêncio”, reportagem que aborda o abuso sexual infantil. No seção, Salvi apresenta um misto de informações sobre dados extraídos de estudos divulgados pela Organização Mundial de Saúde, com seu relato pessoal como criança que foi abusada sexualmente pelo avô. A jornalista fala das principais características de quem passam por esse tipo de situação, como: “um quadro de dificuldade social, depressão, baixa autoestima, retraimento, ansiedade e problemas com o corpo” (TPM #159, 2016, p.79). Junto às principais reações e traumas, consequências do abuso, Salvi descreve períodos de sua vida dos 10 aos 27 anos, recordando como sofreu, compreendeu e tentou superar o abuso sexual infantil, principalmente pelo abusador ser alguém familiar. Ela diz:

Acho que a pior característica do abuso sexual infantil é não saber que você está sendo abusada. Ele é entregue em forma de carinho por alguém que você gosta e confia, e para mim era apenas meu avô me pondo no colo e contando historinhas (sobre incesto, traição, mulheres que eram “tiradas do puteiro” pra casar, filhos bastardos e casais que se batiam por ciúmes). [...] Descobri que aquilo era errado pouco antes dos 10 anos. [...] O abuso incestuoso corresponde à maioria dos casos. O abusador manipula a confiança da criança através de sedução ou coerção para manter o abuso em segredo. [...] Eu já não pensava em meu avô, apenas me sentia miserável. Foi quando comecei a ter depressão. A primeira foi aos 13. [...] Aos 16 tive a segunda, com fortes pensamentos suicidas. [...] Aos 23 tive a terceira, logo após o nascimento da minha filha. [...] *Mais da metade das vítimas manifesta transtorno do stress pós-traumático por meio de desligamento e amnésia.* Aos 27 tive outra depressão, logo após me separar. [...] Foi quando entendi que precisava me tratar, com terapia e medicação. Me dei conta do quanto eu era destrutiva e me empenhava em detonar todos os vínculos que eu tinha. [...] Aprender sobre as consequências do abuso sexual foi um grande alívio e fez eu me sentir bem menos só. (TPM #159, 2015, pp.80-81).

O texto de Kika Salvi reflete sobre uma realidade social e informa sobre dados e características que podem ajudar a identificar crianças que sofrem com o abuso sexual. Durante a análise, esse é o primeiro texto que fala abertamente e de forma informativa sobre um assunto de relevância social, que trata de violência e das consequências ao longo da vida, além de servir como alerta. No então, quem assina a seção é alguém externo à equipe da revista, que ocupa um espaço emprestado e, para além da discussão sobre o tema, também o usa para falar sobre um projeto pessoal, o documentário “Em silêncio”, na época em fase de captação de recursos. Entende-se, portanto, que Depoimento age duplamente: informa ao mesmo tempo em que serve como espaço de divulgação, e usa o tema do abuso sexual infantil como ponte que liga os dois propósitos.

d) Reportagens, Capa, Perfil

Optei por reunir as seções Reportagem, Perfil e Capa em um mesmo item, pela semelhança da composição textual e, também, pela maneira como aborda as temáticas e os/as personagens. Algumas características comuns são compartilhadas entre esses espaços, como, por exemplo, a prioridade por fontes masculinas, seja para contribuir com a exposição do tema ou para apresentar as mulheres que protagonizam as seções.

A seção Capa, embora similar às outras, não apresenta uma estrutura textual fixa, como acontece em Reportagem e Perfil. As oito edições que apresentam este espaço, das treze revistas analisadas, trazem um estilo diferente de abordar a temática em destaque da publicação. A estrutura varia entre entrevista em formato pingue-pongue, reportagens e depoimentos. Na *Tpm* #161, por exemplo, a seção leva o título “A pele que habito”, e traz relatos de cinco mulheres que vivem condições sociais e culturais diferentes, em um texto de meia página, acompanhado de uma foto que ocupa a página inteira ao lado. Há, apenas, uma pequena introdução que diz: “O corpo carrega história. É com ele que nos colocamos no mundo. Suas marcas, cores e dores falam por si. Somos aquilo que os outros veem ou o que escolhemos para nós? Cinco depoimentos mostram que o corpo é a nossa casa, um espaço imperfeito, e, por isso mesmo, único”. (TPM#161, 2016, p. 54).

Cinco personagens falam sobre escolhas e superação frente aos imprevistos que surgiram em seus caminhos, como em “Mãe Possível”,

em que a atriz Vanessa Giacomo, capa da edição, conta sobre sua escolha de ser mãe jovem e ter três filhos. O próximo depoimento também fala de superação e leva o título de “Não falta nada”, ao trazer Cláudia Santos, atleta paralímpica, que por meio do esporte superou uma fatalidade que a fez perder a perna e, posteriormente, superou a retirada do útero pelo esforço do esporte. O depoimento da cantora Xênia França e da blogueira Jéssica Ipólito, aparecem como algo atípico na revista. São relatos de mulheres negras, uma delas lésbica e, como ela própria denomina, gorda. Exemplos:

“Cresci querendo ser a apresentadora de TV Glória Maria. Toda vez que ela aparecia na tela, eu ficava fascinada. Já ao programa da Xuxa, assistia com o cabelo coberto com uma toalha de banho. Meu cabelo era duro e crescia pra cima: esse foi um jeito que encontrei de não me sentir excluída. Faltavam crianças negras no programa. E é incontestável que as crianças pretas, sobretudo as meninas, crescem sem se ver representadas, e isso afeta diretamente a construção da identidade” (XÊNIA FRANÇA, TPM#161, 2016, p. 58).

Negra, lésbica, gorda, ensino médio completo, 24 anos, rio-pretense, autora do blog *Gorda e sapatão*, filha de faxineira da escola pública, sem CLT. [...] Ser gorda numa sociedade cujo padrão de beleza é o magro traz a certeza de que vão me deixar à parte de muita coisa, como de me sentir confortável em um assento de ônibus, ou de encontrar uma peça de roupa que me sirva (JÉSSICA IPÓLITO, TPM #161, 2016, p. 60).

Observa-se que a revista reserva pouco espaço para expor e debater questões intimamente ligadas ao gênero. Os depoimentos viram histórias soltas, sem que a revista faça uma intervenção e contribua com a reflexão sobre a realidade ali exposta. *Tpm* dá voz às mulheres que falam de questões muito presentes na sociedade contemporânea: a exclusão, a discriminação e a falta de representatividade de crianças e mulheres negras, fatores que afetam a construção e afirmação de identidades. Porém, a revista usa desta estratégia, a de colocar na voz do entrevistado a responsabilidade de algumas abordagens temáticas (como exemplo de questões raciais e de gênero) para, desta forma, afirmar estar defendendo a pluralidade, a quebra de padrões e estereótipos. As

questões tornam-se paradoxais, na medida em que trazem em sua próxima seção, Moda, novamente mulheres brancas, dentro dos padrões de beleza e com anúncios sobre roupas de grifes caras.

A seção Capa traz, também, histórias de personagens em formato de reportagem, em que o texto vai construindo a imagem e a identidade por meio de introduções que caracterizam e estereotipam, ou de perguntas que direcionam a entrevista para um determinado caminho. Na edição *Tpm* #168, por exemplo, a capa é a atriz Bianca Comparato, apresentada pela revista como: “Com tipo mignon – 1,54 metro de altura e 44 quilos –, Bianca exibe um respeitável currículo de nove longas, dez séries e seis novelas, incluindo a célebre *Avenida Brasil* (2012). A moça coleciona elogios por onde passa.” (TPM#168, 2016, pp.63). As perguntas dão continuidade ao texto, que reitera padrões corporais e sociais estabelecidos para as mulheres: “Tem o sonho *de casar e ter filhos?*”, “Conseguiu ficar rica como atriz?”, “Apesar de não ser nenhuma *garota*, você tem cara de adolescente. Gosta de ser mignon?” (TPM#168, 2016, pp.63, grifos meus). Novamente a maternidade marca presença nos questionamentos às mulheres entrevistadas, bem como sua condição financeira e a caracterização de um padrão de beleza, reforçados através das características corporais de Bianca, como sua altura e peso e a cara de “adolescente” apesar dos 30 anos de idade.

Em Perfil, é possível perceber o mesmo estilo narrativo que perpassa a seção Capa. São mulheres e homens que têm suas vidas divididas em relatos, com destaque para assuntos como casamento, carreira, maternidade e lazer. A seguir, alguns exemplos da seção Perfil:

À vontade

Aos 36 anos e após o nascimento do segundo filho, Tais Araújo prepara sua volta à TV e ao teatro em dois projetos ao lado do marido, o ator Lázaro Ramos. Mais segura, ela fala sobre maternidade, sexo e casamento: “É preciso reafirmar diariamente a individualidade”.

[...] Em setembro, ela estará na TV na série cômica *Mr. Brau*, em que atua ao lado do marido, Lázaro Ramos. [...] O casamento já soma 11 anos. Tais conta que tremeu no dia em que Lázaro lhe enviou flores, enquanto ainda era noivo de outro homem. [...] No mais, sente-se uma mãe privilegiada, embora tenha sido impedida de amamentar a filha recém-nascida, por causa de antibióticos que teve que tomar após o parto para

sanar uma infecção – o primeiro filho ela amamentou por mais de um ano. (TPM #156, 2015, pp.48-50).

As questões do casamento e da maternidade invadem o Perfil de Taís Araújo. É notável como a revista recorre a todo instante à relação da atriz com o marido, que é citado diversas vezes no texto. A maternidade também vai sendo exposta como algo que faz parte da identidade de Taís Araújo, que relata suas experiências como mãe. A revista completa a fala da entrevistada reforçando as características da maternidade. O uso da conjunção adversativa “embora” indica outro estereótipo: apesar de não amamentar sua filha mais nova, pois foi “impedida”, Taís continua com o título de “boa mãe”, pois com seu primeiro filho a amamentação durou mais de um ano.

A estratégia de sugerir em perguntas ou de apresentar relatos pessoais acontece também na seção Reportagem. Dessa forma, a revista coloca em discussão temas como aborto, machismo ou sexualidade, mas através da opinião de alguém externo à revista, e não como compromisso da publicação em discutir e trazer informação sobre tais temáticas, como promete fazer. É perceptível, também, que nos espaços de Reportagem o/a personagem principal é retratada sob o olhar de outra pessoa, principalmente quando se trata de mulheres, as vozes mais presentes são masculinas. Do mesmo modo acontece com a composição dos textos informativos, que trazem como fontes oficiais aquelas que possuem autoridade para falar, predominantemente homens²¹.

De 29 reportagens analisadas nesta dissertação, apenas uma prioriza um dos assuntos considerado tabu pela revista (segundo o texto de apresentação de lançamento da revista, em 2001): o aborto. Na edição *Tpm* #162, a reportagem “*Ainda precisamos falar sobre o aborto*”, narra o desligamento de três professoras universitárias de suas instituições por defender publicamente a descriminalização do aborto. O texto é escrito em conjunto, com a colaboração de Gabriela Ferraz, que é advogada, mestre em direitos humanos e coordenadora do Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. Embora exponha a situação de perseguição de instituições católicas às pesquisas e manifestações de professoras e alunas/os, as vozes que

²¹ No próximo item deste capítulo discorro sobre as políticas de identidade, que ditam quem podem falar em nome de quem e, com isso, criam hierarquias sociais de poder, principalmente entre homens e mulheres, como é possível perceber na revista *Tpm*.

ganham destaque nas duas páginas de texto escrito são de dois homens: Alípio Casali, pós-doutor em Educação e professor do departamento de Fundamento da Educação na USP, e Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da educação e professor de ética e filosofia política na USP. Além dos relatos de Soraia da Rosa Mendes, Débora Diniz e Márcia Tiburi, professoras que afirmam a ligação de seus posicionamentos sobre o abordo com suas demissões, aparecem opiniões dos deputados Diego Garcia e Jean Wyllys, além de Alípio Casali e Renato Janine Ribeiro.

Na reportagem “Dias de luto”, da edição *Tpm* #152, o espaço é destinado à história de Graziela Gonçalves, ex-companheira de Chorão, líder da banda Charlie Brown, que morreu aos 42 anos, em 2013, de overdose de cocaína. O texto é dividido em tópicos e a introdução sobre o assunto diz:

Santista, 43 anos, apaixonada por esportes, estilista da marca de camisetas Moon, Graziela passou os últimos dois anos recolhida e sem falar com a imprensa. Quebrou o silêncio neste depoimento exclusivo, aqui dividido em dez partes que passam pela história d casal, a personalidade de Chorão, o sucesso e as crises da banda, o vício, as tentativas frustradas de tratamento, a morte trágica e a busca de um recomeço, ainda difícil: “não sei se um dia essa dor passa”, diz. (*tpm* #152, 2015, p. 63).

Apesar de a figura central ser Graziela, quem vira protagonista é Chorão, e é somente a partir da história de vida do cantor que visualizamos a estilista. Os depoimentos falam dos vícios, das reações e decisões de Chorão, de situações de relacionamento abusivo, mas de modo romantizado, em que colocam Graziela como esposa, companheira e musa que se dedicou a tentar salvar o cantor, rebelde, viciado, ciumento e paranoico. Segue alguns trechos da reportagem, na voz da entrevistada:

Uma relação louca

[...]Sempre fui independente, trabalhei desde os 14 anos. Moramos juntos por sete anos e nos separamos. Mas nem ele me deixava nem eu conseguia, uma relação louca. Eu morava sozinha, mas ele vivia em casa. Um dia, num jantar com meus pais, me pediu em casamento. A gente casou

com uma puta festa. Ele já tinha sido casado na igreja, então nos casamos na ortodoxa. Entrei ao som de “Proibida pra mim”, na versão Zeca Baleiro. O Nando Reis tocou na festa. Foi um sonho.

Mulher de rockstar

[...]No começo eu ficava péssima. Mas nunca fui neurótica, ele era mais ciumento. Eu entendia que, como artista, ele estava na posição de receber assédio. [...] Fui a namorada que passou por todas as fases da banda. Participava, acompanhava ensaios, músicas, brigas. Tive uma relação boa com os meninos.

Tentativa de cura

[...] No ano anterior à morte, ele estava muito ruim, com sintomas sérios. Eu falava pras pessoas: “como vocês não estão vendo”. Até que ele concordou em procurar ajuda. Tivemos indicação de uma médica incrível, que deu um remédio para baixar a loucura da vontade e pediu exames. Ele enrolou um mês e não fez. A gente ia uma vez por semana lá, uma espécie de terapia. Um dia ele falou que não queria mais ir. E voltou com tudo.

Paranoia

[...]Ele tinha paranoias pesadas quando estava ruim. [...] Um dia ele ligou e falou: “Eu tô ligando só pra me despedir”. Eu nem sei como subi a serra dirigindo. Tomei três Lexotans e fui no hotel. Andava com uma certidão de casamento na carteira, mostrei que era mulher dele e me deixaram entrar. Ele estava fora de controle. (TPM #152, 2015, pp. 64-66).

Outra característica marcante nas seções de reportagens é a desigualdade de espaço dado à voz de mulheres, comparadas ao aparecimento de falas de homens como fontes. Na reportagem “Você precisa amar o que faz?”, da *Tpm* #155, o texto aborda o movimento que busca quebrar a relação do negócio e/ou emprego apenas como busca pelo dinheiro, a partir de uma ideologia que adiciona um propósito à relação com o trabalho, seja ele qual for. No espaço, seis fontes masculinas dão relatos de seus empreendimentos, do amor e da paixão pelo negócio e de como ainda conseguem lucrar muito com isso. Do outro lado, uma fonte feminina relata seu movimento de manter um negócio lucrativo, com um novo tipo de organização, com inovação e

um propósito por trás de tudo. Já a edição #163 de *Tpm* apresenta uma reportagem diferente, porém com o mesmo caráter pedagógico, que ensina caminhos de sucesso, seja na vida profissional ou pessoal. Desta vez, o texto de “Muito além do orgasmo” traz dicas de como melhorar a autoestima: “duas mulheres que ensinam técnicas de tantra explicam a importância de conhecer e dominar a sua energia sexual” (TPM #163, 2016, p.50). A reportagem segue:

Mas, acredite, despir-se da armadura de medos, traumas e daquela vergonhazinha que não sabemos de onde vem é um exercício que pode levar você muito além do orgasmo. Interessou? [...] Hoje, todavia, a ideia de que o autoconhecimento é importante faz com que cada vez mais gente busque o resgate do prazer sexual para sanar inseguranças, falta de concentração, baixa autoestima e traumas. Sim, é a energia sexual fazendo de nós pessoas melhores. (TPM #163, 2016, p. 50).

A reportagem também traz dicas de como a energia sexual pode ajudar mulheres obesas, ou que não se sentem bem com o próprio corpo. Os depoimentos de praticantes da técnica comprovam e reafirmam o discurso da *Tpm*: aos 30 anos é possível reencontrar aquela mulher poderosa que estava escondida em contradições e, ainda, a prática deixa as mulheres menos carentes e mais centradas; e mais autoconfiantes.

e) Ensaio

A seção Ensaio retrata e explora cada detalhe do corpo masculino e daquilo que considera como características presentes em um homem que “todas as mulheres almejam,” ou pelos menos a mulher que *Tpm* quer atingir. Outro grande paradoxo discursivo da revista, Ensaio é construída a partir de fotos que apresentam corpos masculinos esteticamente dentro do padrão homem, branco e heterossexual, além da marcação adjetiva que constrói “o homem ideal”.

Curiosamente, em uma de suas edições, *Tpm* diz ser a “única revista do país que se dedica mensalmente a celebrar o corpo do homem sem vergonha ou pudor” (TPM#160, 2015/2016, p. 80), além de enfatizar que tudo é feito com respeito e contexto. E o discurso segue:

Festejamos o nu, a liberdade e a igualdade. Afinal, nós também gostamos de admirar pernas bonitas, bundas torneadas e, em especial, aquele pedacinho do corpo masculino que separa a barriga do começo do púbis. Gostar de nu – e de sexo, e de safadeza – não é privilégio masculino. (TPM#160, 2015/2016, p. 80).

Tal discurso apenas reafirma a existência de um padrão estético corporal e, ao inverter os papéis, coloca o tradicional desejo masculino como um direito feminino, ou seja, da mesma forma que “nós” (mulheres), como se refere a revista, devemos nos manter em um padrão aceitável e admirado pelos homens, também temos o “direito” de cobrar o mesmo. A falsa liberdade é alimentada por uma estratégia de normatização, que limita e regula os corpos. Além de alimentar um padrão de beleza, impõe às mulheres que assumam essas características masculinas do desejo. Essa é a igualdade à qual *Tpm* se refere, a de assumir um papel semelhante ao do homem na conquista, no flerte e principalmente na sexualidade. É como se a exposição do corpo masculino nu (em sua plena forma), deixasse em par de igualdade a situação das formas de exposição e de desejos entre os gêneros.

A exibição dos personagens na seção Ensaio vai além, e usa-os como estratégia de heteronormatização, pois a revista pressupõe que suas leitoras são heterossexuais e por isso se interessam apenas por homens. Em momento algum, durante o período analisado, o espaço fala sobre relações e desejos plurais, que não os que contemplam a “caixinha” da heterossexualidade.

A igualdade, conforme afirma Munanga (2003), “supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade” (MUNANGA, 2003, p.7). No entanto, para *Tpm* só há um tipo de homem: o branco e heterossexual pertencente ao padrão de beleza socialmente/comumente aceito, ou seja, com seu abdômen sarado, seu corpo malhado e, acima de tudo, “de família”, como indica o título de uma de suas edições de Ensaio.

Outros títulos sugestivos, e até de caráter pejorativo, são vistos pela seção: “Me destrói”, “Medida certa”, “Mamãe passou açúcar em mim”, “Desarmado”, “Desavergonhado”, “Um homem feminino” e outros discursos que vão construindo o tipo de homem e de masculinidades que *Tpm* apresenta. A seguir, alguns trechos de

diferentes seções que ajudam a visualizar o processo de rotulação que permeia seu discurso:

O ar rebelde, o cigarro na mão e o revólver tatuado na cintura não são suficientes para esconder o moço de sorriso fácil. [...] Seguro, ele garante que a estatura (1,68) nunca foi motivo de complexo. Seu semblante angelical contrasta com os cabelos desgrenhados, que dão um charme cool, mas não esconde a rebeldia. [...] A sensibilidade sempre foi seu trunfo. É por isso que se declara um pouco feminino e essencialmente feminista: “a mulher tem que cobrar com juro, sim”. (TPM#157, 2015, pp. 81-83).

Cor o corpo rígido, Daniel tem a confiança dos rapazes seguros. Seus 28 anos são perceptíveis no corpo firme, mas deixam dúvida quando observamos o andar preciso e escutamos o papo requintado. [...] O ritual da comida, o fogo, o primeiro cigarro, a louça, o banheiro azul, o espelho. E então chegamos ao jardim. Pensei em me dedicar a observá-lo ao mesmo tempo em que ele se doava às plantas. São as suas ‘meninas’, que dão vida à casa e carregam rastros de suas viagens. (TPM #155, 2015, pp. 73-74).

O ápice: o homem forte se deliciando com um prato de espaguete que você preparou e depois relaxando diante de um pote de chocolate cremoso. Pense nele lambendo os dedos antes de te levar de volta para a cama. [...] Mas é uma timidez tranquila, que traz uma sabedoria no corpo e na pele, mostrando que é um atleta natural. Ele sabe usar a força que tem, sabe como é bonito o poder do próprio corpo. [...] Que luz linda, que sombra bonita, que maravilha é um homem descalço usando só um jeans rasgado num dia de sol.. (TPM # 162, 2016, pp. 81-84).

Pois neste ensaio você verá que Rafael Losso, intérprete do personagem, não tem nada de Elivaldo. É grande, seguro, sorridente e bonito. Rafael é muso desde a adolescência. [...] Típico cara para o qual a maioria das garotas ‘paga pau’,

é descrito por amigos como gentil, amoroso e divertido. É apegado aos amigos e à família, sempre sorridente. (TPM # 152, 2016, pp. 70-72).

A identificação dos sujeitos apresentados segue um caminho de rotulação, principalmente com o uso excessivo de adjetivos, que intensificam os papéis sociais de homem e mulher presentes no imaginário social. Aos personagens são atribuídas características historicamente consideradas femininas, como a sensibilidade, o espaço doméstico, a gentileza, a delicadeza, porém sempre justificadas por uma masculinidade exaltada em características atribuídas aos homens: a força, a estatura, o charme, a rebeldia e a virilidade. O discurso joga com a construção dos papéis sociais, mas apenas inverte os estereótipos e os reitera, não questiona valores ou regras que são impostas aos indivíduos, não subverte as normas de gênero. A masculinidade do homem, ou as masculinidades, são construídas de modo que reforcem padrões, principalmente no que diz respeito às escolhas e ao desejo da leitora mulher heterossexual que, como indica *Tpm*, deve admirar e anseia por este homem masculino que Ensaio apresenta mensalmente.

A forma como se constrói a relação da sexualidade e do desejo nas páginas da seção Ensaio demonstra uma das estratégias discursivas que manifestam uma violenta hierarquia de gênero do masculino com o feminino, em que a heterossexualidade é a única opção oferecida às mulheres leitoras. Mais do que expor o “Homem ideal”, a revista dá a entender que para conquistar esse “ser superior”, a mulher deve corresponder aos seus encantos e ser magra, bonita, culta, “de família”, disposta a cuidar da casa e do marido e, principalmente, permanecer no padrão de beleza aceito pela sociedade. Se tiver 20 e poucos anos, então... As características físicas são mais que obrigação!

f) Badulaque

As construções discursivas de identidade e gênero na seção Badulaque acontecem de maneira diferente dos demais espaços da revista. Aqui, tem-se como referencia uma figura influenciadora: a repórter especial Nina Lemos. Um dos modos pelo qual o vínculo com o leitor é estabelecido é a identificação, seja com a história ou com quem a enuncia. Em Badulaque, Nina Lemos é apresentada como

alguém de credibilidade, tanto por sua história com a revista²², como pelo modo como vivencia suas pautas. A credibilidade é algo que “precisa ser percebida, reconhecida e conferida pelo outro” (BENETTI, 2013, p. 48), ela é associada à integridade, a competência e a autoridade do enunciador. Lemos parece investir em grande medida sua credibilidade para influenciar suas leitoras e ditar regras de comportamento e vida social. A ação, no entanto, acontece indiretamente, já que a jornalista e escritora diz agir politicamente contra tudo que regula e reprime os sujeitos, principalmente as mulheres.

Em *Badulaque*, as principais estratégias discursivas utilizadas são o humor e a ironia. Com textos carregados de gírias, metáforas e referências de temáticas contemporâneas, Lemos apresenta um espaço em que a linguagem é informal, o texto não possui uma estrutura padrão, é construído a partir de tópicos (que vão, em sua grande maioria, do 1 ao 7), ao longo de, aproximadamente, 8 páginas e em estilo “fanzine”, com muitas cores, figuras e desenhos em formato de recortes. A jornalista fala para a leitora e a busca pela identificação acontece também pelo compartilhamento de histórias e experiências que enfatizam: “eu passei por isso”, “eu testei e não funciona”, “estivemos lá e concluímos”, “sempre imaginamos que...”. Além disso, utiliza afirmações que, entre singular e plural, criam o efeito de “somos iguais, passamos pelas mesmas coisas”, para seduzir a leitora e, logo em seguida, dar dicas e sugestões.

Embora explore, e critique, temas como o mundo *fitness* e suas “dietas loucas”, casamento e maternidade, as tecnologias e o mundo cada vez mais virtual, os textos acabam reproduzindo a linguagem de manuais de sobrevivência, que na busca por quebrar estereótipos acabam reforçando os velhos padrões sociais. A figura da mulher forte e livre que Lemos tenta expor se torna ambígua e contraditória, principalmente no que diz respeito às relações heterossexuais, as mais abordadas pela jornalista em seu espaço. A seguir, exponho alguns exemplos da identidade feminina em *Badulaque*, do humor e ironia como estratégia discursiva e do vínculo de identificação como forma de influência que dita a velha receita do que as mulheres devem ou não fazer.

²² Nina Lemos é uma das figuras mais importantes da revista, conforme afirma a própria Trip editora. A repórter especial, que atualmente mora em Berlim, Alemanha, integra a equipe desde o lançamento de *Tpm* em 2001. Nina Lemos também já atuou como redatora-chefe da publicação.

#somostodasmonstras | **3. O preço que (não) se paga. (título)**

A gente já sabia, mas o filme *The true cost* mostra em detalhes o quanto as nossas roupas baratas da H&M, Zara e afins acabam com o mundo. Somos todas sanguinárias! (subtítulo)

[...] Eu, que escrevo esse texto, resolvi checar a etiqueta das roupas que visto e agora descobri que: o short foi feito na China e a camiseta e a calcinha, em Bangladesh. O sangue escorre de mim. Faça este teste, agora! (E depois compre uma peça baratinha para relaxar!) #alouca. (#TPM 157, 2015, p. 97).

O amor acaba. | **6. O “está tudo acabado entre nós” através dos tempos.**

No passado remoto, a gente xingava um cara por big, era ridículo, mas, quando tudo acabava, era só queimar o número do telefone. Hoje, para esquecer um exu, você vai ter que ver tutorial de como bloqueá-lo em todas as redes sociais.

[...] Existia uma época longínqua onde não havia internet. Nem telefone celular. Nessa era, a gente tinha secretária eletrônica. E acontecia algo muito esquisito, a gente deixava recados! Essa máquina era muito importante para o amor. E também para o ódio. Era por essa máquina que a gente mandava os babacas se ferrarem. Era muito fácil. E, detalhe: ele ia ouvir! [...] Depois de surtar e de se dar conta da loucura vem a pior fase: preciso esquecer esse cara para sempre. [...] Tudo muito, muito complicado. E pior, se você não se livrar da sua loucura, em breve estará com o celular de uma amiga na mão pra bisbilhotar as fotos que ele postou no instagram. (TPM #155, 2015, p.90)

Teste Drive | **7. Não basta reportar, tem que participar**

Desde quando esta revista foi criada, eu, Nina Lemos, testo coisas bizarras. Já usei pata de bode, depilei o ânus, fiz natação de sereia e curso para arrumar namorado.

[...] DETOX: Missão dada pelas editoras da Tpm em um momento de raiva inexplicável da repórter

– só pode ser. Eu peso 47 quilos, mas fiz uma dia de detox. Passei mal por falta de carboidrato e entendo o que as pessoas falam quando escrevem “fiz uma gordice”: uma hora achei que ia desmaiar com minha dieta low carb, apenas com folhas e sucos, e devorei um bolinho escondido. Ele me trouxe de volta a alegria de viver. Tortura nunca mais!(TPM#168, 2016, p. 92, edição especial 15 anos).

Lista amiga| **10 coisas que você deve [ou deveria] saber antes de ir morar sozinha**

Pronta para sair da casa da mamãe neste ano? Damos a letra de tudo que você precisa saber para sobreviver sem danos (graves). As dicas são comprovadas empiricamente em anos de vida loka morando em dezenas de casas por aí.

[...] 3. Na hora em que você estiver solitária, triste e louca para que o telefone toque, ele vai tocar. Mas do outro lado da linha estará alguém falando: “seu filho foi sequestrado. Ele está aqui comigo”. Você vai se apavorar, até lembrar que não tem filho.

[...]8. Seus roommates ou namorados não são a sua mãe. Não, eles não te amam incondicionalmente e não vão achar ok você deixar sua calcinha espalhada no chão do banheiro, louça suja acumulada na pia ou ouvir música alta enquanto eles dormem. (TPM #161, 2016, p. 90).

Embora *Tpm* se esforce para afirmar seu compromisso de libertar as mulheres de padrões de beleza, e das regras impostas sobre maternidade e casamento, o discurso presente nas páginas da publicação diz o contrário. Mesmo que de modo implícito, temas considerados de um “universo feminino” marcam presença mensalmente no espaço de Badulaque. Nina Lemos faz uso de estratégias discursivas para criar uma relação de poder com as leitoras, em que se coloca como autoridade para abordar temas específicos, seja pelo fato de conhecer – usa referências, fontes literárias e científicas e falas de entrevistados –, ou por suas ações que atestam e comprovam suas teorias. Fato, este, um tanto curioso. Como pode Nina Lemos ter tanta autoridade para falar sobre a rotina, as escolhas e a vivência da mulher brasileira, já que ela

mesma vive outra realidade, bem diferente e longínqua, como mulher de classe média/alta que mora em Berlim, há um bom tempo? É, então, a partir da linguagem própria, do seu discurso característico que os sentidos emergem e uma relação assimétrica de poder é criada com o leitor. A linguagem é “um poderoso eixo de legitimação de autoridade” (BENETTI, 2007, p. 39). A ironia, além de ser usada para desqualificar algo ou alguém, também funciona como estratégia de aproximação e sedução do leitor.

A força da ironia está sempre na construção de um campo de cumplicidade entre os sujeitos. No caso do jornalismo, entre jornalista e leitor. A lógica intersubjetiva que se estabelece coloca esses dois sujeitos em estado de mútuo reconhecimento. De forma aqui bastante redutora, seria algo como “somos semelhantes”. Eu, jornalista, me expresso de um modo determinado e você, leitor, é capaz de me compreender; nem todos seriam capazes de me compreender, mas você é meu parceiro. (BENETTI, 2007, p. 41).

No entanto, para que tal ironia faça sentido, é preciso que os sujeitos façam parte dos mesmos mapas culturais e dominem um determinado conjunto de informações (BENETTI, 2007). Nina Lemos fala para uma leitora específica: a mulher *Tpm*, aquela leitora jovem, culta, pertencente ao padrão de beleza social, solteira à procura do “homem ideal”, ou que busca dicas para um relacionamento sério funcionar, como indicam também os demais espaços da revista. O uso de gírias contemporâneas, em português e inglês, também é indicativo do público que conversa com a jornalista. Badulaque é, direta e indiretamente, pedagógica. Ao dizer o que não admite, o que as mulheres não precisam, não devem e não querem ser/fazer, está repassando as antigas receitas de bolo das tradicionais revistas femininas, que carregam como lema os tão famosos verbos imperativos: Faça! Use! Seja! Teste! Aprenda! e tantos outros encontrados no jornalismo feminino.

Além disso, as tradicionais características femininas são atribuídas às mulheres em seus relatos, como, por exemplo, a função de estar com a casa organizada para receber o namorado, a fixação por compras ou a loucura e desespero ao terminar um relacionamento. Ao assumir o papel de ironista, ou, como afirma Benetti (2007), “ao ridicularizar algo, imediatamente institui um parâmetro de normalidade,

indicando o que seria aceitável ou razoável. A ironia se movimentava sempre sobre um eixo de moralidade” (BENETTI, 2007, p. 42).

g) Colunas

As colunas trazem relatos pessoais e a opinião de suas colunistas sobre a temática da edição. Em “Coluna do Meio”, uma das integrantes mais antigas da equipe, Milly Lacombe, traz histórias de sua vida pessoal, depoimentos e fatos sobre seu relacionamento homossexual, traumas, superações e vida em família, dando tom singular à coluna da jornalista, que compartilha seus dilemas e suas aventuras, seus desejos e vivências, como quem pensa em voz alta.

A coluna de Milly Lacombe é um dos poucos espaços, senão o único, em que uma mulher fala da sua sexualidade e assume seu papel como mulher lésbica. Ela escreve:

[...]vi a gente indo comprar o sofá novo que pagamos em muitas vezes e sobre o qual fizemos amor, vi a gente fazendo amor pelo chão da casa da minha irmã, na rede, no quarto na sala, na piscina, em Gonçalves. Vi a gente indo de mãos dadas ao Quitanda, vi você me beijando no meio da rua em Londres, vi a gente bêbada voltando a pé para casa, vi a gente trancada naquele apartamento por dias e dias mergulhadas uma na outra. [...] Vi, outra vez a gente dançando na sala antes do jantar, vi a gente fazendo “nheco” todas as manhã, quando durante dez anos nos recusamos a sair da cama para poder continuar com nossas peles grudadas. (TPM #155, 2015, pp. 96-97).

Contudo, a subjetividade se sobrepõe e a voz não é mais de *Tpm*, o discurso assume o rosto da jornalista, que já foi chamada pela revista de “nossa colunista lésbica”. O espaço não chega a debater sobre liberdade sexual feminina, sobre relações que fogem da heteronormatividade, mas é um espaço possível de ler pronomes femininos protagonizando cenas de romances e relações sexuais, de vida cotidiana e de separações, em textos que afirmam a sexualidade de Milly Lacombe sem meias palavras, com o mesmo “tom natural” com que a revista apresenta as intenções de Ensaio ou Páginas Vermelhas, por exemplo. Essa “naturalidade” de Lacombe é, também, um apelo ao

“estranho”, “exótico” e “diferente” como estratégia que desperta interesse pela leitura.

Já Cartão-postal dá nome à coluna da fotógrafa e escritora americana (mas de coração brasileiro, segundo *Tpm*) Autumn Sonnichsen. No espaço é possível ver diferentes tipos de fotografias, mas todas com o mesmo foco: o corpo feminino em sua plenitude, em sua nudez e suas “diversas formas”. No espaço, o texto assume um lugar secundário e o destaque fica por conta das fotos, uma única imagem que invade a página por inteiro, ou várias espalhadas pelas duas páginas que formam a coluna. Nos pequenos blocos de texto ela escreve:

A câmera faz essas mulheres virarem as minhas mulheres. Faz o mundo ser meu. Faz a minha casa ser qualquer apartamento alugado por alguns dias em cidades em que eu nunca tinha visitado antes. Faz você ser meu, faz eu ser de você. (TPM #161, 2016, p. 95).

Mas agora fiquei mimada, não quero mais cozinhar, resolvi que estou velha e quero ser cuidada. Pode chegar na minha casa com uma sacola de feira, do supermercado ou até com um PF para viagem. Quero que alguém ande de calcinha para mim e me dê comida enquanto vou abrir o vinho. Até lavo a louça. Vem. (TPM #159, p. 95).

Autumn joga com os dizeres e com o entendimento de sua sexualidade, por vezes ela fala para homens, outras para mulheres, não se rotula, não “se assume”, não se cobra. Ela escreve sempre para alguém, algumas vezes nomeia o destinatário, outras não, e outras escreve para ela mesma. Fotografar mulheres é uma paixão assumida da colunista, que compartilha os trabalhos realizados a cada viagem. Nas fotos, mulheres à vontade, sem poses ensaiadas e, em sua grande maioria, com os seios à mostra. Apesar do discurso de amante do corpo feminino em sua pluralidade, observo que não há mulheres que “não vestem 38, e daí?”. A coluna traz uma sensualidade sutil, tanto no texto quanto nas fotografias, mas a identidade da mulher “livre”, pelo menos em padrões estéticos e corporais, continua ligada a imagens de mulheres, construídas principalmente pelo discurso midiático, definidas como belas e magras.

Por fim, as colunas *Respiro* e *Nécessaire*, revezadas a cada edição, ganham um tom político, mas muito pessoal, nos textos de Maria Ribeiro e Antônia Pellegrino, parceiras de espaço. Os temas mais abordados aparecem em relatos sobre maternidade, relacionamentos, família e carreira. Por vezes, ganha ares de crônica, com histórias que passeiam por um espaço temporal, por uma parte da vida de quem escreve. Em raros momentos, aparecem debates sobre feminismo, padrões corporais ou algum acontecimento contemporâneo que atinge as mulheres brasileiras. Exemplos:

Nécessaire, por Antônia Pellegrino

#Nude-se

[...] a selfie é pra ser vista pelo outro, o nude antes de ser visto pelo outro, é pra ser visto por mim. um eu numa relação de prazer comigo mesmo. e é esse corpo que curte que fiska o corpo do outro. a mais avançada técnica sexual é a mais velha: vontade, vontade incontrolável. nude é clima. é atmosfera. os borrados, os melhores. nude é a situação, a cena em que me lembrei de você. dentro do provador da loja de calcinha. qual você prefere? (TPM #158, 2015, p. 98).

Ainda sobre o feminismo

As mulheres são maioria no Brasil, e ainda permanecem minoria no sistema representativo. [...] A disputa não é pelo rebaixamento do homem, mas por uma outra economia de valores e reconhecimentos. [...] Feminismo não é coisa de mulher. É questão de igualdade. Por princípio. [...] minha luta aqui é para dizer que esta disputa não é apenas de quem tem uma vagina entre as pernas, de quem tem ou não privilégios por quem é. É uma luta ética, de quem compartilha os mesmos valores, independente do sexo, da prática sexual, do gênero, da classe, da cor. (TPM #156, p. 98).

Respiro, por Maria Ribeiro

A vida é ___

Saio de casa à 1 hora e não gosto de conversar muito antes disso. Normalmente, saio de jeans, se bem que agora tô numa fase alfaiataria e Oxford, e isso quer dizer que eu fui pro nível dois. Ainda

não sei quem eu quero ser, mas com certeza, é alguém que não usa cetim, que tem coragem pra bancar um chapéu e tá sempre com lingerie boa para uma eventual pegação (ou em caso de atropelamento, como diz a Astrid). [...] Parei de ferir meu couro cabeludo, mas a pele ainda tá ruim. Passo rímel nos cílios de baixo. Eu chego sempre até o erre do Toblerone, mas vou baixar pro bê. E depois bananinha. Aos poucos. Já não como a casca da pizza. E também já durmo sozinha. (TPM # 155, p. 98).

[...] Achava que não gostava de mudar e depois descobri que podia ser outra pessoa a cada bairro novo, com uma sensação de futuro tipo dentes recém-escovados ou primeiro dia de escola. [...] De anos que se encerram agora, de onde, do meio da floresta e depois do furacão, planejo o segundo tempo do jogo com meus três rapazes. Dois garotos e um homem que fizeram de mim o que eu queria ser desde o primeiro endereço: uma mulher. (TPM #157, p. 98).

As colunas encerram o conteúdo da revista *Tpm* com as temáticas mais tradicionais das publicações femininas brasileiras, os desafios de uma mulher na vida adulta, dos relacionamentos, da maternidade e dos dilemas associados ao feminino: beleza, saúde, moda e relacionamento. Os espaços das colunistas assumem um caráter particular dentro da revista, pois apresentam certa autonomia editorial, principalmente por se tratarem de textos de opinião. As colunas apresentam eventuais diferenças, que em determinados momentos até divergem do discurso dominante de *Tpm* – como em vezes em que as colunistas usam os espaços para criticar práticas sociais machistas na sociedade, padrões de beleza ou mesmo para contar sobre relações homossexuais.

Há, dentro da revista vozes controversas. De um lado a “voz da revista”, que mensalmente apresenta representações estereotipadas e limitadas de gênero, que regula a sexualidade dos sujeitos (como o uso de estratégias de heteronormatização) e os impõe identidades construídas com valores fixos e biologizantes, e, do outro lado, uma voz tímida e com pouco espaço, composta pelas opiniões, críticas e reflexões das colunistas Milly Lacombe, Autumn Sonnichsen, Maria Ribeiro e

Antônia Pellegrino. Entretanto, temas como feminismo, gênero e liberdade sexual, somente podem ser visualizados nesses espaços de opinião, que não fazem parte da voz dominante que prega o discurso *Tpm*. Apesar das reflexões e das críticas das colunas, a revista fecha sua edição reiterando todos os estereótipos que refuta e considera não fazer parte da publicação: “ser linda, poderosa e feliz, aos 20, 30 e 40 anos, looks certos para ter sucesso no trabalho, pílulas que vão deixar cabelo, pele e corpo perfeitos, ter qualquer homem, um superemprego, todo o tempo do mundo, alcançar sucesso, dinheiro, glamour, todos os homens a seus pés”, e tantas outras coisas que promete à leitora não encontrar em *Tpm*, como encontra nas outras revistas para mulheres no país.

A revista cria a sua própria categoria “mulher”, não como ato político que dá visibilidade às pluralidades de gênero e suas modalidades interseccionais, mas como discurso de uma falsa igualdade, que mantém a ordem hierárquica das relações de poder entre homens e mulheres estabelecidas e mantidas ainda na contemporaneidade. As identidades continuam com caráter essencial, centralizadas e fixadas em aspectos históricos e culturais, que regulam os corpos à ordem natural e biológica, ainda presente e verdadeira no imaginário social.

3.2 OS PARADOXOS DISCURSIVOS DA *TRIP PARA MULHER*

O discurso, bem mais do que uma forma de representação do mundo, é constituído por práticas e estratégias que geram significações e despertam sentidos. O texto, como manifestação do discurso, opera por meio de convenções e linguagens que estabelecem a ordem e a manutenção das estruturas sociais. As relações de poder, portanto, são definidas e moldadas pelos discursos cotidianos. É através do discurso, então, que a revista *Tpm* torna-se agente direta para suas leitoras, promovendo ideologias e informações que reafirmam as formas e as estruturas de poder já legitimadas pela sociedade, entre elas, as questões de identidade e gênero.

Embora afirme ter como objetivo principal promover a liberdade feminina e refletir criticamente sobre temas considerados tabus, a fim de repensar o papel social da mulher, a revista *Tpm* apresenta contradições discursivas em suas edições. Observo, principalmente nas sessões Reportagem, Capa, Ensaio e Editorial, que há uma política de identidade constituída com tudo aquilo que *Tpm* diz refutar, ou seja, características de uma sociedade patriarcal, a maternidade como condição feminina, estratégias de

heteronormatividade, identidades excluídas e marginalizadas e, deste modo, uma manutenção assimétrica nas relações de gênero. Partindo dos princípios da desconstrução, de revelar a violenta hierarquia que forma binários opostos (homem/mulher, feminino/masculino/heterossexual/homossexual etc.), realizo a seguir a exposição dos principais paradoxos encontrados nas edições analisadas da revista, avaliando criticamente o modo como as questões de gênero e identidade são abordadas e apresentadas por *Tpm*.

3.2.1 Homem x Mulher, Masculino x Feminino: o jogo das identidades em política

Para além de pensar a identidade com um processo sempre em construção e, com isso, compreender sua pluralidade, é preciso refletir sobre as relações de poder que constroem padrões identitários e causam a exclusão e marginalização de sujeitos que não estão de acordo com as normas. As identidades são fundadas, também, pela exclusão. É na afirmação daquilo que é exterior, que falta, que é ausente, que se constitui a presença e os limites identitários. Ou seja, ao representar uma identidade como certa, também se está impondo um limite, que marginaliza todas as outras identidades que não condizem com esse padrão.

Destaco neste item as seções Reportagem, Editorial, Capa e Ensaio. Nestes espaços é possível visualizar como *Tpm*, por meio de seu discurso, cria hierarquias de gênero, que colocam os polos homem e masculino como primário e mulher e feminino como secundários, gerando efeitos de poder. Além disso, a revista falha ao negar às suas leitoras a representatividade que tanto promete, já que, em sua grande maioria, as/os personagens que protagonizam as edições estão de acordo com um determinado padrão estético de beleza, e atendem os quesitos de serem brancos e heterossexuais.

O diretor editorial Fernando Luna, que assina o espaço Editorial – fator já questionado anteriormente, tendo em vista que a *Tpm* é feita para mulheres e grande parte por mulheres, mas a palavra final de quem comanda é de um homem –, expõe em seu texto da edição especial 15 anos da *Tpm* #168:

Há 15 anos *Tpm* é outra conversa. Insiste que o lugar de mulher é todo e qualquer lugar. Repete que o universo feminino vai do bóson de Higgs à biomassa de banana-verde, da musica nova da MC

Soffia ao rímel, da taxa de juros à Simone de Beauvoir – e além. Estampa na capa e nas redes sociais mulheres jovens e velhas, brancas e negras, héteros e gays, Marina Silva a Marcela Temer, famosos e apostas, remediadas e ricas, apocalípticas e integradas, magras e gordas, Fernanda Montenegro e Jout Jout. (TPM#168, 2016, p. 8)

Curiosamente, nas 13 edições analisadas, não foram encontradas como capa nenhuma mulher negra, gorda, lésbica, velha e “não-famosa”. No folhear de páginas não é diferente. *Tpm* continua a disseminar a mesma fórmula da maioria das revistas femininas brasileiras, porém, de modo mascarado. A fala de si, o modo como a revista se promove e se vê, indica uma publicação diferente, que “mexeu com os padrões da mídia brasileira”, como afirmou Luna certa vez. Entretanto, a partir da desconstrução, é possível compreender que o discurso que permeia as edições analisadas grita o contrário, e desvela a velha fórmula que cultua a maternidade como identidade feminina, que torna a mulher incapaz de refletir sobre suas outras identidades, e a submissão e dominação masculina, tão presentes na sociedade contemporânea que é patriarcal, além de reforçar a ligação do gênero-sexo-desejo, que apontam sempre para a heterossexualidade.

Outra característica observada no editorial é a forma como Luna indica às leitoras o que se deve ou não fazer. Em “Amor é ação”, da *Tpm* #155, escreve:

Se reservar uma mesa para dois naquele restaurante estrelado que serve plantas alimentícias não convencionais, **evita** disparar um WhatsApp atrás do outro o ficar checando quantas curtidas recebeu no Instagram e **conversa** com quem está jantando com você. [...] Aproveita o embalo para perdoar aquela mancada que seu amigo querido do coração deu em você. [...] Sim, pega bem postar fotos do seu filhos. **Mas incrível mesmo seria** saber quem é o melhor amigo dele, se ele está gostando da escola, se jogou bola ontem – sem pedir pra babá. **Presta atenção:** não é estranho vociferar contra a violência deste Brasil varonil e, na hora de parar o carro no sinal vermelho, nem sequer olhar na cara do mendigo

que pede um trocado. (TPM #155, 2015, p.8, grifos meus)

Os verbos no modo imperativo e a linguagem informal, que remetem à figura de conselheiro, demonstram também uma forma pedagógica, que diz o que é certo e errado, bom e ruim. Conforme afirma Culler (1997), “o que faz de um enunciado um comando, uma promessa ou um pedido não é o estado de espírito de quem fala no momento da enunciação, mas regras convencionais, que envolvem aspectos do contexto” (CULLER, 1997, p.128). Esta condição pedagógica do discurso é uma estratégia linguística muito usada na revista, que ensina a sua leitora a ser essa “mulher *Tpm*”, a partir de abordagens temáticas que falam sobre estilo de vida, casamento, profissão e relacionamentos. Seja por meio de perguntas que direcionam uma entrevista, ou de um relato pessoal da jornalista que está escrevendo, a revista ensina, age de forma pedagógica, mesmo indiretamente, como quando usa da negação ou ironia (características muito presentes na sessão *Badulaque*, como revelado anteriormente), para deslegitimar um determinado discurso e, deste modo, promover e afirmar o seu ponto de vista.

Na sessão *Reportagens* aponto outro paradoxo. Os textos exibem, em sua grande maioria, espaços diferentes para as fontes que dão o tom e expressam opinião sobre as temáticas em questão. Os homens são autoridades e suas vozes ganham destaque, em comparação com as de mulheres, que aparecem timidamente na composição dos textos. Exemplos claros desta desigualdade, ou melhor, de quem tem poder para falar em *Tpm*, podem ser visualizados em diferentes momentos. Na *Tpm* #153, a reportagem “Nada será como antes”, que fala sobre o a disrupção e a ideologia por trás deste conceito, apresenta oito fontes masculinas e apenas uma feminina. São falas e citações de oito homens que explicam e se posicionam em relação à temática, enquanto apenas uma mulher expõe seu ponto de vista.

A fórmula da sessão é encontrada em outras edições, como na reportagem “Vai ter festa sim”, da *Tpm* #160, que lista as diferentes festas que acontecem pelo Brasil, principalmente na virada do ano. A estrutura apresenta um grande espaço para a fotografia, acompanhado de um pequenos blocos de textos que descreve como são e o que é possível encontrar nas festas de diferentes estados brasileiros, e sua diversidade de cultura, estilo musical e tribos. As fontes presentes no texto trazem relatos e detalhes de cada uma das cinco festas listadas na reportagem.

Novamente, as falas que aparecem e dão credibilidade ao texto são desiguais: oito homens e duas mulheres.

Em Capa, outra característica dessa política de identidade criada por *Tpm* é encontrada. As mulheres que protagonizam a sessão vão sendo apresentadas pela visão de um Outro, ou vários Outros: pais, maridos, colegas de trabalhos, familiares e amigos são autorizados a falar sobre a personagem. Ou, ainda, traz a imagem da mulher sempre associada a este Outro, e mesmo que o espaço seja dedicado a falar sobre ela, o protagonismo é dividido. Na Capa da *Tpm* #153, Miá Mello é a protagonista, e sua identidade vai sendo retratada como: atriz “queridinha” de comédias nacionais, esposa e mãe – pelas palavras do marido (que também mostra grande influência nas decisões de Miá) e do colega de palco, Fábio Porchat. A seguir, alguns exemplos de como a identidade da atriz aparece na sessão Capa e de como é possível visualizar a política que determina quem pode falar sobre/em nome de quem.

Nina tem 6 anos e é filha do primeiro casamento de Miá, que durou cinco anos. **O excesso de cautela do ex-marido** em relação à internet, **quem sabe**, tenha deixado Miá mais cuidadosa quando se trata de tecnologia e privacidade. “O pai da Nina não posta nada sobre ela, nem deixa a gente postar, ele nem tem perfil nas redes. Tem a ver com a profissão, ele não pode se expor por segurança”. Miá nunca teve Tinder, nem curte sexting. Isso porque, no quesito privacidade na tecnologia (e só nele), o atual marido pensa quase do mesmo modo que o ex. [...] **Lucas, o marido**, tenta explicar. ‘Ela usa o bom humor para tudo, não tem tempo ruim. Parece que tem, sei lá, uma luz que a acompanha. Sempre de bom astral, fala com todo mundo na rua. Miá tem uma genialidade social’, derrete-se. **Seu parceiro de cena, Fábio Porchat**, reforça essa imagem alto-astral: ‘No fim de toda peça, quando a cortina fecha nos abraçamos sorrindo e felizes por estarmos ali’. Para ele as características de mais marcantes da colega são ‘o fato de ela estar sempre de bem com a vida e como consegue ser uma supermãe’”. (TPM#158, 2015 p. 46, grifos meus)

O discurso indica, também, uma característica considerada essencial pela revista, a importância de estar sempre de bem com a vida, ou seja, o fato de que mulher não pode ser triste, muito menos estar de mau humor. Em outro momento, na *Tpm* #156, a sessão Capa apresenta Luisa Arraes sob o título de “Leve e Solta”. Porém, logo de início a imagem da atriz é associada a duas pessoas que, ao longo do texto, falam com autoridade sobre/de Luisa: o pai, Guel Arraes, e Chay Suede, par romântico da novela Babilônia, em que trabalhava na época. Além deles, outras duas figuras importantes na vida de Luisa também indicam referência na formação da identidade Arraes: o primo mais velho, Eduardo Campos, e o avô Miguel Arraes. Exemplos:

Dezessete anos se passaram e, aos 22 recém-completados, Luisa Arraes faz sucesso hoje na novela das 9 com a mocinha Laís, **par romântico de Rafael**, interpretado por **Chay Suede**. [...] Num folhetim que sofre com baixa audiência, **o jovem casal** se destaca e ganha elogios, inclusive de veteranos da TV Globo. [...] **Chay também rasga** elogios à companheira de trabalho. “A gente se deu bem e cara. Fomos nos encontrando como dupla e essa parceria fez com que os personagens ganhassem força. Mas o bacana foi descobrir essa atriz generosa. Estudiosa e gente boa, uma garota de ouro”, **afirmou o ator** à *Tpm*. (TPM #156, 2015, p. 40, grifos meus).

Passou por várias fases: “de grunge, surfista a patricinha”. Nas férias, ia para Recife e para o interior do Ceará, terra natal do avô paterno, Miguel Arraes (1916-2005), três vezes governador de Pernambuco. [...] O primo mais velho, Eduardo Campos, governador de Pernambuco por duas vezes, morreu em 2014, num acidente de avião quando disputava as eleições presidenciais. “Eu tinha mais relação com os filhos dele, por causa da idade. Mas as pessoas morriam de rir com o Dudu. Uma vez, nós, crianças, tocávamos o terror subindo o descendo as escadas de um hotel. Ele ligou no celular e fingiu ser o gerente, dando bronca. Era muito engraçado”. Com o patriarca da família não teve muito contato: “Vovô era calado e eu não entendia muito o que ele falava, tinha problema de dicção. Ficava na varanda, fumando

charuto. Era um homem mais da política. Quando morreu, eu tinha 12 anos”, conta. **Ainda assim, sente a força do sobrenome Arraes.** “Lembro que tinha fila para falar com o vovô. Ele trabalhou muito pelos pobres de Pernambuco, era tido como herói. Imagina, até o Fidel Castro mandou flores no velório dele!”. [...] **Guel vê com naturalidade a associação da filha a seu nome.** “No começo talvez chame mais a atenção, é mais fácil reconhecer alguém que é filho de fulano. Mas eu não tenho nada a ver com o núcleo de *Babilônia*. Prezo muito esse distanciamento, que tem que ser uma conquista dela. E ela trilhou um caminho seguro até aqui”, **afirmou o diretor.** (TPM #156, 2015, p. 43, grifos meus).

A relação com o outro faz parte da constituição identitária. Os sujeitos apresentam tantas identidades quanto suas relações pessoais e suas ações cotidianas. Porém, quando a construção de identidade é feita a partir daquilo que um Outro identifica e determina, principalmente como características “naturais” e biologizantes, há um efeito de poder desigual, um política de identidade que age nesta construção. É o que acontece em *Tpm*, pois a revista defini quem pode falar em nome de quem, quem tem autoridade (e quem não tem) para falar. Além da superioridade dada aos homens, como um ser que tem autoridade especificamente por ter “nascido homem”, e por isso pode (e deve) falar sobre algo – como acontece com as fontes –, há também a credibilidade atribuída para falar sobre outra pessoa, neste caso sobre as mulheres que a revista escreve. Essa hierarquia encontrada no discurso da *Tpm*, de forma velada, está baseada nos velhos sistemas de valores que permeiam grande parte do discurso da mídia nacional, os quais priorizam aspectos biológicos, e considerados naturais, para apresentar as diferenças nas identidades de homens e mulheres e, desta forma, reafirmar as relações de poder existentes na sociedade.

A maneira como a revista aborda as identidades de homens e mulheres está diretamente ligada com aspectos sociais e culturais que determinam o que é feminino e o que é masculino. Essas características essencialistas sobre os sujeitos está visivelmente marcada no discurso da *Tpm*, principalmente na seção Ensaio. Por meio da adjetivação, o texto vai expondo as identidades como masculinas e femininas, de modo que, se por algum motivo pessoal elas se misturam, a revista esclarece que há uma superioridade no binômio

masculino/feminino. No ensaio da *Tpm* #157, o “Desarmado”, a identidade de Lucas Veríssimo vai sendo manifestada por suas características mais marcantes:

O ar **rebelde, o cigarro na mão e o revólver** tatuado na cintura não são suficientes para esconder o moço de sorriso fácil prestes a estrar o primeiro longa. [...] **Seguro**, ele garante que a estatura (1,68) nunca foi motivo de complexo. [...] A sensibilidade sempre foi seu trunfo. É por isso que se declara um **pouco feminino e essencialmente feminista**: ‘A mulher tem que cobrar com juro, sim’. **Heterossexual assumido**, Lucas não deixa por menos quando o assunto é identidade de gênero e causa gay: ‘Lamento profundamente a verticalização impositiva da sexualidade das pessoas e acredito que todas essas causas precisam ser uma questão até pararem de uma vez por todas de ser uma questão. Aí, o mundo vai ficar mais legal’, enfatiza **com o esmalte preto desgastado nas unhas e as mãos ornadas com dois anéis de prata fosca, assinados por ele mesmo**. Sim, **o dadivoso Lucas** já desenhou joias durante seu primeiro ano de capital paulista e, pouco antes disso, passou um ano inteiro em seu quarto escuro vendo e revendo o filme *Clube da luta* e lendo os clássicos do Jack London. (TPM#157, 2015, pp. 83-84, grifos meus).

A masculinidade de Lucas vai sendo ressaltada, ao mesmo tempo em que algumas qualidades, como a sensibilidade, vão identificando-o como “um pouco feminino”. Observo, porém, que tais particularidades que compõem a identidade de Lucas – o fato de se declarar feminista e ter as unhas pintadas de preto, por exemplo – vão sendo justificadas, numa tentativa de mostrar que o que impera: Lucas reflete sobre identidade de gênero e causa gay, antes afirmando sua heterossexualidade; usa anéis de prata, porque “dadivoso” como é, desenhou as próprias joias, mas depois teve que rever muito filme “Clube da Luta” – coisa de homem. A altura de 1,68m – estatura considerada pouca para homens, já que devem ser maiores que as mulheres – não o incomoda, pois ele é “seguro”. Lucas é um homem masculino, apesar dos detalhes e dos atributos femininos. Além disso, é

preciso esconder a sensibilidade, o “sorriso fácil” – coisa de mulher, é claro – na aparência de “muso” tatuado, com “ar rebelde e cigarro na mão”.

Em outro momento, na *Tpm* #161, Ensaio traz “Um homem feminino”, como apresenta Juliano Cazarré. Além dos traços femininos de sua identidade, *Tpm* mostra como o ator inverte os papéis no seu relacionamento, e por isso “embaralha as velhas premissas de gênero”. O texto do espaço diz:

Um homem másculo e sensível. Um ator com ares de galã que escreve poesia, chora ao assistir noticiário e – acreditem – adora discutir a relação. Na vida real e na ficção, Juliano Cazarré embaralha as velhas premissas de gênero e mostra porque provoca frisson por onde passa.

Na casa onde mora no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro, Juliano **Cazarré é quem cozinha e cuida dos filhos** Vicente, 5 anos, e Inácio, 3. [...] Se levarmos em conta as velhas premissas de feminino e masculino, a letra de Pepeu Gomes e Baby Consuelo de 1983 cai como uma luva para Juliano: ‘ Ser um homem feminino não fere meu lado masculino. Se Deus é menina e menino. Sou masculino e feminino’. Em casa, é sua mulher, a estilista Letícia, com quem está há seis anos, que dá instruções ao pedreiro, vai à loja de material de construção, liga para cobrar a empresa de mudança. [...] Juliano gosta de atenção. **O corpo grande e musculoso, conquistado à base de muita natação, surf e malhação, o rosto quadrado e a barba cerrada escondem um moço sensível e emotivo.** [...] Juliano observa com interesse os movimentos de empoderamento feminino, como as campanhas #agoraquesãoelas, #meuamigosecreto e #foracunha. [...] ‘Eu tenho uma mulher forte em casa. A gente tem embates em que ela me mostra como muitas vezes eu me amparo num pensamento antigo e machista. Aí eu tenho que retroceder. **É difícil para o homem mudar**, mas é assim que tem que ser’. (TPM #161, 2016, pp.76-85, grifos meus).

Novamente as propriedades masculinas dão tom à identidade, que vai sendo reforçada na descrição do aspecto físico de um “homem másculo”. Porém, para além de jogar com aspectos considerados masculinos e femininos, nesta seção de Ensaio *Tpm* reforça os estereótipos de gênero, que indicam quais atributos são masculinos e quais são femininos. A surpresa ao apresentar Juliano como um homem que cozinha e cuida dos filhos, e ainda por cima “adora discutir a relação”, reitera e naturaliza essas tarefas como algo que é relegado às mulheres. Do mesmo modo, mostra que sua esposa Leticia está executando tarefas masculinas: cuidar da obra, ir à loja de material de construção e lidar com os problemas da mudança. Esse discurso não só não embaralha as premissas de gênero, conforme diz estar fazendo, como lembra sua leitora de que elas existem e precisam de manutenção, sendo reiteradas para não deixá-la esquecer qual é o papel da mulher e qual é o papel do homem em nossa sociedade. O discurso pedagógico e falocentrista²³, continua na Ensaio da *Tpm* #159, na seguinte pergunta direcionada ao nadador Guilherme Guido, protagonista de seção: “Hoje, aos 28 (anos), é pai de Lorenzo, 2, e espera uma menina, que deve chegar em março. Competindo e cuidando do filho, sobra tempo e energia para transar?” (TPM#159, 2015, p. 64). O questionamento não só revela a centralidade no falo, na preocupação de que por ser homem e cuidar dos filhos isso pode “acabar com o apetite sexual” do nadador, como demonstra a grande dissimetria ao abordar maternidade e paternidade: às mulheres, são direcionadas perguntas que abordam o instinto materno, a vontade de ter mais filhos, a criação e educação; aos homens a preocupação com a vida sexual por estarem fazendo algo que deveria ser tarefa feminina: cuidar dos filhos.

Para refletir sobre as diferenças e distanciar-se dos aspectos essenciais que identificam os indivíduos, e criam padrões de representação, Mignolo aposta no termo “identidade *em* política”, como uma maneira de pensar politicamente sobre a constituição normatizada

²³ Falocentrismo é um termo criado por Jacques Derrida, que deriva da combinação das palavras falocentrismo (doutrina ou crença centrada no falo, na superioridade masculina) e logocentrismo (centralidade do *logos* – a palavra – no pensamento ocidental). O termo foi cunhado por Derrida para introduzir uma crítica às teses de Jacques Lacan, no célebre seminário sobre o conto de Edgar Allan Poe, “*The Purloined Letter*”. Na crítica feminista, o termo Falocentrismo é usado para evidenciar e questionar a dominação masculina, que tem o falo como ponto de referencia, além de ver a mulher a partir de sua relação com o homem, apontando para aquilo que falta a ela, em oposição à plenitude do homem.

dos sujeitos (especialmente em termos descoloniais) e, como consequência, as exclusões e a marginalização de outros. Para Mignolo (2008),

A identidade em política é relevante não somente porque a política de identidade permeia, como acabei de sugerir, todo o espectro das identidades sociais, mas porque o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas. No entanto, a política identitária dominante não se manifesta como tal, mas através de conceitos universais abstratos como ciência, filosofia, Cristianismo, liberalismo, Marxismo e assim por diante. (MIGNOLO, 2008, 289).

Ao discutir a retórica da modernidade, que disfarçada sob um discurso de desenvolvimento deu continuidade à lógica colonial, Mignolo (2008) apresenta sinais de uma política imperial de identidade escondida. Conforme o autor, “o valor de vidas humanas a qual pertence a vida do enunciador, se torna uma vara de medida para avaliar outras vidas humanas que não têm opção intelectual e poder institucional para contar a história e classificar os eventos” (MIGNOLO, 2008, p. 294). O pensamento imperial/colonial silencia e reprime outras categorias de pensamento, que não fazem parte da produção de conhecimento e fundamentos da modernidade ocidental. Essa forma de regulação pode ser visualizada, também, na produção de conhecimento no campo e na prática jornalística. Ao excluir do grupo de personagens as mulheres negras, fora do padrão de beleza ocidental ou com deficiência, por exemplo, a *Tpm* está impondo sua própria política de identidade. A revista sente-se autorizada a falar em nome das identidades excluídas e marginalizadas, mas não as coloca em suas páginas, não dá espaço ou protagonismo. Em *Tpm*, as identidades em política não tem voz, são apagadas, não subvertem a lógica ocidental de conhecimento, não agem politicamente para desnaturalizar as construções sociais, não existem. Há na revista, apenas, uma violenta hierarquia por trás de uma política de identidade disfarçada de liberdade feminina.

O pensamento ocidental moderno perpetuou o discurso de identidades sob uma perspectiva racial e patriarcal, a qual fundamenta teorias e ações políticas e, assim, naturaliza a construção social identitária. Uma das formas de realização da razão imperial/colonial é “afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (MIGNOLO, 2008, p.291).

O jornalismo de revista atua como instituição que gera saberes e conhecimento, e manifesta a manutenção das normas através de conteúdos, como os que apresenta a revista *Tpm*, que enquadram os sujeitos e designam papéis sociais que atendem às regras e os padrões já impostos cultural e historicamente.

3.2.2 Corpo x Mente: estereótipos corporais e comportamentais

O pensamento teórico de Judith Butler traz importantes contribuições para repensar a constituição dos sujeitos e de suas identidades. Conforme apresenta Butler (2015), é no interior dos discursos que as identidades vão sendo construídas. O jornalismo da revista *Trip para mulher* apresenta diferentes contextos, em que as escolhas identitárias vão se limitando e um perfil feminino central vai sendo delineado por características físicas e comportamentais, exibidas página a página.

Os estereótipos corporais e de gênero são construídos, também, a partir de um discurso excludente, visualizado na seção Ensaio. Ao apresentar apenas personagens heterossexuais, por exemplo, que apresentam características físicas e comportamentais enquadradas no jeito de ser compreendido culturalmente como sendo masculino ou feminino, a revista não só naturaliza o discurso da heteronormatividade, como torna inacessível todos os outros que não fazem parte desse padrão.

Do mesmo modo, acontece com a constituição dos corpos, que se materializa por meio do texto que os descrevem e daquilo que fica de fora, excluído: homens e mulheres negras, homossexuais, bissexuais ou transexuais, fora do padrão de beleza (peso/altura), e de classes sociais baixas, nas seções Ensaio e Moda. Para Butler (2015), “o gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser” (BUTLER, 2015, p.33). Essa naturalização dos corpos pode ser entendida como uma interpelação, pois os sujeitos

assumem posições que lhes são conferidas por meio de atos que os nomeiam, ou seja, por como são chamados. A seguir, apresento alguns exemplos de como o discurso de *Tpm* naturaliza estereótipos corporais e comportamentais (mãe/pai, feminino/masculino, rico/pobre e jovem/velho, por exemplo):

Atrizes, como qualquer **mulher moderna**, costumam adiar a gravidez para um momento em que a carreira já esteja mais estável. Eu penso diferente: depois dos 30, teria medo, estaria arriscando muito mais. Apostava que me recuperaria melhor – do **impacto sobre o corpo e a carreira** – se fosse mãe jovem (TPM #161, 2016, p. 54, grifos meus).

Julia tem a pressa e o desapego dos jovens da geração Y, assiste a temporadas inteiras de séries em um único dia, **não pensa em comprar um apartamento** e não tem planos para o futuro do canal. **Abusando da juventude**, ela assume que, por causa de uma festa, dormiu apenas 3 horas antes do compromisso de dia inteiro em que ia fotografar, gravar e dar entrevista a 439 quilômetros de casa. Todavia, não perdeu o bom humor e nem distribuiu estrelismo. (TPM # 163, 2016, p. 18, grifos meus).

Ele não tem aquela beleza padrão, de cabelo liso e corpo malhado. Mas seus traços e sua personalidade são muito interessantes, diz Jorge Bispo, autor das fotos desta matéria (e da gata polaroid). (TPM #163, 2016, p. 82, grifos meus).

Mônica é falastrona. Em pouquíssimo tempo **sabemos suas preferências sexuais, claro**, e também as doenças das quais sofre [...] Sabemos que seu terceiro filho nasceu de uma ‘pirocada avulsa’ com um moço 20 anos mais novo.[...] **O único assunto que deixa Mônica mais animada que sexo são os filhos.** [...] ‘Éramos vizinhos de prédio havia anos. **Um dia encorpou, ficou homem e chamei ele aqui em casa**’. [...] Mônica garante que **não fica trocando de parceiro.**

Quando acha um cara com quem o sexo rola legal, fideliza a trepada. (TPM #155, 2015, pp. 41-42).

12h Ao sinal de que a sessão de fotos vai começar, Bruno Gagliasso tira a roupa no meio da sala. Fica de cueca. ‘Por que eu não tiro tudo? Ela não deixa. Por mim tiraria’, diz. **Ela é a atriz Giovanna Ewbank, sua mulher e parceira** neste ensaio realizado ao longo de uma tarde em São Paulo. ‘Ele é muito desinibido’, **diz a moça, contando que dentro de casa os papéis se invertem: ela anda nua, ele de cueca.** [...] Ele diz que gosta de sexo, mas sabe que em um casamento há outras coisas tão importantes quanto isso.[...] Ele jura que o trabalho é mais importante que a vaidade – mas gostaria de ser ‘todo trincado’, além de cinco centímetros mais alto. (TPM#154, 2015, pp. 49-53).

Afinal, **nós também gostamos de admirar pernas bonitas, bundas torneadas e, em especial, aquele pedacinho do corpo masculino que separa a barriga do começo do púbis.** [...] **O corpo é só um corpo** até botarmos reparo nele e daí em diante **pode ser beleza, delicadeza ou pura exibição.** (TPM #160, 2015/2016, p. 80).

Além da rouquidão, **o ator revela um timbre grave e difícil de esquecer.** [...] **André é um homem de família.** [...] André é **filho exemplar,** conta que liga para os pais diariamente. [...] A lista variada de ocupações mostra **um homem disposto, sem medo de experimentar.** [...] (TPM #156, 2015, pp. 74-76, grifos meus).

A identidade pode ser pensada como uma construção performativa, ou seja, se constitui no ato discursivo, numa ação que pode enquadrar e regular, ou subverter uma norma. Em *Tpm*, os atos performativos são discursivos e políticos, pois dão continuidade às identidades marcadas pela matriz heterossexual, que prevê uma ligação essencial entre sexo/gênero/desejo. Conforme descreve Louro (2007), “a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o

corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem” (LOURO, 2007, p. 291).

A naturalização das identidades acontece, também, porque “nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero.” (SALIN, 2015, p. 21). Deste modo, o discurso de *Tpm* se baseia em perspectivas deterministas e essencialistas, que nomeiam as relações de gênero – e os sujeitos interpelados – como um processo natural, baseado em valores biologizantes que definem o que é ser homem e o que é ser mulher, principalmente; além de reafirmar a noção de sexualidade dentro da norma ocidental: a heterossexualidade.

Em apenas dois momentos, durante o período analisado, é possível visualizar personagens fora do padrão que *Tpm* vem apresentando em suas edições. Embora haja uma pequena mudança na apresentação dos protagonistas, o discurso que predomina sobre estereótipos corporais e comportamentais continua camuflado na unidade textual. Os personagens Liniker e Paulo Tiefertalher fogem dos padrões de beleza e das definições de gênero presentes na revista. Contudo, essa “diferença” é justificada, mais uma vez deixando claro qual é a norma que predomina na revista. A seguir, alguns exemplos da apresentação dessas duas identidades distintas:

Um músico de 20 anos que estourou na internet.
Um homem de saia e uma mulher de barba.
Liniker é a nova voz da música brasileira e **a nova cara da liberdade de gênero.**

Liniker **usa batom, maxibrincos, turbante e saia, mas não dispensa a barbinha.** [...] Já era músico, já era gay, já sonhava em usar vestido e caprichar na maquiagem, mas observado pelo olhar inquisidor, se continha. [...] **Liniker se diz preta (no feminino), mas quando fala do signo, conta que é canceriano (no masculino)** e não se ofende quando tratado por um ou outro gênero. **Ele** cresceu frequentando o Baile do Carmo, uma festa da comunidade negra de Araraquara. [...] **Liniker é ele mesmo** e é bem provável que em breve seja um outro Liniker ainda maior. (TPM #162, 2015, pp. 48-52, grifos meus).

E o que ele está fazendo aqui nu? Mostrando que **dá para ser sexy aos 48 e sem barriga**

tanquinho. [...] **Aos 48 anos,** Paulo é de fato **um menino grande.** Apesar da família supercatólica, tem uma história desgarrada das vestes tradicionais. Já morou junto algumas vezes, **mas nunca casou.** Paulo é do tipo de gente que se senta para almoçar com Mr. Catra que faz uma participação no filme, e **sai convencido deque precisa ter filhos.** [...] Seu mundo entrelaça brincadeira e seriedade, piada e atitude política. [...] Paulo é cariocaço, **mas sabe filosofar em alemão.** [...] **Visceral ele gosta do que arrebatá, do que move.** [...] **‘Ele é transparente, amoroso e consegue nos fazer rir mesmo quando não tem intenção. Além de ser um Don Juan por excelência, é claro.’** (TPM #168, 2016, pp. 68-75, grifos meus).

A linguagem que apresenta o gênero (e o sexo) e os corpos dos protagonistas não se limita a descrevê-los, mas os constrói como sujeitos no momento em que os nomeia. Assim acontece com Paulo Tiefenthaler, quando aquilo que falta a sua identidade, principalmente as características físicas tão exaltadas nas outras seções de Ensaio, vão sendo substituídas por traços de personalidade que nomeiam o ator: Paulo tem 48 anos, não é jovem, mas é “de fato um menino grande”, quer ser pai, é culto (pois sabe filosofar em alemão), é “transparente, amoroso”, e por tudo isso é um “Don Juan por excelência”, mesmo sem ter a tradicional “barriga tanquinho” que estampa as páginas de *Tpm* mensalmente. A subjetividade do ator é constituída por características emocionais, comportamentais e sociais. Sua identidade está, então, completa para a revista. *Tpm* não usa identidades “diferentes” para subverter um padrão, uma norma, pelo contrário, seu discurso consegue enquadrar até mesmo a menor tentativa de exibir uma identidade *queer*, como acontece com Liniker, personagem também limitado pela revista.

O que poderia vir a ser uma perspectiva *queer*, que deixa de lado as classificações, as imposições e as hierarquias, acaba por virar mais uma tentativa de enquadramento, disfardada de um discurso sobre diferença e liberdade de gênero. A apresentação de Liniker apresenta um “homem de saia e uma mulher de barba”. Os detalhes que nomeiam os gêneros masculino e feminino seguem com a apresentação de seu vestuário: usa saia, maxibrincos, batom (itens de mulher)... Mas, “não dispensa a barbicha” (característica física de homem)! Além disso, Liniker se diz preta (feminino) e canceriano (masculino). Visivelmente,

Liniker não tem a preocupação de se rotular, ou mesmo de seguir um padrão que defina seu gênero. Liniker é *queer*, assume um lugar transitório, rompe com a segurança e a comodidade de uma identidade fixada. O papel de normatizador fica a cargo de *Tpm*, que faz questão de nomear o que é masculino e o que é feminino nos detalhes subjetivos da identidade que expõe. A revista não assume pluralidade, mobilidade ou instabilidade na questão identitária, fator esse que lhe permitiria jogar com as questões de gênero, subverter as normas regulatórias e mostrar um/uma personagem que está fora do centro e desestabiliza identidades fixas, ou seja, a revista não assume uma posição *queer* com Liniker. Ao invés, seu discurso escolhe um gênero para a formação da estrutura textual, e se refere a Liniker como “ele”, ou o “músico”. *Tpm* não só descreve, mas nomeia Liniker – considerando que o corpo é uma construção discursiva –, e, portanto, enquadra-o dentro do seu padrão discursivo: o masculino.

Diferentes estratégias de regulação e normatização das identidades puderam ser visualizadas no discurso de *Tpm* (em 13 revistas analisadas, no período de 2015 a 2016), a partir da interpretação textual e da desconstrução dos principais binários opostos (e das hierarquias) apresentadas pela revista. O jornalismo de *Tpm* dá continuidade à tradicional receita usada pelas principais publicações femininas brasileiras, que abordam um universo feminino baseado em maternidade, casamento e condições corporais. Para além desses aspectos, tão naturalizados pela imprensa como assuntos para mulher, a revista apresenta uma hierarquia violenta de gênero, que constrói identidades femininas não só em oposição às masculinas, mas de acordo com fatores históricos e sociais que fazem parte de uma norma, a heteronormatividade.

Em *Tpm* há um jogo de identidades limitado por construções fixas e essencialistas, que direcionam funções específicas diferente entre os gêneros. Além disso, as relações continuam romantizadas e a maternidade torna-se um fator grandioso, de suma importância na vida das mulheres. Aliás, a “mulher *Tpm*” transita entre os papéis sociais de esposa e mãe, principalmente, enquanto assume características físicas e comportamentais, reforçadas no conteúdo da revista. As seções apresentam uma mulher feminina, com gostos refinados e eruditos, que tem interesse em arte, decoração e cinema e sabe das novas tendências em gastronomia e vestuários de grifes. As leitoras de *Tpm* são chamadas a assumirem essa identidade, que embora transite entre diferentes papéis sociais, se limita a exercer funções essencialmente ligadas ao feminino, com base em uma questão biológica que indica o que é coisa de mulher.

Além disso, cria-se um imaginário social sobre a figura do que a revista compreende como “homem ideal”, que ganha atributos que exaltam sua masculinidade, como o corpo musculoso, a inteligência, a força e a vida sexual. O discurso age de modo pedagógico, ensinando suas leitoras a assumirem identidades específicas e reguladas por regras e normas sociais, pois segundo seu conteúdo, para alcançar esse homem ideal é preciso ser uma mulher ideal também.

De modo geral, a imprensa feminina brasileira vem dando prosseguimento a tais abordagens temáticas, que indicam uma construção histórica sobre o papel da mulher na sociedade. Há, entretanto, veículos que surgem com o objetivo de subverter esse padrão e agem como ações afirmativas e políticas, que se dedicam a criar conteúdos jornalísticos específicos, que não são visualizados nas revistas femininas do país, com temáticas que dão voz às mulheres negras, lésbicas e de classe baixa, por exemplo. No próximo tópico, apresento uma breve discussão sobre o papel do jornalismo de revista feito para mulheres, e sobre a imprensa feminina brasileira contemporânea, a fim de problematizar o caráter pedagógico das publicações e de indicar as principais mudanças que surgiram, de modo geral, no século XXI, nas abordagens temáticas sobre gênero e identidade.

3.3 BREVE REFLEXÃO SOBRE JORNALISMO DE REVISTA E IMPRENSA FEMININA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

O jornalismo como instituição, prática social e discursiva (BENETTI, 2008) atribui sentidos aos acontecimentos através das notícias e de seus produtos. Como discurso, apresenta estratégias que operam na construção de sentidos e também na reprodução de valores sociais e ideológicos dominantes. O jornalismo de revista é um espaço segmentado que tem a possibilidade de explorar temas específicos, de acordo com a proposta de cada veículo de comunicação. Conforme Scalzo (2004), a revista é um jornalismo especializado, que se caracteriza também por ser menos focado na informação factual e mais voltado para ajudar o leitor a interpretar o que ocorre no seu cotidiano e em suas práticas. Como uma produção que possui mais liberdade de criação, de linguagem e de espaço visual, a revista trouxe complexidade para a elaboração jornalística. Além da singularidade jornalística e do visual marcante, as revistas incorporam identidades quando se tornam produtos que tratam de assuntos direcionados a um público específico.

Em toda revista, na formulação de seu conceito e na leitura dos contextos social, mercadológico, cultural que marcaram sua fundação, há o propósito de delimitar sob um certo “aqui e agora”, uma “razão de ser”, uma missão e uma “precisa” fórmula editorial. Uma revista será sempre, por natureza, ideológica. No entanto, como produto jornalístico, estará orientada por uma atualidade, o que leva à seguinte conclusão: toda revista fala de um tempo presente. (TAVARES, 2013, p. 80).

A relação direta com o leitor, construída a partir de uma delimitação temática ou compartilhamento de experiências, por exemplo, contribui para a formação de opinião e gosto (BENETTI, 2013). Isso acontece, também, porque o discurso cria um efeito de verdade que “se estrutura sobre uma *crença* construída e se baseia na *convicção*. É preciso convencer o interlocutor de que a narrativa corresponde à “verdade”, ainda que esta seja de fato uma construção intersubjetiva” (BENETTI, 2008, p. 24, grifos da autora). Outras condições e elementos são característicos do jornalismo especializado de revista, como temáticas ligadas a aspectos culturais e a linguagem que busca criar vínculos afetivos com seus leitores. As revistas, descreve, Scalzo (2004), exercem funções “[...] mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretanto, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2004, p. 13). Tal como outros meios de comunicação, as revistas oferecem sentidos, determinam modos de pensar em contextos sociais específicos e “reforçam a capacidade que certas temáticas têm de operar processos de circulação significativa na relação mídia e sociedade.” (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p.183).

Nas publicações em revistas direcionadas para mulheres, como exemplo de *Tpm*, os sentidos e os significados emergem de abordagens temáticas de um universo feminino repleto de normas e caracterizações acerca da figura feminina. A produção de informação segue padrões pré-determinados socialmente, mas também contribui para a criação e modificação dos mesmos. Buitoni (2009) problematiza o papel disciplinador da imprensa feminina e a caracteriza como uma “imprensa de convencimento” que “informa pouco, mas forma demais.” (p. 208). O discurso característico destes veículos é o de conselheiro: a revista é mais conotativa, opinativa, literária, sensacionalista e publica coisas que não seriam notícia em jornal diário (GOULART, 2006).

As escolhas temáticas evoluíram parcialmente nas publicações direcionadas as mulheres, que, a partir da década de 1970, passaram a incorporar abordagens mais realistas sobre sexo e formas de viver a sexualidade, contrariando as conservadoras revistas femininas veiculadas na década anterior (BUITONI, 2009).

Nas revistas femininas, o sexo foi conquistando lugar, palmo a palmo. De referências à insatisfação da mulher casada, foi passando a matérias sobre virgindade, masturbação, orgasmo etc. e, no final da década, várias revistas femininas já conseguiam publicar, com todas as letras, os nomes dos órgãos sexuais femininos, coisa inimaginável nas contidas revistas da década de 1960 (BUITONI, 2009, p.115).

A mudança nas abordagens temáticas das publicações femininas acompanha também um processo social e histórico, visto que ao longo das décadas as lutas feministas ganharam força e espaço para reivindicar a igualdade de gêneros e a liberdade da mulher, fundamentalmente relacionada a aspectos corporais padronizados e ao mesmo tempo censurados pelos valores sociais. As publicações presentes nas revistas voltadas às mulheres “são importantes marcas de uma época, revelando os assuntos que inquietavam as mulheres em cada momento histórico, bem como o papel desempenhado por elas, suas condutas e cultura”. (LOBATTO, 2013, p. 6-7).

Desde 1960 as lutas do movimento feminista contribuem para repensar, no campo jornalístico, aspectos relacionados à identidade da mulher. Apoiado em princípios como a luta por igualdade de direitos, conquista de espaço público e político, o feminismo, conforme afirma Hall (2011), “abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.” (HALL, 2011, p. 45). As contribuições dos movimentos feministas, ainda segundo Hall (2011), politizaram as questões ligadas à identidade, subjetividade e ao “processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)” (p. 46). Os questionamentos sobre a posição social das mulheres expandiram-se e contestaram também a formação de identidades sexuais e de gênero. Destaca-se, porém, que os esforços feministas começaram a surtir efeitos depois de muitas reivindicações e cobranças, pois entre o início das lutas do movimento e a interferência nas publicações femininas brasileiras há uma década de atraso. Além

disso, esse processo ainda pode ser visualizado na contemporaneidade, visto que é preciso força ativa de muitos movimentos para colocar em pauta nos veículos de comunicação temas relacionados às questões de gênero que quebrem os padrões de identidades e a heteronormatividade. Nas revistas nacionais voltadas para mulheres, pelo menos na grande maioria, ainda é notável o atraso em relação à produção de conteúdos, que se limitam a abordar temas como casamento, maternidade e moda, diretamente ligados à figura feminina na sociedade e na mídia em geral.

Nesse contexto, “a imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução” (BUIIONI, 1986, p. 25). O espaço do jornalismo feminino tornou-se, então, um espaço para debater questões relacionadas à mulher, um lugar de compartilhamento de vivências, experiências e sentimentos que orienta leitoras confusas com os diversos questionamentos sobre sexualidade e sobre o papel da mulher na sociedade. O que é possível visualizar, especialmente com o resultado da análise da revista *Tpm*, é uma imprensa feminina segmentada com forte influência cultural e social, que produz conteúdos amenos e sem grandes reflexões, para leitoras consideradas também amenas e sem grandes preocupações, além das habituais questões do “universo feminino”. Outro aspecto importante a ser considerado é que a indústria de publicações para mulheres tem ainda grande participação profissionais homens, que assumem a frente da edição, como exemplo da revista *Tpm*.

Embora os movimentos feministas tenham contribuído, mesmo que indiretamente, para a inserção de temas mais significativos na mídia, que não aqueles sempre condicionados à aceitação masculina – como ser uma boa esposa, como ser uma boa mãe, alcançar o corpo perfeito para conquistar o homem dos sonhos –, as revistas femininas contemporâneas continuam atuando de modo disciplinar e pedagógico, como apresenta a análise de *Tpm*. A segmentação das publicações é crescente em um mercado diversificado de produtos direcionados às mulheres. Mas, infelizmente, o “corpo assume o posto de elemento essencial na construção da imagem das pessoas” (BUIIONI, 2009, p.141). O caráter educativo se perpetua entre as publicações femininas, com ensinamentos sobre como a mulher deve ser e agir. Conforme afirma Rocha (2007), “esse segmento do jornalismo constrói imagens idealizadas da mulher que foram se sucedendo ou se somando com o passar do tempo, amparadas em uma fala normativa que ensina a leitora a exercer sua feminilidade” (ROCHA, 2007, p. 9).

Na revista *Tpm*, ainda há resquícios da imprensa feminina do século passado. Ainda que a abordagem se proponha a ser profunda e diferenciada, em relação às demais publicações femininas nacionais, a tematização circula pelas mesmas questões das décadas anteriores: as funções e papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens, a discriminação, o preconceito relacionado às características corporais (padrões estéticos, de gênero, raça, etnia etc.), e às formas limitadas de viver a sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diariamente nos deparamos com situações que nos fazem refletir sobre questões de identidade e gênero em nossa sociedade. No jornal impresso diário, no telejornal, em revistas, em novelas, no cinema, na literatura, e em diversos meios midiáticos e culturais, é possível visualizar uma multiplicidade de representações sociais. A existência de diferentes personagens, apresentados principalmente nos meios de comunicação, não indica, porém, a diversidade e a pluralidade dos sujeitos. Em se tratando de jornalismo de revista segmentado, especialmente em publicações voltadas às mulheres, é possível identificar, ainda, as marcas de poder que constroem e agenciam representações estereotipadas a cada folhear de páginas. Refletir sobre gênero e identidade, então, tem se tornado um ponto cada vez mais importante para o jornalismo. É preciso ir da compreensão teórica à prática jornalística, incluindo o debate e a reflexão crítica no fazer diário, responsável por grande parte da produção de informação que chega à sociedade.

O capítulo um desta dissertação trouxe, além do quadro conceitual e teórico que embasou toda pesquisa, o compromisso de imergir o jornalismo nos estudos sobre identidade e gênero, para construir um diálogo frutífero entre esses campos e, assim, visualizar, de modo mais amplo, as abordagens temáticas, os problemas e as possibilidades da produção de conteúdos em uma publicação voltada para mulheres, como é a revista *Tri para mulher*, analisada nesse trabalho. Ao apresentar o jornalismo como instituição social e discursiva (Benetti, 2007), aposto na perspectiva de que ele atua diretamente na construção social, especialmente a partir da produção de conhecimentos e da representação da realidade. São as práticas discursivas – tendo em vista que discurso é todo modo de ação e comunicação (Fairclough, 2001) –, que constituem as relações de poder, além de agirem pedagogicamente, pois impõem aos indivíduos uma determinada visão de mundo. Por isso, é possível indicar que as escolhas discursivas dos meios de comunicação são pensadas para alcançar distintos objetivos, entre eles, legitimar sua fala como verdade e, assim, fidelizar um público específico. Quando um discurso opera estrategicamente e politicamente para manter as regras e padrões socialmente aceitos, esta ação acontece, também, de forma velada, através de conteúdos que dão continuidade à manutenção da norma social. Deste modo, surgem as identidades e representações estereotipadas, que são construções

históricas e culturais já estabelecidas na sociedade e reafirmadas por publicações, como acontece na revista *Trip para mulher*, a *Tpm*.

Para além da distribuição dos papéis sociais, há uma ordenação que destina tarefas distintas aos sujeitos, amparados no discurso de igualdade de gênero que permeia muitas publicações femininas brasileiras. A partir da análise, constatei, em *Tpm*, que tal discurso associa certos comportamentos, sentimentos e ações às figuras feminina e masculina, baseados em um pensamento de “pertencimento natural e biológico”, ou seja, o fato de ser mulher ou homem é que determina o que cada indivíduo tem a possibilidade de viver, pois é por meio de uma “ordem natural” que cada um (e aqui entra apenas homem masculino e mulher feminina) desenvolve características físicas, sentimentais, psicológicas, sociais etc. O discurso normatizador da revista *Tpm*, visualizado após a desconstrução e interpretação textual de seu conteúdo, atribui funções e cobranças desiguais sobre padrões corporais, estéticos e comportamentais, criando uma violenta hierarquia de gênero. Tendo em vista que tais manifestações discursivas são facilmente encontradas nos meios de comunicação em nossa sociedade, considere fundamental apresentar uma reflexão interdisciplinar sobre identidade e gênero, para que, além de acrescentar uma linha de pensamento sobre tais assuntos dentro do campo jornalístico, seja possível pensar em novas práticas, novos modos de dar visibilidade aos sujeitos que diariamente são excluídos e marginalizados da produção midiática.

Escrever e pensar sobre identidade, contudo, não é uma tarefa simples, nem mesmo acredito que deve-se ter a pretensão de definir o que ela é ou deixa de ser. Refletir sobre identidade exige a missão de deixar de lado todas as certezas e completudes, e estar aberto a algo que está em constante transformação, que joga com diferentes papéis e que promete a multiplicidade no lugar da segurança de algo acabado, fixo ou perfeito. Woodward (2014) afirmou que “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social” (2014, p.10, grifos da autora). A autora diz ainda que as identidades, sejam elas individuais ou coletivas, são estabelecidas por sistemas simbólicos e processos culturais, que dizem respeito às representações. É por isso que se torna possível para os indivíduos se identificarem com diferentes papéis sociais em determinados momentos.

Neste trabalho, em especial, não penso a identidade como algo essencial, pelo contrário, compreendo-a como um processo em que os sujeitos assumem diferentes identidades conforme as situações que vivem e as relações que possuem. Além disso, a identidade é compreendida como algo mutável e relacional, pois depende da

diferença para existir. A diferença é aquilo que se nega para afirmar que se é outra coisa; é o que separa uma identidade da outra. Identidade e diferença “estão em uma relação de estreita dependência” (SILVA, 2014, p. 74), assim sendo, as afirmações de negação que constituem a diferença fazem sentido apenas quando juntas das afirmações de identidade, elas são “inseparáveis”. As identidades tornam-se contestáveis e, com isso, surgem as “crises de identidade” (HALL, 2011), pois os indivíduos passam a ter identidades híbridas e se desdobram diariamente em múltiplos papéis, em que as funções sociais se chocam. As instituições contribuem diretamente para as crises de identidade, pois são elas que disseminam as possibilidades possíveis (e limitadas) que cada papel social pode desenvolver. Portanto, visualizar a construção identitária como um processo que envolve fatores culturais, históricos e simbólicos foi fundamental para entender os papéis de gênero que são atribuídos aos sujeitos, especialmente no jornalismo da revista *Tpm*.

A partir da conceitualização e reflexão sobre identidade, foi possível observar na revista a forma como os sujeitos são representados e como são chamados a assumir determinados papéis sociais. Embora *Tpm* se apresente como uma revista feminina disposta a quebrar com os velhos clichês e estereótipos ligados à figura da mulher, seu discurso assume a função contrária, em que perpetua as principais representações femininas e figuras de gênero presentes na sociedade. Com a desconstrução foi possível visualizar os principais paradoxos discursivos de *Tpm*, entre eles, a caracterização de identidades, tanto femininas como masculinas, dentro de um padrão de sujeitos brancos, magros e heterossexuais. Além disso, a identidade feminina é associada a uma mulher específica, que assume papéis sociais diferentes, principalmente o de esposa e mãe. E, ainda, essa “mulher *Tpm*” cumpre certas funções que a qualificam, como cuidar das tarefas da casa, acatar a opinião do marido, ter mais de um filho e, de preferência, passar pelo processo de aleitamento materno, cuidar da aparência corporal e do vestuário apropriado.

Em relação à sexualidade, para a revista, a mulher feminina é heterossexual e seu desejo é direcionado a uma identidade específica: homem, branco, heterossexual, pertencente ao padrão de beleza socialmente aceito, com corpo malhado, que tenha sucesso, prestígio e que seja “de família”. Conforme afirma Funck (2016) em relação às mulheres, “a sexualidade ao longo do desenvolvimento da sociedade patriarcal, passa a ser associada com o prazer masculino, o que faz com que o corpo feminino seja tradicionalmente narrado e representado

como algo maleável, instrumental e descartável” (FUNCK, 2016, p. 316). Por isso, também, não só o homem é glorificado por suas características corporais e comportamentais, como para alcançá-lo é preciso que a mulher corresponda de modo igual, ou seja, atendendo os requisitos de ser magra, heterossexual e dentro dos padrões de beleza aceitáveis – que envolvem desde a definição do corpo até o modo como se comporta em diferentes ocasiões.

O homem que *Tpm* representa em suas páginas é chamado a assumir uma identidade que compreende o masculino por suas características físicas e comportamentais, ou seja, a imagem de seguro, másculo, forte, ressalta a altura, as tatuagens, a barba a aparência de “muso”. A masculinidade do homem, ou as masculinidades, são representadas de modo que reforçam padrões, e a feminilidade é embutida em uma categoria “mulher”, criada pela revista, mantendo, assim, a ordem hierárquica das relações de poder entre homens e mulheres estabelecidas e mantidas ainda na contemporaneidade. O uso da identidade “mulher” não é usada como ato político, que poderia dar visibilidade as pluralidades de gênero e suas modalidades interseccionais, mas se institui como estratégia que normatiza e limita as possibilidades de identificação das leitoras. As identidades continuam com caráter essencial, centralizadas e fixadas em aspectos históricos e culturais, além do corpos serem regulados pela ordem natural e biológica, ainda presente e verdadeira no imaginário coletivo. As personagens mulheres são concebidas por características historicamente consideradas femininas, como a sensibilidade, o espaço doméstico, a gentileza, a delicadeza, e os homens têm sua masculinidade exaltada em atributos como a força, a estatura, o charme, a rebeldia e a virilidade.

Há, na tomada de posições que os sujeitos são chamados a assumir em *Tpm*, uma violenta hierarquia de gênero, pois na representação dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens, existe uma política de identidade, em que um assume o papel principal e outro o secundário. Os principais binários opostos encontrados no discurso da revista e desconstruídos nesse trabalho – homem/mulher, masculino/feminino/ e corpo/mente –, indicam para a manutenção de uma norma história, cultural e social que resulta na constante subordinação feminina. Nessa política de identidade quem pode falar é o homem: sobre ele e sobre as mulheres que o rodeiam. Em seções de Perfil, Capa ou Entrevistas, mesmo que a mulher seja a personagem principal, quem fala sobre sua vida ou personalidade é, em grande maioria, um homem, representado pela figura de pai, marido, irmão etc. Mesmo nas principais reportagens, há uma bruta diferença no número de

fontes, em que a revista recorre mais a vozes masculinas do que femininas para dar opinião, explicação ou dar credibilidade a uma informação. Em seções de reportagens, por exemplo, os espaços apresentam uma média de 5 fontes masculinas para 1 fonte feminina.

Na seção Ensaio, além da estratégia de heteronormatização, pois a revista pressupõe que todas as suas leitoras se interessam apenas por homens, os textos alimentam um padrão de beleza e impõem às mulheres que assumam características do desejo consideradas masculinas, como um falso discurso de igualdade. A revista supõe que a exposição do corpo masculino nu, as estratégias de flerte e de conquista executadas pelas mulheres, deixa em par de igualdade a objetificação e as manifestações de desejo entre os gêneros. Assim sendo, *Tpm* incorpora para seu discurso a perspectiva de sexo como natural e gênero como social.

Contudo, é importante lembrar a reflexão sobre sexo e gênero, apresentada no capítulo um deste trabalho, em que proponho pensar, conforme as ideias e perspectivas teóricas de Judith Butler, tanto sexo quanto gênero como construções sociais. Deste modo, é possível refletir criticamente sobre as representações de identidades e gênero, sobretudo as que são encontradas na revista *Tpm*. É preciso, portanto, analisar a constituições dos sujeitos a partir de transformações históricas e sociais. Butler (2015) afirma ainda que são as normas culturais que limitam o sexo a suas raízes biológicas e, com isso, estabelecem um conjunto de manifestações possíveis de sexualidade. Em uma visão essencialista, são os aspectos corporais que contribuem para a determinação do gênero. São valores e significados atribuídos às características corporais que direcionam posições e lugares que os indivíduos ocupam na sociedade e diferenciam uma identidade da outra. Louro (2008) sugere, também, que a caracterização dos corpos está diretamente ligada à atribuição de significado dos papéis sociais de uma determinada sociedade, principalmente no que diz respeito ao binário masculino/feminino, como foi possível perceber também nas identificações geradas pela revista *Tpm*.

É através dessa linha de pensamento, que compreende o sexo a partir de fatores biológicos e essenciais, que as concepções desiguais e hierárquicas de gênero são constituídas, sobretudo sob uma lógica dicotômica de polos opostos: masculino/feminino, homem/mulher e heterossexual/homossexual, por exemplo. Assim como acontece no discurso de *Tpm*, outras manifestações midiáticas e jornalísticas usam o gênero como mecanismo de naturalização, reforçando velhas premissas que enquadram os sujeitos em papéis sociais determinados socialmente.

O exemplo de *Tpm* mostra como ainda é preciso refletir criticamente sobre as questões de identidade e gênero dentro do campo jornalístico, buscando uma nova maneira de construir informação e conhecimento, um novo modo de representar a realidade que atenda as demandas atuais de identificação dos sujeitos. A perspectiva de Butler apresenta a possibilidade de repensar sexo e gênero e rever as políticas de identidade que estão inseridas nas diferentes práticas e relações sociais. É necessário, também, analisar o gênero como um fenômeno histórico, transformado pelo tempo e pelas diferentes situações (Scott, 1995). Desconstruir certezas biológicas sobre sexo, e também sobre gênero, contribui para a problematização da construção histórica, cultural e, principalmente, discursiva desses termos. A partir de Butler é possível compreender a performatividade de gênero, visto que a nomeação é uma característica própria da linguagem, ou seja, a linguagem que trata do sexo e dos corpos não se limita a descrevê-los, mas no momento em que os nomeia produz e constrói os sujeitos. O ato performativo do gênero pode contribuir para a descentralização do sujeito, em que as *performances* confirmam fronteiras entre identidades e possibilitam um modo de subversão de uma norma.

As questões de identidade e gênero abrem caminhos para um novo debate: o pensamento *queer*. Os estudos deste campo buscam desestabilizar identidades fixas e, principalmente, as que são constituídas com base no binário heterossexual/homossexual. As teorias *queer* problematizam as noções clássicas associadas aos sujeitos e aparecem como movimentos que representam a diferença e identidades que não querem ser normatizadas ou enquadradas. Conforme Louro, o *queer* “permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero” (2008, p. 47), além de sugerir formas de repensar o poder, o conhecimento, a cultura e até mesmo a educação.

A partir da desconstrução do discurso da revista *Tpm*, foi possível constatar que a imposição de uma identidade, ou de identidades específicas, é uma estratégia de poder, que limita os sujeitos e mantém uma hierarquia entre os gêneros, além de reforçar uma política de identidade. Por isso, reforço novamente a importância de pensar um jornalismo sob a ótica dos estudos de gênero e das questões identitárias, visto que ainda há muitos meios de comunicação que usam essa estratégia, bem como ainda há poucas pesquisas que construam diálogos entre os campos do jornalismo e estudos de gênero, muito menos criam relações entre teoria e prática. Funck problematiza ainda que:

Há, definitivamente, uma falta de conexão ou continuidade entre nossas pesquisas de gênero e as ‘verdades’ que circulam na mídia. Os desequilíbrios nas relações de gênero, que tanta desigualdade e violência causam na sociedade brasileira, continuam a ser livremente fomentados pelos aparelhos ideológicos da cultura contemporânea, não mais apenas a escola, a família e a igreja, mas, também, e, especialmente, a mídia. (FUNCK, 2016, p. 356).

Considero, então, de grande importância pensar em um fazer jornalismo de modo plural e, sugiro ainda que a mudança pode acontecer, também, na abordagem acadêmica responsável pela formação de novos profissionais de comunicação e jornalismo, principalmente com a incorporação de disciplinas sobre identidade e gênero na grade curricular, com o objetivo de preparar os acadêmicos para as questões de gênero e identidade que encontrarão a cada pauta. Se são os indivíduos que formam a matéria prima do jornalismo, não é mais compreensível que as mesmas representações estereotipadas, principalmente sobre as mulheres, ainda ganhem tantas capas de revistas.

O discurso de uma instituição jornalística pode e deve ser um importante agente contestador de práticas naturalizadas. É preciso, ainda, estar atento aos discursos que circundam a sociedade, pois é por meio deles – por suas práticas e linguagens –, que o conhecimento é produzido e, também, adquirido. Logo, o jornalismo como discurso e instituição que produz conhecimento, precisa rever a forma como aborda as questões de identidade e gênero, além de repensar a produção noticiosa de modo que o processo dê visibilidade para a pluralidade. Do contrário, a informação continuará carregada de estereótipos e representações que causam, por um lado, as exclusões de sujeitos e suas identidades consideradas marginais, e, de outro, a contínua manutenção, regulação e normatização dos velhos padrões sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. **Jornalismo de revista: um olhar complexo**. RUMORES, número 13, volume 7, janeiro-junho 2013, pp. 247-274.

AUSTIN, John. *How to do things with words*. Oxford University Press, 2ª Edição. 1962.

_____. **Quando dizer é fazer**. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. 136p.

BENNATI, Grahal. **Da TRIP à TPM: um estudo sobre a produção de significados no mercado de revistas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BENETTI, Márcia. **Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Org.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. LÍBERO, Ano X, n° 20, Dez 2007, pp. 37-46.

_____. **Revista e jornalismo: conceitos e particularidades**. In: SCHWAAB, Reges; TAVARES, Frederico. (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp. 44-57.

BITTELBRUN, Gabrielle Vívian. **O jornalismo de Claudia: tecnologias de normatização e cuidado de si da mulher**. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

_____. **As negras de Claudia, luso-tropicalismo em revista**. Revista Científica Ciência em Curso, Palhoça, SC, v. 3, n. 2, p. 157-165, jul./dez. 2016.

BUITONI, Delícia H. Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

_____. **Imprensa feminina**. São Paulo, Atica, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of ‘sex’**. Londres: Routledge, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Cláudia de Lima; Schmidt, Simone Pereira; (Org). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca, 1999.

_____. **Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Trad.: Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques; Roudinesco, Elizabeth. **De que amanhã**. Diálogos de Derrida e Roudinesco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **A Escritura e a Diferença**. Trad.: Maria Beatriz Marques da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Margens da Filosofia**. Trad.: Joaquim Torres Costa e Antônio Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Gramatologia**. Trad.: Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro; São Paulo: Perspectiva, 1973.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **As palavras e as coisas.** Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FUNCK, Susana Bornéo. Anjos e feras no espaço doméstico: decoração para meninas e meninos. In: COSTA, Cláudia de Lima; Schmidt, Simone Pereira (Org). **Poéticas e Políticas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 157-163.

_____. Discurso e violência de gênero, ou a “diferença” revisitada. In: TORNUST, Carmen Susana [et al.] (Org). **Leituras de resistência:** corpo, violência e poder. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 103-122.

_____. **Crítica literária feminista** – uma trajetória. Florianópolis: Insular, 2016.

GOULART, A. **“Uma lupa sobre o jornalismo de revista”.** Edição 288, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriодаimprensa.com.br/news/view/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-de-revista>> Acesso em: 19 jul. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 103-130.

HOLLENBACH, Gabriela. **Sexualidade em revista:** as posições de sujeito em *Nova* e *TPM*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005.

LOBATO, Mayara Luma Maia. **A trajetória do feminino na imprensa brasileira:** o jornalismo de revista e a mulher do século XX. 9º Encontro Nacional de História da Mídia - Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-feminino-na-imprensa-brasileira-o-jornalismo-de-revista-e-a-mulher-do-seculo-xx>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. 2007

MINGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad: Ângela Lopes Norte. In: **Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, 2008, p. 287-324.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Evando. Heranças de Derrida: desconstrução, destruição e messianicidade. In: PEREIRA, Maria Antonieta; SÁ, Luiz Fernando Ferreira (Org.). **Jacques Derrida:** atos de leitura, literatura e democracia. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 17-60.

_____. **Jacques Derrida:** pensar a desconstrução. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. O efeito Derrida. In: **Inútil Poesia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando Gênero.** Trad. de Luiz Felipe Guimarães Soares. Cornell University Press, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: História, v.24, N.1, P.77-98, 2005

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?.** Campinas, 2001.

_____. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; Schmidt, Simone Pereira (Org). **Poéticas e Políticas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 43-66.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; Schmidt, Simone Pereira (Org). **Poéticas e Políticas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 31-41.

ROCHA, P. **Jornalismo em primeira pessoa:** a construção de sentidos das narradoras da revista *TPM*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-

Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS. Porto Alegre: 2007.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo**: Notas Para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Trad. De Felipe Bruno Martins Fernandes. São Francisco, 2006.

_____.The Traffic in Wonen: Notes on the 'Political Economy of Sex". In: REITER, Rayna. **Toward an Anthropology of Wonen**. Monthly Review Press, New York, 1975.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

SANTIAGO, Silviano. (Org). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCHWAAB, Reges; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.180-193, dez. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUZA FILHO, Alípio de. **A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual**. In: Revista Bagoas, nº 04: 2009, p. 59-77.

TAVARES, Frederico de Mello. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: SCHWAAB, Reges; TAVARES, Frederico. (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp. 27-43.

TRIP PARA MULHER. **Especial peso**. Edição #152. São Paulo: Trip editora, abril de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Especial disrupção**. Edição #153. São Paulo, Trip editora, maio de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Especial Vergonha**. Edição #154. São Paulo: Trip editora, junho de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Edição #155**. São Paulo: Trip editora, julho de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Especial prisão**. Edição #156. São Paulo: Trip editora, agosto de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Edição #157**. São Paulo: Trip editora, setembro de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Edição #158**. São Paulo: Trip editora, outubro de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Edição #159**. São Paulo: Trip editora, novembro de 2015.

TRIP PARA MULHER. **Edição #160**. São Paulo: Trip editora, dezembro de 2015 / janeiro de 2016.

TRIP PARA MULHER. **Edição #161**. São Paulo: Trip editora, fevereiro de 2016.

TRIP PARA MULHER. **Especial açúcar**. Edição #162. São Paulo: Trip editora, março de 2016.

TRIP PARA MULHER. **Especial gurus**. Edição #163. São Paulo: Trip editora, abril de 2016.

TRIP PARA MULHER. **Especial 15 anos de Tpm**. Edição #168. São Paulo: Trip editora, setembro de 2016.

VEIGA, MARCIA. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: